

ANDRÉ RAMOS TAVARES

Curriculum Vitae

2024

SUMÁRIO

1. DADOS PESSOAIS	5
1.1 PRODUÇÃO ACADÊMICA EM NÚMEROS	6
1.2 PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS.....	6
1.3 PRINCIPAIS PRÊMIOS E CONDECORAÇÕES	7
2. FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	8
2.1. Graduação.....	8
2.2. Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	8
2.3. Mestrado.....	8
2.4. Doutorado.....	8
2.5. Livre-docência	9
3. ATIVIDADES DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA	10
3.1. Atividades anteriores à obtenção do grau de Doutor	10
3.2. Atividades em estabelecimentos privados de ensino superior (posteriores à obteção do título de doutor).....	11
3.3. Atividades em instituição de ensino superior comunitária	12
3.4. Universidade de São Paulo - USP.....	13
3.5. Atividades em outros estabelecimentos de ensino superior.....	13
3.6. Atividades de docência no exterior	14
3.7. Atividades de orientação de alunos - Doutorado (orientações concluídas)	14
3.8. Atividades de orientação de alunos - Mestrado (orientações concluídas).....	17
3.9. Atividades de orientação de alunos – Mestrado em Direito (orientações em andamento).....	22
3.10. Atividades de orientação de alunos – Doutorado em Direito (orientações em andamento).....	22
3.11. Atividades de orientação de alunos de especialização (orientações concluídas)	23
3.12. Atividades de orientação de alunos de Graduação – Tese de Láurea ou Monografias de conclusão de curso superior (orientações concluídas)	24
3.13. Atividades de orientação de alunos de Graduação – Tese de Láurea ou Monografia de conclusão de curso superior (orientações em andamento)	24
3.14. Curso dos quais participou na qualidade de professor ou gestor universitário	24
4. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS.....	26

4.1. Participação em bancas examinadoras de Tese de Láurea ou Monografia de conclusão de curso de Graduação.....	26
4.2. Participação em bancas examinadoras de trabalho de conclusão de curso de pós-graduação “lato sensu”	26
4.3. Participação em bancas de qualificação de Mestrado.....	27
4.4 Participação em bancas de qualificação de Doutorado.....	31
4.5 Participação em bancas de dissertação de Mestrado	35
4.6 Participação em bancas de tese de Doutorado	46
4.7 Participação em comissão julgadora de concursos públicos para a carreira docente	54
4.8 Participação em bancas examinadoras de concursos de livre-docência	54
4.9 Participação em bancas examinadoras de concursos públicos para a carreira jurídica	55
4.10 Participação em outras comissões julgadoras.....	56
5. FUNÇÕES COMO GESTOR NA ÁREA EDUCACIONAL	57
6. ATIVIDADES REALIZADAS NA CRIAÇÃO, GESTÃO, ORIENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CENTROS OU NÚCLEOS DE PESQUISA.....	58
6.1. Associações brasileiras.....	58
6.2. Associações internacionais.....	59
6.3. Atuação como parecerista acadêmico	59
6.4. Organização de Pesquisa Universitária (como coorganizador).....	59
7. PALESTRAS, AULAS E CONFERÊNCIAS MINISTRADAS	59
7.1 Brasil (como participante)	60
7.2 Portugal	77
7.3. Argentina	78
7.4. Espanha	78
7.5. Itália	79
7.6 Polônia.....	80
7.7. Peru	81
7.8. Angola	81
7.9. Rússia	82
7.10. França	82
7.11 Marrocos.....	82
7.12 Inglaterra	82
7.13 México.....	83

7.14	Estados Unidos.....	83
7.15	Escócia	83
7.16	Seminários, congressos e eventos em que participou com palestra de abertura e encerramento	83
8.	TRABALHOS PUBLICADOS	83
8.1	Livros (como único autor)	83
8.2	Livros em co-autoria	85
8.3	Organização de livros e obras coletivas: Brasil	85
8.4	Organização de obras coletivas: Exterior	86
8.5	Publicações em livros e obras coletivas (capítulos)	86
8.6	Artigos, ensaios e conteúdos publicados em periódicos científicos	99
8.7.	Trabalhos publicados em anais de congressos e publicações de apresentações em eventos.....	108
8.8	Pareceres publicados em periódicos.....	108
8.9	Verbetes.....	109
8.10	Artigos publicados em jornais ou magazines (impressos e internet).....	111
8.11	Artigos veiculados exclusivamente em suporte eletrônico.....	126
8.12	Entrevistas.....	127
8.13.	Apresentação ou prefácios a livros.....	134
9.	COORDENADOR DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E COLEÇÕES DE OBRAS	138
10.	PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS EDITORIAIS	139
11.	PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS UNIVERSITÁRIOS, INCLUINDO CONSELHO E COMISSÕES	139
12.	CARGOS PÚBLICOS HONORÍFICOS	140
13.	PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA..	140
14.	GRUPOS DE PESQUISA	141
15.	PESQUISAS FINANCIADAS POR ÓRGÃOS DE FOMENTO	142
16.	APRESENTAÇÃO DE PROGRAMA DE TV (COM PARTICIPAÇÃO DE CONVIDADOS)	143
17.	ENTREVISTAS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO (RÁDIO OU TELEVISÃO).....	149
18.	ORGANIZAÇÃO DE CONGRESSOS E SEMINÁRIOS NA ÁREA JURÍDICA (ATIVIDADES COMO ORGANIZADOR, PRESIDENTE OU MODERADOR)	155
19.	PRÊMIOS, TÍTULOS E VOTOS INSTITUCIONAIS DE CONGRATULAÇÕES.....	157
19.1	Prêmios, Medalhas, Colares e Homenagens acadêmicas.....	157
19.2	Votos de congratulações.....	159

1. DADOS PESSOAIS

Nome completo: André Ramos Tavares

Nacionalidade: Brasileiro

Naturalidade: São Paulo - S.P.

1.1 PRODUÇÃO ACADÊMICA EM NÚMEROS

Livros publicados/organizados ou reedições	62
Publicações em periódicos com seletiva política editorial	Mais de 100
Capítulos de livros	Mais de 100
Teses de mestrado orientadas e já defendidas	73
Teses de doutorado orientadas e já defendidas	34
Total de participação em bancas de livre-docência	15
Total de participações em bancas de doutorado (finais e qualificações)	153
Total de participações em bancas de mestrado (finais e qualificações)	252

1.2 PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS E ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Ministro Titular do Tribunal Superior Eleitoral.	Mandato: 2023-2025.
Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral.	Mandato: 2022-2023.
Foi Presidente e Conselheiro da Comissão de Ética da Presidência da República, CEPR, Brasil. Decreto de 21 de setembro de 2018.	2018 – 2021 Eleito Presidente para o mandato 2020-2021.
Fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais - IBEC.	Presidente eleito para o mandato 2021 – 2023.
Fundador da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional – ABDPC.	Presidente eleito para o mandato 2013 a 2016.
Foi Membro Titular da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil .	Mandato: 2019-2021, Portaria 232/19, de 18.03.2019.
Foi Pró-Reitor da Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> . Pontifícia Universidade Católica, PUC/SP, Brasil	Gestão eleita para o mandato 2008 – 2012.
Foi Diretor da Escola Judiciária Eleitoral Nacional – Tribunal Superior Eleitoral.	Diretor eleito pelo Plenário do TSE para o mandato 2010 – 2012.

Foi Presidente do Conselho Consultivo da Presidência do CNJ.	Gestão 2014 – 2016.
Foi Membro Titular do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.	Gestão 2019-2020.
Advogado com ênfase na atuação consultiva e perante o STF	Inscrito na OAB desde 1995
Docente (Titular da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e Professor da PUC/SP)	Ingresso em 2002 e 2013, respectivamente

1.3 PRINCIPAIS PRÊMIOS E CONDECORAÇÕES

Prêmio Jabuti	Obra “Fronteiras da Hermenêutica Constitucional” (49ª edição - 2007)
Tribunal Superior do Trabalho (TST) - Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.	Comenda, atribuída em 2021.
Tribunal de Justiça Militar (TJM) - Ordem do Mérito da Justiça Militar estadual de SP.	Colar do Mérito Judiciário Militar Paulista.
Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) - Ordem da Revolução Constitucionalista.	Medalha da Constituição , atribuída em 2016.
Governo do Estado do Amapá (AP) - Ordem do Mérito Setentrional.	Comenda, atribuída em 2009.

2. FORMAÇÃO ACADÊMICA

2.1. Graduação

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1994, com o prêmio de melhor aluno de todas as turmas de formandos.

Graduação (incompleta) em Letras (Latim-Português) pela Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo.

2.2. Pós-Graduação *lato sensu*

Especialista em Direito Processual Civil pelo Centro de Extensão Universitária de São Paulo, em 1995.

2.3. Mestrado

Mestre em Direito: Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Título da Tese: *Teoria da Inconstitucionalidade das Leis: causas e consequências da antinomia entre Lei e Constituição, defesa ocorrida em 1998.*

2.4. Doutorado

Doutor em Direito: Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Título da Tese: *Da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental*, defesa ocorrida em 19 de Maio de 2000.

2.5. Livre-docência

Livre-Docente pelo Departamento do Direito do Estado da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo. Título da Tese: *Teoria da Justiça Constitucional*, defesa em **2004**.

TITULARIDADE

Atualmente é o **Professor Titular** da Cadeira de *Direito Econômico e Economia Política* da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

3. ATIVIDADES DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

3.1. Atividades anteriores à obtenção do grau de Doutor

1. Professor do Centro de Especialização em preparação de advogados - CEPAD, turmas de maio de 1997.
2. Professor da Universidade de Marília. Curso de Graduação e Mestrado em Direito das Relações Públicas, em 1998 e 2000.
3. Professor no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Constitucional da Universidade de Sorocaba/ESDC, em 1999.
4. Professor da Universidade Bandeirante de São Paulo – Academia Paulista Anchieta. Curso de Graduação em Direito (Disciplinas: Direito Constitucional e Ética Profissional), desde 1999 até 2004.
5. Professor no Curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade São Francisco de Bragança Paulista/IBDC, em 2000.
6. Professor das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU. Curso de Graduação em Direito (Disciplinas: Direito Administrativo e Direito Constitucional), em 2000.
7. Professor no Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Direito Constitucional da OAB de São Bernardo do Campo, em 2000.
8. Professor no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Constitucional da Escola Superior de Direito Constitucional, em 2000.

3.2. Atividades em estabelecimentos privados de ensino superior (posteriores à obtenção do título de doutor)

3.2.1 ENSINO EM GRADUAÇÃO

1. Professor da Universidade Bandeirante de São Paulo – Academia Paulista Anchieta. Curso de Graduação em Direito (Disciplinas: Direito Constitucional e Ética Profissional), até 2004.
2. Professor de Direito Administrativo e Direito Constitucional na Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, até 2001.
3. Professor de Introdução à Economia na Faculdade de Direito da Universidade Anhembi-Morumbi *Laureate International Universities*, de 02/2014 a 02/2017.

3.2.2 . ENSINO EM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

1. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito, de 2006 a 2013.
2. Professor do IBEJ-PR, no curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Processual Civil, em 2002.
3. Professor do Curso de Especialização em Direito Constitucional de João Pessoa, de 10 a 14 de Dezembro de 2002 (40h/aula).
4. Professor da Escola Superior de Direito Constitucional - ESDC. Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Constitucional (reconhecido). Disciplina: Direito Constitucional, de 2000 a 2003.
5. Professor do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Constitucional, em Pouso Alegre, Minas Gerais, em 2003.
6. Professor-Convocado do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Público da Faculdade de Direito em Vitória/ES, em 2003 e 2004.
7. Professor do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Público e Processual Público da Consultime Inst. de Ensino em parceria com a UNIVES Faculdade de Ciências e Educação do Espírito Santo, em 2004 e 2005.

3.2.3. ENSINO EM PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. Professor-Orientador da Universidade de Bauru - ITE. Curso de Mestrado em Direito, de 2001 a 2002.
2. Professor Permanente do Programa de Mestrado em Direito da Unicapital, de 2005 a 2006.
3. Professor-Convidado da Faculdade de Direito em Vitória/ES. Curso de Mestrado em Direitos Constitucionais Fundamentais.
4. Professor-Convidado da Universidade Estadual do Norte do Paraná, *Campus* de Jacarezinho. Curso de Mestrado em Ciência Jurídica, em 2012.

3.2.4. ENSINO EM CURSOS DE EXTENSÃO E OUTROS

1. Professor Convidado nos Mini-cursos de Vitória/ES, em 30 de Agosto de 2002.
2. Professor Convidado do Curso de Direito Constitucional Avançado, na Escola Paulista de Advocacia do Instituto dos Advogados de São Paulo, em março e abril de 2005.
3. Professor-Convidado da Escola da Magistratura de São Paulo.

3.3. Atividades em instituição de ensino superior comunitária

1. Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Cursos de Graduação em Direito, Programas de Mestrado e Doutorado em Direito, desde 2001 até o presente momento.
2. Foi Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo. Cursos de Graduação em Direito, Programas de Mestrado e Doutorado em Direito (categoria: colaborador), de 2006 a 2017.
3. Foi Professor-Convidado do Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito Público da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.
4. Foi Professor-Convidado do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Público da Pontifícia Universidade Católica de Poços de Caldas, Minas Gerais, em 2002, 2003 e 2004.

3.4. Universidade de São Paulo - USP

3.4.1. FUNÇÃO E REGIME DE TRABALHO

1. Professor Titular do Departamento de Direito Econômico e Financeiro - Área Direito Econômico - da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - vencedor do Concurso realizado em 2015, conforme edital 01/2014.
2. Regime de trabalho: RTP. Não há dedicação exclusiva.

3.4.2. ENSINO DE GRADUAÇÃO

1. Docente responsável pelas disciplinas: Economia Política, Direito Econômico. Inaugurou a Disciplina de Direito Econômico Digital.

3.4.3. ENSINO DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

1. Responsável pela criação e primeiro ministrante da Disciplina: *O Direito Econômico no STF.*
2. Responsável pela criação e primeiro ministrante da Disciplina: *Direito Econômico das Plataformas Digitais.*

3.5. Atividades em outros estabelecimentos de ensino superior

1. Foi Professor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. 1º Curso de Especialização em Direito Público, aula: “Organização do Estado: União, Estado-Membro e Município”, em 2001.

3.6. Atividades de docência no exterior

1. Professor Visitante da Universidade de Glasgow – Escócia (em parceria com a USP, mediante concurso interno), em abril de 2019.
2. Professor Visitante da Universidade de Bologna – Itália, Escola de Direito (aulas na Graduação e no Doutorado), em outubro de 2012. Doutorado: Aula sobre *A Constituição econômica brasileira*.
3. Professor Convidado da Universidade de São Petersburgo, Faculdade de Direito (Graduação), em agosto de 2012.
4. *Visiting Research Scholar* na Fordham University (Graduação), em New York, de 17 de agosto a 15 de setembro de 2007.
5. *Visiting Research Scholar* na Cardozo School of Law (Graduação e Pesquisa), em New York, em fevereiro e março de 2006.
6. Professor Convidado na Universidade de Santiago de Compostela/Espanha, Faculdade de Direito.
7. Professor permanente no Programa de Doutorado em Direito Público na Universidade de Bari, Itália, de 2008 a 2012.

3.7. Atividades de orientação de alunos - Doutorado (orientações concluídas)

1. Roberto Botelho, Direito, Direito, PUC/SP, tese: “Formas de controle das emendas constitucionais”, conclusão em 03/12/2004.
2. Alexandre Coutinho Pagliarini, Direito, PUC/SP, tese: “Constituição européia como signo: da superação dos dogmas do Estado nacional”, conclusão em 20/12/2004.
3. Felipe Chiarello de Souza Pinto, Direito, Direito, PUC/SP, tese: “A ética médica em face da liberdade de expressão, comunicação e sigilo profissional”, conclusão em 12/06/2006.
4. Soraya Regina Gasparetto Lunardi, Direito, PUC/SP, tese: “Direito processual constitucional: problematização de sua autonomia, sua natureza e suas consequências”, conclusão em 16/06/2006.
5. José Antonio Remédio, Direito, PUC/SP, tese: “A tendência à universalização na concretização do Direito: elementos de argumentação e interpretação jurídica”, conclusão em 16/11/2006.

6. Sergio Augusto Zampol Pavani, Direito, PUC/SP, tese: “Estado e processo civilizatório”, conclusão em 13/06/2007.
7. José Claudio Pavão Santana, Direito, PUC/SP, tese: “As leis fundamentais do Maranhão: densidade jurídica e valor constituinte. A contribuição da França equinocial ao constitucionalismo americano”, conclusão em 06/06/2008.
8. Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira, Direito, PUC/SP, tese: “Sistema constitucional das crises na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”, conclusão em 13/06/2008.
9. Lucas Gonçalves da Silva, Direito, PUC/SP, tese: “Mutações constitucionais pela Justiça Constitucional: tipologia e limites”, conclusão em 23/03/2009.
10. Renato Sorroce Zouain, Direito, PUC/SP, tese: “Acesso à Justiça Constitucional brasileira de cúpula no modelo judicial difuso: uma perspectiva garantista”, conclusão em 18/05/2009.
11. Adriano Sant’Ana Pedra Direito, PUC/SP, tese: “Teoria de mutação constitucional: limites e possibilidades das mudanças informais da Constituição a partir da teoria da concretização”, conclusão em 29/06/2009.
12. Fabrício Muraro Novais, Direito, PUC/SP, tese: “A contra-constitucionalização do Direito no Brasil: Elementos de uma guerra velada à Constituição de 1988”, conclusão em 21/06/2010.
13. Guilherme Amorim Campos da Silva, Direito, PUC/SP, tese: “O Uso do Precedente pela Justiça Constitucional - Uma Teoria de Unificação do Direito Constitucional Material”, conclusão em 22/10/2010.
14. Guilherme Braga Peña de Moraes, Direito, PUC/SP, tese: “Autonomia Processual da Justiça Constitucional: Limites e Possibilidades da Atividade Legislativa dos Tribunais Constitucionais”, conclusão em 27/01/2011.
15. Cibele Fernandes Dias Knoerr”, PUC/SP, tese: “Decisões Intermediárias na Justiça Constitucional como Mutações da Constituição”, conclusão em 28/11/2011.
16. José Paulo Camargo Magano, Direito, PUC/SP, tese: “As Categorias Processuais na Justiça Constitucional Limitada”, conclusão em 01/06/2012.
17. Renato Gugliani Herani, Direito, PUC/SP, tese: “A Prova da Inconstitucionalidade das Leis na Justiça Constitucional Brasileira”, conclusão em 24/10/2012.
18. Marconi Antas Falcone de Melo, Direito, PUC/SP, tese: “A

Preparação do Ministério Público para a Justiça Constitucional no Brasil, conclusão em 23/11/2012.

19. Damares Medina, Direito, Mackenzie, tese: “A Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal”, conclusão em 04/08/2014.
20. José do Carmo Veiga, Universidade Presbiteriana Mackenzie, tema: “Efeito Vinculante: Fragilização do sistema jurídico ou reforço dos direitos humanos fundamentais?”, conclusão em 15/08/2014.
21. Rafael José Nadim de Lazari, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, “Dimensões operacionais nas relações intrajudiciais e interinstitucionais do Conselho Nacional de Justiça”, conclusão em 26/10/2015.
22. Diogo Rais Rodrigues Moreira, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, “Atuação do Conselho Nacional de Justiça e Independência Jurisdicional: interfaces e interferências”, conclusão em 23/11/2015.
23. Rafael Tocantins Maltez, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, “Proteção Jurídica e Gestão das Cavidades Naturais Subterrâneas: A Atividade Minerária e o Desenvolvimento Sustentável”, conclusão em 09/08/2016.
24. Marina Faraco Lacerda e Gama, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, “O Supremo Tribunal Federal na fiscalização abstrata de Políticas Sociais”, conclusão em 06/04/2016.
25. Leonardo Scofano Damasceno Peixoto, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Defensoria Pública do Estado de São Paulo “Por um Código Processual Constitucional brasileiro como instrumento de efetivação dos direitos humanos”, conclusão em 08/04/2016.
26. Marco Antonio Moreira da Costa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. “Novos instrumentos do Ativismo Judicial: jurisprudência cruzada, estado de coisas inconstitucional e compromisso significativo”, conclusão em 16/02/2017.
27. Marcos José Pinto, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. “O delito de Deparecimento Forçado de Pessoas no Brasil: insegurança jurídica e hipótese punitiva”, conclusão em 11/06/2018.
28. L’Inti Ali Miranda Faiad, Universidade de São Paulo. “Estado e Startup’s: financiamento do ecossistema empreendedor via venture capital”, conclusão em 30/04/2019.

Fábio Goulart Towkowski, Universidade de São Paulo. “Constituição Econômica e Produtividade”, conclusão em 06/2019.

29. Jéssica Amanda Fachin, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. “Constitucionalismo Brasileiro e os Desafios para a Consolidacao da Democracia no Brasil”, conclusão em 20/10/2020.
30. Fernanda Gurgel Raposo, Universidade de São Paulo – USP. “Democracia econômica e protagonismo estatal frente aos desafios da Inteligência Artificial”, conclusão em 2021.
31. Andréa da Fonseca Santos Torres Magalhães, Universidade de São Paulo – USP. “Supremacia da Constituição Econômica”, conclusão em 27/09/2021.
32. Douglas Alencar Rodrigues, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. “A Justiça Constitucional na Democracia: a busca da legitimidade substantiva”, conclusão em 29/09/2022.
33. Leandro Teodoro Andrade, Universidade de São Paulo – USP. “A Cidade Inteligente: perspectivas entre Direito Econômico e Revolução Tecnológica”, conclusão em 27/10/2022.
34. Solange de Oliveira, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. “A configuração do Sistema Único de Saúde pela via decisória do STF”, conclusão em 05/02/2024.

3.8 Atividades de orientação de alunos - Mestrado (orientações concluídas)

1. Laercio Lopes da Silva, Direito Constitucional, PUC/SP, tese: “O controle judicial dos atos *interna corporis* do Poder Legislativo”, conclusão em 26/06/2002.
2. Alexandre Coutinho Pagliarini, Direito Constitucional, PUC/SP, tese: “Constituição e o Direito internacional: cedências possíveis no Brasil e no Mundo globalizado”, conclusão em 16/08/2002.
3. Guilherme Amorim Campos da Silva, Direito Constitucional, PUC/SP, tese: “Direito ao desenvolvimento econômico nacional e o controle de políticas públicas na Constituição Federal”, conclusão em 30/10/2002.
4. Carla Canepa, Direito Constitucional, PUC/SP, tese: “Educação ambiental: direiot fundamental social”, conclusão em 30/10/2002.
5. Renato Sorroce Zouain, Direito Constitucional, PUC/SP, tese: “Livre

- iniciativa e livre concorrência nas constituições do Brasil”, conclusão em 01/11/2002.
6. Bento Barbosa Cintra Neto, Direito Constitucional, ITE/Bauru, conclusão em 08/11/2002.
 7. Larissa Nogueira Geraldo Catalano, Direito Constitucional, ITE/Bauru, conclusão em 08/11/2002.
 8. Cláudio José Amaral Bahia, Direito Constitucional, ITE/Bauru, conclusão em 08/11/2002.
 9. Rubens Geraldi Bertolo, Direito Constitucional, ITE/Bauru, conclusão em 08/11/2002.
 10. Silvana Cristina Bonifácio Souza, Direito Constitucional, ITE/Bauru, conclusão em 08/11/2002.
 11. Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira Direito Constitucional, PUC/SP, conclusão em 20/11/2002.
 12. Artur Cortez Bonifácio, Direito do Estado, PUC/SP, conclusão em 09/06/2003.
 13. André Luiz Martins di Rissio Barbosa, Direito do Estado, PUC/SP, conclusão em 08/08/2003.
 14. Edwal Casoni de Paula Fernandes, Direito do Estado, PUC/SP, conclusão em 23/09/2003.
 15. Jairo Maia Júnior, Direito do Estado, PUC/SP, conclusão em 24/09/2003.
 16. Sérgio Augusto Zampol Pavani, Direito do Estado, PUC/SP, conclusão em 07/10/2003.
 17. Márcia Weber Lotto Ribeiro Direito, UNIBAN, conclusão em 04/11/2003.
 18. Cleusa Aparecida de Costa Maia, Direito, UNIBAN, conclusão em 04/11/2003.
 19. Franciane de Fátima Marques, Direito do Estado, PUC/SP, conclusão em 04/11/2003.
 20. José Jiemon Sugai, Direito do Estado, PUC/SP, conclusão em 21/11/2003.
 21. Paulo Antonio Maia e Silva, Direito, PUC/SP, conclusão em 29/03/2004.
 22. Fábio Nadal Pedro Direito, PUC/SP, conclusão em 18/05/2004.
 23. João Fernando Lopes de Carvalho Direito, PUC/SP, conclusão em 09/06/2004.

24. Marcelo Buliani Bolzan, Direito, PUC/SP, conclusão em 16/06/2004.
25. Mauro Andrade Rosa, Direito, PUC/SP, conclusão em 17/06/2004.
26. Dionísio Pires de Andrade, Direito, PUC/SP, conclusão em 05/07/2004.
27. Fabrício Muraro Novais Direito, PUC/SP, conclusão em 27/09/2004.
28. Carlos Eduardo Inglesi, Direito, PUC/SP, conclusão em 27/09/2004.
29. Rômulo Araújo Montenegro, Direito, PUC/SP, conclusão em 17/11/2004.
30. Sandra Sordi, Direito, PUC/SP, conclusão em 17/11/2004.
31. Dionísio Chicanato Direito, PUC/SP, conclusão em 01/03/2005.
32. Rodrigo Pieroni Fernandes, Direito, PUC/SP, conclusão em 26/04/2005.
33. André Luiz Costa Correa Direito, PUC/SP, conclusão em 11/05/2005.
34. Rodney Claide Bolsoni Elias da Silva, Direito, PUC/SP, conclusão em 17/05/2005.
35. Paulo Romério Lima Vieira, Direito, PUC/SP, conclusão em 28/03/2006.
36. Alberto Luís Mendonça Rollo, Direito, PUC/SP, conclusão em 06/09/2006.
37. Pedro Buck Avelino, Direito, PUC/SP, conclusão em 22/02/2007.
38. Marcos Pedroso Mateus, Direito, PUC/SP, conclusão em 27/02/2007.
39. Izaías José de Santana, Direito, PUC/SP, conclusão em 10/05/2007.
40. Glauco Salomão Leite, Direito, PUC/SP, conclusão em 23/07/2007.
41. Ricardo Nakahira, Direito, PUC/SP, conclusão em 24/10/2007.
42. Marconi Antas Falcone de Melo, Direito, PUC/SP, conclusão em 02/04/2008.

43. Roberto Hugo Lima Pessoa, Direito, PUC/SP, conclusão em 28/04/2008.
44. Carla Osmo, Direito, PUC/SP, conclusão em 07/05/2008.
45. Renato Gugliano Herani, Direito, PUC/SP, conclusão em 29/05/2008.
46. Tatiana Cardoso Teixeira, Direito, PUC/SP, conclusão em 04/06/2008.
47. Silvio Luiz Maciel, Direito, PUC/SP, conclusão em 08/08/2008.
48. Rony Cachola de Carvalho, Direito, PUC/SP, conclusão em 16/10/2008.
49. Priscila Augusta dos Ramos, PUC/SP, conclusão em 01/06/2009.
50. Janaina Gasparetto Maroni, Direito, PUC/SP, conclusão em 25/08/2010.
51. Érica Pimentel, Direito, PUC/SP, dissertação: “Controle da Recepionalidade: Análise da Compatibilidade das Normas Infraconstitucionais Anteriores com a Nova Constituição” conclusão em 29/10/2010.
52. Carolina Nobre Castello Branco, Direito, PUC/SP, dissertação: “A Justiça Constitucional na Concretização dos Direitos Fundamentais: Um Estudo sobre o Alcance dos Novos Ideais do Constitucionalismo Contemporâneo”, conclusão em 25/03/2011.
53. Leonardo Scofano Damasceno Peixoto, Direito, PUC/SP, dissertação: “Justiça Constitucional - A Morfologia Subjetiva do Supremo Tribunal Federal”, conclusão em 13/05/2011.
54. Diogo Rais Rodrigues, PUC/SP, dissertação: “Audiência Pública no Supremo Tribunal Federal”, conclusão em 17/06/2011.
55. Luciana Tudisco Oliveira Morte, Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, dissertação: Liberdade de Informação Jornalística e seus Limites Frente à Democracia Brasileira atual, conclusão em 27/05/2013.
56. Camila Pellegrino Ribeiro da Silva, Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, dissertação: “Conselho Nacional de Justiça e Sociedade: Gestão Participativa e Controle do Judiciário”, conclusão em 04/02/2014.
57. Renato Ribeiro de Almeida, Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, dissertação: “Aquisição de Inelegibilidades Decorrentes do Mau Exercício do Mandado Eletivo”, conclusão em 10/02/2014.

58. Fabrício Bolzan de Almeida, Direito, PUC/SP, “A Natureza Jurídica das Cavidades Naturais Subterrâneas e o Respectivo Regime Jurídico – do enquadramento do bem nos conceitos de patrimônio cultural e ambiental e os procedimentos legitimadores da extração mineral”, conclusão em 25/04/2014.
59. Maria Cristina Barboza, Direito, PUC/SP “A omissão no centro das atenções - o mandado de injunção como instrumento de garantia de direitos fundamentais e de solução de omissões legislativas”, conclusão em 28 de abril de 2014.
60. Priscilla da Costa Lima Jimenez, Direito, PUC/SP, “CNJ e Judicialização - O Reconhecimento do Poder de atuação do CNJ pelo STF e suas consequências na judicialização”, conclusão em 26/06/2014.
61. Clint Rodrigues Correia, PUC/SP, “Sentenças aditivas e o paradigma do legislador negativo”, conclusão em 14/09/2015.
62. Luciana Zanchetta Oliver, PUC/SP, “Ativismo judicial no Brasil e as consequências de sua consolidação”, conclusão em 15/06/2016.
63. Diego Brito Cardoso, PUC/SP, “Controles judicial de políticas: fundamentos, limites e consequências”, conclusão em 23/02/2017.
64. Solange de Oliveira, PUC/SP, “O Direito à saúde na Constituição brasileira: complexidades de uma relação público-privada no SUS”, conclusão em 24/02/2017.
65. Lucas Pessoa Moreira, PUC/SP, “A expansão do Poder Judiciário e o espaço de sua autorrestrrição fundada na separação dos poderes em sociedades democráticas e plurais”, conclusão em 09/03/2017.
66. Raquel Coelho Dal Rio Silveira, PUC/SP, “O Direito Eleitoral no Brasil: Análise Crítica e Propostas para seu Aprimoramento, conclusão: 09/08/2018.
67. Hugo Leonardo Abas Frazão, PUC/SP, “A Constituição Viva – O Supremo Tribunal Federal como Moderador das Adaptações Democráticas no Contexto da Constituição de 1988”, conclusão em 29/11/2018.
68. Gabriela Souto Maior Baccarin, USP, “O petróleo no direito econômico: uma releitura dos modelos de exploração e produção”, conclusão em 02/05/2019.

69. Júlia Normande Lins, USP, “As bases da financeirização no desenvolvimento econômico do Brasil”, conclusão em 02/05/2019.
70. Hirdan Katarina de Medeiros Costa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Tema: “Quarta revolução Industrial e o Papel do Estado Brasileiro na pesquisa e no desenvolvimento”, conclusão em 02/03/2020.
71. Álvaro Adelino Marques Bayeux, Direito, USP, “Soberania econômica e infraestrutura”, conclusão em 07/04/2020.
72. Jamile Cruzes Moysés Simão, Direito PUC/SP, “Funcionalidades de um Código de Processo Constitucional para o Brasil”, conclusão em 13/07/2021.
73. Natália Rosalmeida, Universidade de São Paulo - USP. Tema: “Internet das Coisas, Constituição Econômica e subdesenvolvimento: os desafios da atual revolução tecnológica para o Brasil”, conclusão em 2022.

3.9 Atividades de orientação de alunos – Mestrado em Direito (orientações em andamento)

1. Marina Silvana Senese. Tema: Direito Econômico e Economia Política (título a definir), Universidade de São Paulo-USP. Início: 2021.
2. Vinícius Marinho Minhoto. Tema: Direito Constitucional (título a definir), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Início: 2022.
3. Pedro Henrique Barroso de Almeida. Tema: Direito Constitucional (título a definir), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Início: 2022.

3.10 Atividades de orientação de alunos – Doutorado em Direito (orientações em andamento)

1. Roberta Alessandra Pantoni. Tema: Direito concorrencial, política industrial e desenvolvimento: uma análise dos sistemas de defesa da concorrência dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África

- do Sul) numa perspectiva de (inter) cooperação econômica. Início: 2016. Universidade de São Paulo.
2. Solange de Oliveira. Tema: STF e suas dimensões. Início: 2019. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.
 3. Bruno Vinícius da Rós Bodart da Costa. Tema: As Plataformas Digitais e as Regras Antitruste: Início: 01/2019. Universidade de São Paulo.
 4. Gabriela Souto Maior Baccarin. Tema: Direito Econômico e Financeiro. Início: 2021. Universidade de São Paulo – USP.
 5. Gabriel Campos Soares da Fonseca. Tema: Poder econômico e liberdades comunicativas: como regular as plataformas digitais de mídia social pela moderação de conteúdo on-line?. Início: 2020. Universidade de São Paulo - USP.

3.11 Atividades de orientação de alunos de especialização (orientações concluídas)

1. Alex Ricardo Farias de Carvalho, Direito, PUC/SP, título: “O princípio da unidade na constituição brasileira de 1988”, em 2005.
2. José Airton Rocha, Direito Público, FDSM/MG, título: “Princípio da Capacidade Contributiva”, em 2006.
3. Agnaldo Mendes de Souza, ESA/SP, em 2011.
4. Alexandre Squinzari de Lima, ESA/SP, em 2011.
5. Gevany Manoel dos Santos, ESA/SP, em 2011.
6. Raphael Nunes Novello, ESA/SP, em 2011.
7. Renato da Silva Vetere, ESA/SP, em 2011.
8. Solange Rebeca Rodrigues, ESA/SP, em 2011.
9. Ari Nunes Dourado, ESA/DF, Direito eleitoral, em 2012.
10. Carlos Eduardo Bistão Nascimento, Direito eleitoral, em 2012.
11. Carla Milani do Prado Rossi, Direito, PUC/SP, título “Plano nacional

de desestatizações e as primeiras concessões dos aeroportos brasileiros”, em 2013.

12. Felipe Del Moro. Direito, PUC/SP, título: “A proteção às pessoas com deficiência e o federalismo no Brasil”, em 2013.
13. Marcel Hira Gomes Campos, PUC/SP, título: “A Possibilidade de Compensação de Precatórios Vencidos com Débitos Tributários, Independentemente da Existência de Norma Regulamentadora”, em 2013.

3.12 Atividades de orientação de alunos de Graduação – Tese de Láurea ou Monografias de conclusão de curso superior (orientações concluídas)

1. Tiago Soares Alves de Sousa. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Defesa em 18/11/2013.
2. Nicola Tomasini. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Bolsa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP). Conclusão 2016.

3.13 Atividades de orientação de alunos de Graduação – Tese de Láurea ou Monografia de conclusão de curso superior (orientações em andamento)

1. Ana Carolina de Barros Silva, Universidade de São Paulo – USP. “Capitalismo de Vigilância e Direito Econômico”, início: 2022.
2. Lucas Ramos de Souza, Universidade de São Paulo – USP. “Planejamento governamental de longo prazo: uma proposta para organização do desenvolvimento”, início: 2022.
3. Mariana Costa de Almeida, Universidade de São Paulo – USP. “Direito Econômico: do solucionismo tecnológico e a ação regulatória estatal para o desenvolvimento social”, início: 2022.

3.14. Curso dos quais participou na qualidade de professor ou gestor universitário

3.14.1 Brasil

1. Participação na Aula Magna “Desafios da Comunicação: contribuição para a consolidação do campo científico numa área historicamente interdisciplinar”. PUC/SP, em 24 de março de 2009 (participação no Programa de Comunicação e Semiótica como Pró- Reitor).
2. Palestra sobre “Globalização e Integração nas Américas: Temas da Agenda Cultural, Política e Educacional”, no Seminário Internacional na Uniban, em 17 de Setembro de 2003 (como docente).

3.14.2 Exterior

1. Coorganizador e Professor da 1ª Summer School, pela Universidade de Siena – Itália, em julho de 2015.
2. Coorganizador e Professor do Curso: 2ª Summer School 2016 Promovido pela Faculdade de Direito Alves Faria - Alfa (Goiás) em Julho de 2016, na Universidade de Siena - Itália.
3. Coorganizador e Professor do Curso: 3ª Summer School 2017 Promovido pela Faculdade de Direito Alves Faria - Alfa (Goiás) em Julho de 2017, na Universidade de Siena - Itália.
4. Coorganizador e Professor do Curso: 4ª Summer School 2018 Promovido pela Faculdade de Direito Alves Faria - Alfa (Goiás) em Julho de 2018, na Universidade de Siena - Itália.
5. Coorganizador do Curso: 5ª Summer School 2019 Promovido pela Faculdade de Direito Alves Faria - Alfa (Goiás) em Julho de 2019, na Universidade de Siena – Itália.
6. Coorganizador do Curso 6ª Summer School 2019 Promovido pela Faculdade de Direito Alves Faria - Alfa (Goiás) em Julho de 2019, na Universidade de Siena – Itália.
7. Coorganizador e Professor do Curso: 7º Summer School, 2021, promovido Faculdade de Direito Alves Faria – Alfa (Goiás) e pela Faculdade Autônoma em julho de 2021, na Universidade de Siena – Itália.
8. Coorganizador e Professor do Curso: 8º Summer School, 2022, promovido Faculdade de Direito Alves Faria – Alfa (Goiás) e pela Faculdade Autônoma em julho de 2022, na Universidade de Siena – Itália.

9. Coorganizador e Professor do Curso: 9º Summer School, 2023, promovido pela Faculdade de Direito da ALFA EDUCAÇÃO – FADISP/UNIALFA em julho de 2023, na Universidade de Siena – Itália.

4. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS

4.1. Participação em bancas examinadoras de Tese de Láurea ou Monografia de conclusão de curso de Graduação

1. Mariana Kiefer Kruchin, Direito, PUC/SP, título: “Controle judicial das políticas públicas: uma análise à luz da teoria da tripartição dos poderes”, em 11/12/2012.
2. André Cid de Oliveira, Direito, Mackenzie, título: “O Direito de Resposta e as Consequências no Julgamento da ADPF nº 130”, em 07/11/2013.
3. Fernanda Sant’ana Lacerda da Silva, Direito, Universidade Anhembi Morumbi, título: “Prisão perpétua: o Tribunal Penal Internacional e o aparente conflito com a Constituição Federal brasileira”, em 16/06/2014.
4. Bruno da Costa Cruz, Direito, Universidade Anhembi Morumbi, título: “Discurso jurídico: uma questão de acesso ao direito”, em 16/06/2014.
5. Raíssa de Oliveira Pena da Silva, Universidade de São Paulo, título: “Sandbox regulatório: uma alternativa para a regulação de tecnologias inovadoras no mercado financeiro.”, em 2022.
6. Fernando Augusto Vila Sant’Anna, Universidade de São Paulo, título: “A regulação dos investimentos estrangeiros sob a perspectiva jurídica brasileira.”, em 2022.

4.2. Participação em bancas examinadoras de trabalho de conclusão de curso de pós-graduação “lato sensu”

1. Alex Ricardo Farias de Carvalho (*Lato sensu*, CEU, em 15/02/2005).
2. Hécio Peres Filho (*Lato sensu*, Direito, CEU, em 12/02/2007).

3. José Airton Rocha (*Lato Sensu*, Direito Público, FDSM/MG, 2006).

4.3. Participação em bancas de qualificação de Mestrado

1. Ana Cláudia Silva Scalquette (Direito Constitucional, Mackenzie, em 10/09/2002).
2. Ellen Cristina Gonçalves (Mackenzie, em 30/03/2004).
3. César Mecchi Morales (Direito, USP, em 05/04/2006).
4. André Gustavo de Sena Xavier (Direito, USP, em 05/04/2006).
5. Aloísio Cristovam dos Santos (Direito, Mackenzie, em 04/05/2006).
6. Délton Esteves Pastore (Direito, USP, em 08/05/2006).
7. Renato Sorroce Zouain (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 30/06/2008).
8. Priscila Augusta dos Ramos (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 16/10/2008,).
9. Érica Pimentel (Direito, PUC/SP, em 11/11/2008).
10. Luiz Carlos de Souza Auricchio. (Direito, PUC/SP, em 14/05/2009).
11. Bruno Fraga Pistinzi (Direito, PUC/SP, em 21/05/2009).
12. Tatiana Del Giudice Cappa Chiaradia (Direito, PUC/SP, em 21/05/2009).
13. Silas Mendes dos Reis (Direito, PUC/SP, em 05/06/2009).
14. Flávio Torresi Marcos (Direito, PUC/SP, em 01/07/2009).
15. Wagner Serpa Júnior (Direito Político e Econômico, Mackenzie, “Princípio da confiança legítima em material tributária e modulação de efeitos das decisões judiciais”, em 19/08/2010).
16. Carolina Nobre Castello Branco (Direito, PUC/SP, “A Justiça Constitucional na concretização dos direitos fundamentais: um estudo sobre o alcance dos novos ideais do Constitucionalismo Contemporâneo”, em 25/11/2010).
17. Leonardo Scofano Damasceno Peixoto (Direito, PUC/SP, “Justiça

- Constitucional – A morfologia subjetiva do Tribunal Constitucional brasileiro”, em 02/12/2010).
18. Gustavo Miranda Antonio (Direito, FGV/SP, “Comissão Nacional da Verdade e a Promoção da Reconciliação Nacional”, em 31/05/2012).
 19. Fábio Calheiros do Nascimento (Direito Político e Econômico, Mackenzie, “O mínimo existencial e o Direito à Saúde no Brasil”, em 24/08/2012).
 20. Camila Pellegrino Ribeiro da Silva (**Como Orientador**, Direito Político e Econômico, Mackenzie, “Conselho Nacional de Justiça e Sociedade”, em 06/05/2013).
 21. Silvana Gazola da Costa Patrão Lazar (Direito, PUC/SP, “A interpretação do Direito Constitucional, suas Tendências e Desafios”, em 20/05/2013).
 22. Lea Emile Maciel Jorge de Souza (Direito, PUC/SP, “Os Limites da Atuação da Justiça Constitucional no Constitucionalismo Contemporâneo”, em 21/05/2013).
 23. Christiane Mina Falsarella (Direito, PUC/SP, “Princípios Constitucionais: Os Diferentes Conceitos e Suas Implicações na Forma de Solução de Colisões”, em 21/05/2013).
 24. Renato Ribeiro de Almeida (**Como Orientador**, Direito Político e Econômico, Mackenzie, “Inelegibilidades no Exercício do Mandato”, em 06/08/2013).
 25. Carolina Fishmann (Direito Político e Econômico, Mackenzie, “Cidadania e a Prova Ilícita “Pro Societate”, em 14/08/2013).
 26. Adriana Maraneco Dumans e Mello (Direito Político e Econômico, Mackenzie, “O Cidadão Eleitor: Crimes Eleitorais e Afirmação”, em 15/08/2013).
 27. Maria Cristina Barboza (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “A Omissão no Centro das Atenções: O Mandado de Injunção como um Instrumento de Garantia de Direitos Constitucionais e de Solução de Omissões Legislativas”, 19/11/2013).
 28. Fabrício Bolzan de Almeida (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “A Natureza Jurídica das Cavidades Naturais Subterrâneas e o Respectivo Regime Jurídico – do enquadramento do bem nos conceitos de patrimônio cultural e ambiental e os procedimentos legitimadores da extração mineral”, em 04/12/2013).

29. Marina Faraco Siqueira e Silva (Direito, PUC/SP, “Políticas Sociais e Controle Judicial: o ativismo como dever da Justiça Constitucional Brasileira”, em 27/03/2015).
30. Priscila da Costa Jimenez (Direito, PUC/SP, “CNJ e Judicialização - o Reconhecimento do Poder de Atuação do CNJ pelo STF e suas Consequências na Judicialização”, em 02/04/2014).
31. Reynaldo Soares da Fonseca (Direito, PUC/SP, “A Conciliação à Luz do Princípio Constitucional da Fraternidade: A Experiência da Justiça Federal da Primeira Região”, em 25/07/2014).
32. Regina Cirino Alves Ferreira (Direito Penal, USP, “Ódio e Direito Penal”, em 12/08/2014).
33. Octávio Augusto da Silva Orzari (Direito, USP, “Aspectos criminais da lei complementar no. 135/2010”, em 21/08/2014).
34. Márcio Rached Millani (Direito, PUC/SP, “Direito à não Autoincriminação – Limites, Conteúdo e Aplicação”, em 23/10/2014).
35. Silvia Melo da Matta (Direito, PUC/SP, “Análise dos Efeitos Concretos das Decisões Judiciais na Política de Fornecimento de Medicamentos”, em 05/03/2015).
36. Louise Vilela Leite Filgueiras Borer, (Direito, PUC/SP, “Dosimetria da Pena, Legalidade e Discricionariedade. O problema da Causa de Diminuição do Parágrafo 4 do Artigo 33 da Lei 11.343/2006, à Luz das Garantias Constitucionais”, em 05/03/2015).
37. Rogerio Volpatti Polezze (Direito, PUC/SP, “Políticas Públicas para as Minorias Sociais: Características e Perspectivas no Direito Brasileiro”, em 17/03/2015).
38. Luciano Tertuliano da Silva (Direito, PUC/SP, “A Desconfiguração Autopoiética do Sistema Político Brasileiro”, em 26/03/2015).
39. Filipe de Moraes (Direito, PUC/SP, “Arqueologia em Contexto Minerário: Um Modelo a partir de Ordenamento Jurídico Brasileiro”, em 06/04/2015).
40. Clint Rodrigues Correia (Direito, PUC/SP, “Sentenças Aditivas como Instrumento de Efetivação da Constituição: Superando o Paradigma do Legislador Negativo”, em 13/04/2015).
41. Paulo Sérgio Ribeiro (Direito, PUC/SP, “Desenvolvimento Econômico e o Direito ao Mínimo Existencial: Análise do direito à moradia como serviço público essencial à concretização da dignidade humana”, em 02/06/2015).
42. João Emmanuel Cordeiro Lima (Direito, PUC/SP, “Controle de

- Constitucionalidade de Leis e Atos Normativos de Natureza Ambiental”, em 24/09/2015).
43. Luciana Zanchetta Oliver (Direito, PUC/SP, “Ativismo Judicial no Ordenamento Jurídico Brasileiro”, em 16/11/2015).
 44. Diego Brito Cardoso (Direito, PUC/SP, “Controle Judicial de Políticas Públicas”, em 15/09/2016).
 45. Solange Oliveira (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “ O Direito à Saúde e suas perspectivas de efetividade”, em 15/09/2016).
 46. Lucas Pessoa Moreira (Direito, PUC/SP, “Separação dos poderes, Constitucionalismo e Democracia: tensões inerentes à análise do ativismo judicial”, em 21/10/2016).
 47. Julia Normande Lins (**Como Orientador**, Direito, USP, “Subdesenvolvimento, tributação e fundo público: os sistemas tributário e financeiro e a acumulação de capital no Brasil”, em 14/09/2017).
 48. Gabriela Souto Maior Baccarin (**Presidente da banca e orientador**, Direito, USP, “Constituição Econômica e Petróleo”, em 18/09/2017).
 49. Raquel Coelho Dal Rio (**Como Orientador**, Direito, PUC, “O Direito Eleitoral no Brasil: Análise Crítica e Propostas para seu Aprimoramento”, em 27/04/2018).
 50. Hugo Leonardo Abas Frazão (**Como Orientador**, PUC, Tema: Justiça Constitucional para Além do Texto: possibilidades e limites à implementação de uma “Constituição Informal” no Brasil, em 20/06/2018).
 51. Arnaldo Pereira de Andrade Segundo (Direito, PUC, “Conciliação no Processo Penal do Brasil – Análise à Luz da Constituição de 1988”, em 13/08/2018).
 52. Álvaro Adelino Marques Bayeux (**Como Presidente da banca e orientador**, Direito, USP, “As modelagens de projetos de infraestrutura que tentam contornar a aplicação da Lei de Parcerias Público-Privadas”, em 28/08/2018).
 53. Jéssica Anne de Almeida Bastos (**Examinador**, Direito, USP, “Empresas Estatais: Análise Funcional-Estrutural”, em 28/08/2018).
 54. Júlia Normande Lins (**Como Presidente da banca e orientador**, Direito, USP, “As bases da financeirização no desenvolvimento econômico do Brasil”, em 02/05/2019).
 55. Fábio Sampaio Mascarenhas (**Examinador**, Direito Econômico e Financeiro, USP, “A Regulação Jurídica da Integração dos Modais de

- Transporte no Brasil: O sistema nacional de viação como instrumento para superação do subdesenvolvimento”, em 08/08/2019).
56. Denis Skorkowski (Direito Político e Econômico, Mackenzie, “Precedentes vinculantes e o princípio da segurança jurídica na aplicação das técnicas do ‘Distinguishing’ e do ‘Overruling’ ”, em 09/08/2019).
 57. Hirdan Katarina de Medeiros Costa (**Como Orientador**, Direito, PUC, “Direito Econômico e Quarta Revolução Industrial: Reflexões sobre o papel do Estado”, em 15/09/2019).
 58. Jamile Cruzes Moysés Simão (**Como orientador**, Direito Constitucional, PUC/SP, “Por que codificar o processo constitucional? Relevância e implicações para o direito processual brasileiro, em 05/10/2020).
 59. Natália de Rosalmeida (**Como Orientador**, “Plano Nacional de Internet das Coisas: Direito Econômico, Novas Tecnologias Digitais e subdesenvolvimento”, em 08/2021).
 60. Gabriel Campos Soares da Fonseca (**Como orientador**, Direito Econômico Financeiro e Tributário, USP, Poder econômico e liberdades comunicativas: como regular as plataformas digitais de mídia social pela moderação de conteúdo on-line?, em 16/05/2022). Tese aprovada para Doutorado.
 61. Marina Silvana Senese (**Como orientador**, Direito Econômico, Financeiro e Tributário, USP, “Desigualdades digitais: perspectivas e desafios jurídicos do acesso à quarta revolução industrial no contexto brasileiro”, em 13/02/2023).

4.4 Participação em bancas de qualificação de Doutorado

1. Paulo Adib Casseb (Direito Constitucional, USP, em 07/05/2003).
2. Bernardo Pereira de Lucena Rodrigues Guerra (Direito, PUC/SP, em 11/08/2008).
3. Alexis Vargas (Direito, PUC/SP, em 15/10/2008.)
4. Lucas Gonçalves da Silva (**Como Orientador** Direito, PUC/SP, em 01/12/2008).

5. Fabrício Muraro Novais (**Como Orientador** Direito, PUC/SP, em 19/12/2008).
6. Alessandra Gotti Bontempo. (Direito, PUC/SP, em 26/03/2009).
7. Flávia Sousa Dantas Pinto (Direito, PUC/SP, em 16/06/2009).
8. Lelio Maximino Lellis (Direito, PUC/SP, “Princípios Constitucionais do Ensino: História, Conceituação e Efeitos de sua Desobediência”, em 25/02/2010).
9. Guilherme Amorim Campos da Silva (Direito, PUC/SP, “O uso de precedente estrangeiro pelo Supremo Tribunal Federal – Uma teoria de unificação do Direito Constitucional Material”, em 14/05/2010).
10. Anderson Sant’Ana Pedra (Direito, PUC/SP, “Tribunal Constitucional como Órgão de Normaçoão Positiva: Condições e limites para a edição de enunciados normativos”, em 13/09/2010).
11. Guilherme Braga Peña de Moraes (Direito, PUC/SP, “Autonomia Processual da Justiça Constitucional: limites e possibilidades da atividade legislativa dos tribunais constitucionais”, em 09/11/2010).
12. Eduardo Molan Gaban (Direito, PUC/SP, “Monopólio Postal: Uma análise à luz do Direito Constitucional e do Direito Antitruste com enfoque nas experiências europeia e norte-americana”, em 13/04/2011).
13. Cibele Fernandes Dias Knoerr (Direito, PUC-SP “Decisões Intermediárias da Justiça Constitucional como Mutação da Constituição”, em 27/05/2011).
14. Damares Medina (Presidente/orientador, Direito, Mackenzie, “Raízes Jurisprudenciais: Fundamentos da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal”, em 10/10/2011).
15. João Carlos Medeiros de Aragão (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “Judicialização da política no Brasil: Influências sobre atos ‘interna corporis’ do Congresso Nacional”, em 09/11/2011).
16. José Paulo Camargo Magano (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “Justiça Constitucional e seu enquadramento nas categorias processuais”, em 12/12/2011).
17. Renato Gugliano Herani (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “A prova da (In)constitucionalidade das leis na Justiça Constitucional brasileira: uma proposta de sistematização”, em 13/04/2012).
18. Marconi Antas Falcone de Melo (**Como Orientador**, Direito,

- PUC/SP, “A preparação do Ministério Público para a Justiça Constitucional no Brasil”, em 11/05/2012).
19. Patricia Rosset (Direito, PUC, “O Poder Legislativo na Democracia – Relações Institucionais”, em 31/05/2012).
 20. Ricardo Tinoco de Goes (Direito, PUC/SP, “Democracia Deliberativa e Jurisdição – A Legitimidade da Decisão Judicial a partir e para além da Teoria de Jüergen Habermas”, em 01/06/2012).
 21. José do Carmo Veiga de Oliveira (**Como Presidente/Orientador**, Direito Político e Econômico, Mackenzie, “Efeito Vinculante: Fragilização do sistema jurídico ou reforço dos direitos humanos fundamentais?”, em 14/06/2012).
 21. Karina Bonetti Badawi (Direito Político e Econômico, USP, “Separação dos poderes no Brasil e a teoria de Bruce Ackerman”, em 09/08/2012).
 22. Diogo Rais Rodrigues Moreira (Direito, PUC/SP, “Interface entre a Atividade do Conselho Nacional de Justiça e a Independência Judicial”, em 02/06/2015).
 23. Rafael José Nadim de Lazari (Direito, PUC/SP, “Dimensões Operacionais nas Relações Intra e Interinstitucionais do Conselho Nacional de Justiça,” em 11/06/2015).
 24. Emmanuel de Abreu Pessoa (Direito, USP, As Inovações institucionais como meio de superação das limitações estatais à indução do desenvolvimento do Brasil”, em 09/09/2015).
 25. Rafael Tocantins Maltez (**Como Orientador** Direito, PUC/SP, “Cavidades Naturais Subterrâneas”, em 09/10/2015).
 26. Leonardo Scofano Damasceno Peixoto (Direito, PUC/SP, “Ensaio sobre um Código Processual Constitucional Brasileiro Instrumentalizador dos Deveres Estatais de Efetivação dos Direitos Humanos na Ordem Interna e Internacional”, em 16/11/2015).
 27. Marcio Mauro Dias Lopes (Direito. PUC/SP, “Mineração e Licenciamento: Metodologias para Mitigação e Tratamento dos Impactos Ambientais Significativos e Perigosos, Riscos Relacionados com a Saúde e Segurança Ocupacional”, em 03/12/2015).
 28. Michel François Drizul Havrenne (USP, “Regularização fundiária rural na ordem econômica de 1988”, em 10/08/2016).
 29. Ricardo de Castro Nascimento (PUC/SP, “Divisão de Poderes”, em 14/09/2016).
 30. Marco Antonio Moreira da Costa (PUC/SP, “Ativismo Judicial,

- Ideologia e Corporativismo no Brasil” em 22/09/2016).
31. Pedro Francisco da Silva (PUC/SP, Tributação ambiental: Fundamentos Constitucionais e Propostas”, em 27/10/2016).
 32. Newton Pereira Ramos Neto (PUC/SP, “Poderes e deveres do juiz no processo contemporâneo: Limites e possibilidades no paradigma do Estado Democrático de Direito”, em 27/10/2016).
 33. José Henrique Kaster Franco (PUC/SP, “Ativismo Administrativo-Judicial em Matéria Penal”, em 09/11/2017).
 34. L`Inti Miranda Faiad (**Como Orientador**, USP, “Estado, Desenvolvimento e inovação: o caso do ecossistema brasileiro das startups”, em 11/09/2017).
 35. Fábio Goulart Tomkowski (**Como Orientador**, USP, “Constituição Econômica e os efeitos regulatórios da tributação” em 15/09/2017).
 36. Marcos José Pinto (**Como Orientador**, PUC/SP, “O Delito de Desaparecimento Forçado de Pessoas no Brasil”, em 30/10/17).
 37. Roberta Alessandra Pantoni (**Como Orientador**, Direito, USP, “Direito concorrencial, política industrial e desenvolvimento: uma análise dos sistemas de defesa da concorrência dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) numa perspectiva de (inter)cooperação econômica”, em 28/08/2018).
 38. Rachel Letícia Curcio Ximenes (PUC, “Sigilo de dados e proteção de informações: novas tendências para o Direito Constitucional Brasileiro”, em 05/08/2019).
 39. Andréa da Fonseca Santos Torres Magalhães (**Como Presidente da banca**, USP, “Constituições econômicas e desenvolvimento”, em 26/08/2019).
 40. Fernanda Gurgel Raposo (**Como Presidente da banca e orientador**, USP, “A tecnologia da desigualdade e o direito econômico brasileiro”, em 26/08/2019).
 41. Ingrid Garbuio Mian (**Examinador**, USP, “Direito Administrativo e a regulação da camada física da internet: entre concorrência e universalização”, em 02/09/2019).
 42. Fabrício Bolzan de Almeida (PUC, “A queda do equilíbrio econômico-financeiro como critério legitimador da interrupção do serviço público à luz dos princípios constitucionais do estado democrático de direito”, em 30/09/2019).

43. Jéssica Amanda Fachin (**Como Orientador**, PUC/SP, “Constituição, Constitucionalismo e Pensamento Político Brasileiro: sociologia constitucional em busca da democracia de fato no Brasil”, em 01/06/2020).
44. Leandro Teodoro Andrade (**Como Orientador**, USP, “Direito Econômico da Cidade Inteligente: A instrumentalidade da tecnologia à provisão da infraestrutura e dos serviços públicos urbanos”, em 08/2021).
45. Jonathas Lima Soler (**Como Examinador**, USP, “O Neoextrativismo e a Ordem Econômica Constitucional Brasileira”, em 03/2022, Banca Virtual).
46. André Pereira Reinert Tokarski (**Como Examinador**), PUC/SP, “Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e a “Mão Visível do Estado no Desafio da Superação do Subdesenvolvimento”, em 05/05/2022.
47. Douglas Alencar Rodrigues (**Como Orientador**, PUC, “Jurisdição Constitucional e Democracia: Em busca da Legitimidade Substantiva”, em 04/2022, Banca Virtual).
48. Gabriela Souto Maior Baccarin (**Como Orientador**, Direito Econômico e Financeiro, USP, título a definir, em 02 de setembro de 2022).

4.5 Participação em bancas de dissertação de Mestrado

1. Antonio Marcio da Cunha Guimarães (Direito das Relações Econômicas, PUC/SP, em 7/6/2000).
2. Renata Marchetti Silveira (Direito do Estado, PUC/SP, em 14/6/2000).
3. Isa Marques Porto do Prado Valladares (Direito das Relações Econômicas Internacionais, PUC/SP, em 02/08/2000).
4. Roberto Baugartner (Direito do Estado, PUC/SP, em 09/08/2000).
5. Cristiane Guidorizzi Sanchez (Direito do Estado, PUC/SP, em 16/08/2000).
6. Paulo Morais Lopes (Direito das Relações Econômicas

- Internacionais, em 25/09/2000).
7. José Adonis Callou de Araújo Sá (Direito, Universidade Federal do Ceará, em 9/10/2000).
 8. Wagner Ginotti Pires (Direito das Relações Sociais, PUC/SP, em 11/10/2000).
 9. Katsutoshi Matsmoto (Direito do Estado, PUC/SP, em 22/11/2000).
 10. Matteus Bertocini (Direito Administrativo, Universidade Federal do Paraná, em 16/03/2001).
 11. George Salomão Leite (Direito do Estado, PUC/SP, em 21/03/2001).
 12. Carlos Thompson Costa Fernandes (Direito Constitucional, PUC/SP, em 20/06/2001).
 13. Ivan Lelis Bonilha (Direito Constitucional, PUC/SP, em 04/07/2001).
 14. Écio Perin Junior Direito Comercial, PUC/SP, em 14/09/2001).
 15. Arianna Stagni Guimarães (Direito Constitucional, PUC/SP em 03/10/2001).
 16. Cláudia Bocardi Allegretti (Direito Constitucional, PUC/SP, em 31/10/2001).
 17. José Aparecido Alves Pinto (Direito Tributário, UNESP, em 23/11/2001).
 18. Raimundo Silvio Dantas Filho (Direito Constitucional, PUC/SP, em 12/11/2001).
 19. Maria D'Assunção Costa Menezello (Direito Constitucional, PUC/SP, em 05/06/2002).
 20. Vera Adelina Coréia Bonini (Direito Constitucional, PUC/SP, em 26/06/2002).
 21. Laercio Lopes da Silva (Direito Constitucional, PUC/SP, em 26/06/2002 como Orientador).
 22. Marcelo Bevilacqua da Cunha (Direito Constitucional, PUC/SP, em 01/07/2002).
 23. Alexandre Coutinho Pagliarini (**Como Orientador**, Direito Constitucional, PUC/SP, em 16/08/2002).
 24. Haydê Silveira (Direito Constitucional, FIEO, em 17/09/2002).
 25. Marcos Pinto Neto (Direito Constitucional, PUC/SP, em 04/10/2002).
 26. Potyguara Gildossu Graciano (Direito Constitucional, PUC/SP, em

- 28/10/2002).
27. Guilherme Amorim Campos da Silva (**Como Orientador**, Direito Constitucional, PUC/SP, em 30/10/2002).
 28. Carla Canepa (**Como Orientador**, Direito Constitucional, PUC/SP, em 30/10/2002).
 29. Renato Sorroce (**Como Orientador**, Direito Constitucional, PUC/SP, em 01/11/2002).
 30. Bento Barbosa Cintra Neto (**Como Orientador**, Direito Constitucional, ITE/Bauru, em 08/11/2002).
 31. Larissa Nogueira Geraldo Catalano (**Como Orientador**, Direito Constitucional, ITE/Bauru, em 08/11/2002).
 32. Cláudio José Amaral Bahia (**Como Orientador**, Direito Constitucional, ITE/Bauru, em 08/11/2002).
 33. Rubens Geraldi Bertolo (**Como Orientador**, Direito Constitucional, ITE/Bauru, em 08/11/2002).
 34. Silvana Cristina Bonifácio Souza (**Como Orientador**, Direito Constitucional, ITE/Bauru, em 08/11/2002).
 35. Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira (**Como Orientador**, Direito Constitucional, PUC/SP, em 20/11/2002).
 36. Ana Cláudia Silva Scalquette (Direito Político e Econômico, em 17 de dezembro de 2002).
 37. Vladmir Oliveira da Silveira (Direito Constitucional, PUC/SP, em 14/05/2003).
 38. Artur Cortez Bonifácio (**Como Orientador**, Direito do Estado, PUC/SP, em 09/06/2003).
 39. Alexis Galiás de Souza Vargas (Direito do Estado, PUC/SP, em 2003).
 40. Tabajara Novazzi Pinto (Direito Penal, Uniban, em 13 de junho de 2003).
 41. André Luiz Martins di Rissio Barbosa (**Como Orientador**, Direito do Estado, PUC/SP, em 08/08/2003).
 42. Eliana de Miranda Santos (Direito, Unesp – Franca, em 25/08/2003).
 43. Inocência Agostinho Baptista Pinheiro (Direito, Unifran, em 25/08/2003).
 44. Edwal Casoni de Paula Fernandes (**Como Orientador**, Direito do Estado, PUC/SP, em 23/09/2003).

45. Jairo Maia Júnior (**Como Orientador**, Direito do Estado, PUC/SP, em 24/09/2003).
46. Judicael Sudário de Pinho (Direito Constitucional, UNIFOR, em 02/10/2003).
47. Sérgio Augusto Zampol Pavani (**Como Orientador**, Direito do Estado, PUC/SP, em 07/10/2003).
48. Fahd Medeiros Awad (Direito, UFPR, em 10/10/2003).
49. Alan Martins (Direito, Unesp – Franca, em 03/11/2003).
50. Márcia Weber Lotto Ribeiro (**Como Orientador**, Direito, UNIBAN, em 04/11/2003,).
51. Cleusa Aparecida de Costa Maia (**Como Orientador**, Direito, UNIBAN, em 04/11/2003).
52. Franciane de Fátima Marques (**Como Orientador**, Direito do Estado, PUC/SP, em 04/11/2003).
53. Telma Berardo (Direito do Estado, PUC/SP, em 10/11/2003).
54. José Jiemon Sugai (**Como Orientador**, Direito do Estado, PUC/SP, em 21/11/2003,).
55. Elisabete Mariucci Lopes (Direito, UNIBAN, em 03/12/2003).
56. Rosana Marçon da Costa Andrade (Direito, UNIBAN, em 04/12/2003).
57. Márcio Ferraz de Oliveira (Direito, Unifran, em 08/12/2003).
58. José Luís Carvalho (Direito, Unifran, em 08/12/2003).
59. Osvaldo Antonio de Lima (Unesp, em 08/12/2003).
60. Paulo Antonio Maia e Silva (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 29/03/2004).
61. Vanessa Vieira Kronwald Sillas (Direito, Mackenzie, em 30/03/2004).
62. Fábio Nadal Pedro (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 18/05/2004).
63. Paulo Adib Casseb (Direito, USP, em 19/05/2004).
64. Rodrigo Augusto de Oliveira (Direito, UNIMEP, em 20/05/2004).
65. Melissa Furlan (Direito, PUC/SP, em 07/06/2004).

66. João Fernando Lopes de Carvalho (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 09/06/2004).
67. Marcelo Buliani Bolzan (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 16/06/2004)
68. Mauro Andrade Rosa (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 17/06/2004).
69. Dionísio Pires de Andrade (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 05/07/2004).
70. Cleide Miliauskas Eugênio (Direito, PUC/SP, em 02/08/2004).
71. Ellen Cristina Gonçalves (Direito, Mackenzie, em 10/08/2004).
72. Nilton Rafael Latorre (Direito, PUC/SP, em 23/08/2004).
73. Fabrício Muraro Novais (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 27/09/2004).
74. Carlos Eduardo Inglesi (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 27/09/2004).
75. Mariângela Garcia de Lacerda (Direito, PUC/SP, em 05/10/2004).
76. Cássio André Borges dos Santos (Direito, PUC/SP, em 25/10/2004).
77. Rômulo Araújo Montenegro (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 17/11/2004).
78. Sandra Sordi (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP em 17/11/2004).
79. Haydê Silveira (Direito, Unifio, em 14/12/2004 - revalidação).
80. Wlamir José dos Santos Presotto (Direito, Unifio, em 16/12/2004).
81. Maria Alves Benetti (Direito, Unifio, em 16/12/2004).
82. Cristinae Tranquilim (Direito, Unimep, em 28/02/2005).
83. Dionísio Chicanato (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 01/03/2005).
84. Raphael Velly de Castro (Direito, USP, em 07/03/2005).
85. Rodrigo Pieroni Fernandes (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 26/04/2005).

86. Maria Cecília Paiva Cury (Direito, PUC/SP, em 26/04/2005).
87. Lucas Gonçalves da Silva (Direito, PUC/SP, em 28/04/2005).
88. André Luiz Costa Correa (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 11/05/2005).
89. Marcus Vinicius Ribeiro Crespo (Direito, PUC/SP, em 13/05/2005).
90. Rodney Claide Bolsoni Elias da Silva (Direito, PUC/SP, em 17/05/2005, como Orientador).
91. Karen Iannone (Direito, Mackenzie, em 20/06/2005).
92. Venilto Paulo Nunes Júnior (Direito, PUC/SP, em 21/06/2005).
93. Roberto Barbosa Pereira (Direito, UNIFIEO, em 04/08/2005).
94. João Cláudio Gonçalves Leal (Direito, FDV, em 03/08/2005).
95. Luiz Carlos Magarian (Direito, Mackenzie, em 02/09/2005).
96. Raphael Velly de Castro (Direito, USP, em 14/09/2005).
97. Maricy Maraldi (PUC/SP, em 08/12/2005).
98. Karen Iannone de Carvalho (Direito, Mackenzie, 03/02/2006).
99. Alexandre Caiado Ribeiro Dalla Bernardina (Direito, FDV, em 13/03/2006).
100. Thiago Massao Cortizo Teraoka (Direito, USP, em 24/03/2006).
101. Paulo Romério Lima Vieira (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 28/03/2006).
102. Roque de Siqueira Gomes (Direito, USP, em 18/05/2006).
103. Cristiano Thadeu e Silva Elias (Direito, USP, em 08/06/2006).
104. André Renato Servidoni (PUC, 13/06/2006).
105. Cláudio de Oliveira Santos Colnago (Direito, FDV, em 04/08/2006).
106. Elsa Maria Lopes Seco Ferreira Pepino (Direito, FDV, em 04/09/2006).
107. Alberto Luís Mendonça Rollo (**Como Orientador**, Direito, PUC, em 06/09/2006).

108. Pedro Buck Avelino (**Como Orientador**, Direito, PUC, em 22/02/2007).
109. Marcos Pedroso Mateus (**Como Orientador**, Direito, PUC, em 27/02/2007).
110. Juliano Aparecido Rinck (Direito, UNIMEP, em 28/02/2007).
111. André Gustavo de Sena Xavier (Direito, USP, em 10/04/2007).
112. César Mecchi Morales (USP, 24/04/2007).
113. Délton Esteves Pastore (USP, 25/04/2007).
114. Izaías José de Santana (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 10/05/2007).
115. Luiz Ernane Ferreira Ribeiro Malato (Direito, PUC/SP, em 25/05/2007).
116. Luis Henrique da Costa Pires (Direito, USP, em 25/05/2007).
117. Alessandro Ribeiro Couto (Direito, UFBA, em 06/06/2007).
118. Fábio Periandro de Almeida Hirsch (Direito, UFBA, em 06/06/2007).
119. Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro (Direito, USP, em 11/06/2007).
120. Glauco Salomão Leite (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 23/07/2007).
121. Daniel Nobre Morelli (Direito, Mackenzie, em 20/09/2007).
122. Ricardo Nakahira (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 24/10/2007).
123. Daniel Bijos Faidiga (Direito, FADISP, em 21/11/2007).
124. Marcelo Martins (Direito, FDV, em 13/12/2007).
125. Daniel Nobre Morelli (Direito, Mackenzie, em 26/02/2008).
126. Gabriel Dias Marques Cruz (Direito, USP, em 12/03/2008).
127. Fábio Bezerra dos Santos (Direito, UFRN, em 14/03/2008).
128. Marconi Antas Falcone de Melo (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 02/04/2008).
129. Adrienne Monica Oliveira Souza (Direito, UFBA, em 17/04/2008).

130. Miguel Calmon Teixeira de Carvalho Dantas (Direito, UFBA, em 17/04/2008).
131. Carlos Henrique de Oliveira Blecher (Direito, PUC/SP, em 25/04/2008).
132. Roberto Hugo Lima Pessoa (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 28/04/2008).
133. Carla Osmo (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 07/05/2008).
134. Renato Gugliano Herani (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 29/05/08).
135. Tatiana Cardoso Teixeira (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 04/06/08).
136. Silvio Luiz Maciel (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 18/08/2008).
137. Rony Cachola de Carvalho (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 16/10/2008).
138. Sérgio Valladão Ferraz (Direito, PUC/PR, em 27/02/2009).
139. Guilherme José Braz de Oliveira (Direito, USP, em 11/05/2009).
140. Luciana Pereira Costa (Direito, USP, em 12/05/2009).
141. Priscila Augusta dos Ramos (**Como Orientador**, PUC/SP, em 01/06/2009).
142. Ariane Cintra Lemos de Moraes (Direito, PUC/SP, em 05/06/2009).
143. Alessandra Aparecida Calvoso Gomes Pignatari (Direito, USP, em 12/08/2009).
144. Flávio Torresi Marcos (Direito, PUC/SP, em 13/10/2009).
145. Tatiana Del Giudice Cappa Chiaradia (Direito, PUC/SP, em 21/10/2009).
146. Luiz Carlos de Souza Auricchio (Direito, PUC/SP, em 03/11/2009).
147. Guilherme Newton do Monte Pinto (Direito, Mackenzie, em 30/11/09).
148. Janaina Gasparetto Maroni (Direito, PUC/SP, “Controle de constitucionalidade. Fontes nacionais, sua evolução, características e elementos essenciais”, em 25/08/2010).
149. Érica Pimentel (Direito, PUC/SP, “Controle de recepionalidade: análise da compatibilidade das normas infraconstitucionais anteriores

- com a nova Constituição”, em 29/10/2010).
150. Wagner Serpa Júnior (Direito Político e Econômico, Mackenzie, “Princípio da confiança legítima em material tributária e modulação de efeitos das decisões judiciais”, em 08/02/2011).
 151. Carolina Nobre Castello Branco (Direito, PUC/SP, “A Justiça Constitucional na concretização dos direitos fundamentais: um estudo sobre o alcance dos novos ideais do Constitucionalismo Contemporâneo”, em 25/03/2011).
 152. Leonardo Scofano Damasceno Peixoto (Direito, PUC/SP, “Justiça Constitucional – A morfologia subjetiva do Tribunal Constitucional brasileiro”, em 13/05/2011),
 153. Diogo Rais Rodrigues Moreira (Direito, PUC/SP, “Audiência Pública no Supremo Tribunal Federal”, em 17/06/2011).
 154. Diego Pimenta Moraes (Direito, Faculdade de Direito de Vitória, “A regulação do processo objetivo pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: limites e possibilidades”, em 14/02/2012).
 155. Gustavo Miranda Antonio (Direito, FGV/SP, “Os objetivos da Comissão Nacional da Verdade: A busca pela verdade e a promoção da reconciliação nacional”, em 05/12/2012).
 156. Fabio Calheiros do Nascimento (Direito Político e Econômico, Mackenzie, “O Mínimo Existencial e o Direito à Saúde no Brasil”, em 27/03/2013).
 157. Luciana Tudisco Oliveira Morte (Direito Político e Econômico, Mackenzie, “Liberdade de Informação Jornalística e seus Limites frente à Democracia Brasileira Atual”, em 27/05/2013).
 158. Luis Cláudio Martins de Araújo (Direito, UFRJ, “Diálogos institucionais na jurisdição transnacional: novos paradigmas decisoriais da jurisdição local na mundialização da justiça”, em 24/06/2013).
 159. Lea Emile Maciel Jorge (Direito, PUC/SP, “Os Limites da Atuação da Justiça Constitucional no Constitucionalismo Contemporâneo”, em 23/10/2013).
 160. Camila Pellegrino Ribeiro da Silva (**Como Orientador**, Direito Político e Econômico, Mackenzie, “Conselho Nacional de Justiça e Sociedade: Gestão Participativa e Controle do Judiciário”, em 04/02/2014).
 161. Renato Ribeiro de Almeida (**Como Orientador**, Direito Político e Econômico, Mackenzie, “Aquisição de Inelegibilidades Decorrentes do Mau Exercício do Mandato Eletivo”, em 10/02/2014).

162. Adriana Marengo Dunans e Mello (Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, “O cidadão eleitor: crimes eleitorais e afirmação da cidadania”, em 27/02/2014).
163. Fabrício Bolzan de Almeida (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “A natureza jurídica das cavidades naturais subterrâneas e o respeito ao regime jurídico de exploração do bem mineral de forma sustentável e em cumprimento à função social da propriedade”, em 25/04/2014).
164. Maria Cristina Barboza (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “A omissão no centro das atenções - o mandado de injunção como um instrumento de garantia de direitos fundamentais e de solução de omissões legislativas”, em 28/04/2014).
165. Priscila da Costa Jimenez (Direito, PUC/SP, “CNJ e Judicialização - o reconhecimento do poder de atuação do CNJ pelo STF e suas consequências na judicialização, em 26/06/2014).
166. Reynaldo Soares da Fonseca (Direito, PUC/SP, “A conciliação à luz do princípio constitucional da fraternidade: a experiência da Justiça Federal da Primeira Região”, em 23/10/2014).
167. Morgana de Almeida Richa, (Direito, PUC/SP, “O CNJ Como Instrumento de Efetividade da Constituição de 1988”, em 19/12/2014).
168. Márcio Rached Millani (Direito, PUC/SP, “Direito à não Autoincriminação – Limites, Conteúdo e Aplicação. Uma visão jurisprudencial”, em 28/04/2015).
169. Silvia Melo da Matta, (Direito, PUC/SP, Impactos das Decisões Judiciais na Política de Medicamentos”, em 03/06/2015).
170. Rogério Volpatti Polezze, (Direito, PUC/SP, “Políticas Públicas para Minorias Sexuais: Características e Perspectivas no Direito Brasileiro”, em 07/08/2015).
171. Louise Vilela Leite Filgueiras Borer, (Direito, PUC/SP, “A Dosimetria da Causa de Diminuição do Parágrafo 4 do Artigo 33 da Lei 11.343/2006, conforme o Constitucionalismo Garantista”, em 07/08/2015).
172. Luciano Tertuliano da Silva, (Direito, PUC/SP, “Manipulação Discursiva e Crise de Estado como Obstáculos à Institucionalização dos Direitos Fundamentais no Brasil”, em 10/08/2015).
173. Clint Rodrigues Correia (Direito, PUC/SP, como orientador, “Sentenças aditivas e a superação do paradigma do legislador negativo”, em 14/09/2015).

174. L'Inti Ali Miranda Faiad, (Direito, PUC/SP, “Constituição Financeira e Constituição Econômica: uma relação difícil”, em 14/12/2015).
175. Rafael Tocantins Maltez. (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “Proteção Jurídica e Gestão das Cavidades Naturais Subterrâneas: A Atividade Minerária e o Desenvolvimento Sustentável”, em 15/02/2016).
176. Paulo Sérgio Ribeiro. (Direito, PUC/SP, “Desenvolvimento Econômico e o Direito ao Mínimo Existencial: A Moradia como Serviço Público Essencial à Concretização da Dignidade da Pessoa Humana”, em 24/02/2016).
177. Luciana Zanchetta Oliver. (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “Ativismo Judicial no Brasil e as Consequências de sua Consolidação”, em 15/06/2016).
178. Andréa da Fonseca Torres Magalhães (Direito, UFRJ, “Precisamos falar sobre crise: a jurisprudência da crise sob uma perspectiva pragmática”, em 20/02/2017).
179. Diego Brito Cardoso. (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “Controle judicial de políticas públicas: fundamentos, limites e consequências”, em 23/02/17).
180. Solange de Oliveira. (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “O Direito à saúde na Constituição brasileira: complexidades de uma relação público-privada no SUS”, em 24/02/17).
181. Lucas Moreira Pessoa. (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “A expansão do Poder Judiciário e o espaço de sua autorrestrição fundada na separação dos poderes em sociedades democráticas e plurais”, em 09/03/2017).
182. Laura Baracat Bedicks. (Direito, USP, “Sistema difuso de controle de constitucionalidade e civil law no Brasil – eventuais relações”, em 21/03/2017).
183. Fernanda Gurgel Raposo. (Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, “Constituições Estaduais e a Ordem Econômica: autonomia e limites dos estados”, em 10/10/2017).
184. Denis Skorkowski. (Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, “Segurança jurídica e lógica de precedentes: motivação judicial para uso do ‘distinguishing’ e do ‘overruling’”, em 17/02/2020).
185. Hirdan Katarina de Medeiros Costa. (Direito, PUC/SP, como **Orientador**. Tema: “Quarta Revolução Industrial e o Papel do Estado Brasileiro na Pesquisa e Desenvolvimento”, em 02/03/2020).

186. Álvaro Adelino Marques Bayeux. (Direito, USP, como **Presidente** da banca e **Orientador**. Tema: Soberania econômica e infraestrutura: A delegação da infraestrutura como ameaça à soberania, em 07/04/2020).
187. Caio Augusto de Moraes Forjaz. (Universidade Nove de Julho. Tema: Os Parceiros Privados e o Desenvolvimento Social nas Contratações das Estatais”, 12/05/2020).
188. Fabiane Pereira de Oliveira. (Direito, USP. Tema: “A Velha e a Atual Doutrina do Habeas Corpus do Supremo Tribunal Federal”, Banca Remota, 08/06/2020).
189. Fábio Sampaio Mascarenhas. (Direito, USP. Tema: “A regulação jurídica da integração dos modais de transporte no Brasil: o sistema nacional de viação como instrumento para a superação do subdesenvolvimento”, Banca Remota, 04/09/2020).
190. Jamile Cruzes Moysés Simão. (Direito PUC/SP, **como orientador**, Tema: “Funcionalidades de um Código de Processo Constitucional para o Brasil”, 2021).
191. Natália Rosalmeida. (Direito, USP, **como orientador**, tema: “Internet das Coisas, Constituição Econômica e subdesenvolvimento: os desafios da atual revolução tecnológica para o Brasil”. Defesa em 2022).

4.6 Participação em bancas de tese de Doutorado

1. Cláudio Finkenstein (Direito das Relações Econômicas Internacionais, PUC/SP, em 06/09/2000).
2. Luis Cezar Ramos Pereira (Direito das Relações Econômicas Internacionais, PUC/SP, em 04/04/2001).
3. Paulo Roberto Barbosa Ramos (Direito Constitucional, PUC/SP, em 08/10/2001).
4. Rita da Conceição Coelho Loureiro (Direito Ambiental, PUC/SP, em 18/10/2001).
5. Gastão Alves de Toledo (Direito Constitucional, PUC/SP, em 17/05/2002).
6. Maria de Lourdes Seraphico Peixoto (Direito Constitucional,

- PUC/SP, em 21/11/2002).
7. Wilson Antônio Steinmetz (Direito do Estado, UFPR, em 25/02/2003).
 8. Oswaldo Luiz Palu (USP, em 12/02/2003).
 9. Edvar Luiz Bonotto (Filosofia do Direito, PUC/SP, em 15/05/2003).
 10. Rodrigo Valin de Oliveira (Direito do Estado, USP, em 21/05/2003).
 11. José Levi Mello do Amaral Júnior (Direito do Estado, USP, em 13/10/2003).
 12. Vânia Siciliano Aieta (Direito do Estado, PUC/SP, em 17/10/2003).
 13. Jussara Maria Moreno Jacintho (Direito do Estado, PUC/SP, em 06/11/2003).
 14. Marcelo Arno Nerling (Direito do Estado, PUC/SP, em 01/12/2003).
 15. Marcos Antônio Striquer Soares (Direito do Estado, PUC/SP, em 03/12/2003).
 16. Alberto Antônio Zvirblis (Direito, PUC/SP, em 02/07/2004).
 17. Antonio Carlos Segatto (Direito, PUC/SP, em 20/09/2004).
 18. Lílian Márcia Balmant Emerique (Direito, PUC/SP, em 16/11/2004).
 19. Roberto Botelho (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 03/12/2004).
 20. Alexandre Coutinho Pagliarini (**Como Orientador**, PUC/SP, em 20/12/2004).
 21. Enéas de Oliveira Matos (Direito, USP, 09/03/2005).
 22. Diego Selhane Pérez (Direito, USP, em 13/04/2005).
 23. Paulo Thadeu Gomes da Silva (Direito, PUC/SP, em 12/05/2005).
 24. Jayme Benvenuto Lima Júnior (Direito, USP, em 10/06/2005).
 25. Rubens Beçak (Direito, USP, em 30/06/2005).
 26. Juvelino José Strozake (Direito, PUC, em 08/05/2006).
 27. Paulo Lucena de Menezes (Direito, USP, em 22/05/2006).

28. Felipe Chiarello de Souza Pinto (**Como Orientador**, Direito, PUC, em 12/06/2006).
29. Soraya Regina Gasparetto Lunardi (**Como Orientador**, PUC, 16/06/2006).
30. José Roberto Anselmo (Direito, PUC, em 23/10/2006).
31. José Antonio Remédio (**Como Orientador**, Direito, PUC, em 16/11/2006).
32. Walter Rodrigues da Silva Filho (Direito, PUC/SP, em 28/05/2007).
33. Sergio Augusto Zampol Pavani (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 13/06/2007,).
34. Luiz Armando Badin (Direito, USP, em 10/10/2007).
35. Gustavo Vicente Sander (Direito do Estado, USP, em 30/04/2008).
36. José Claudio Pavão Santana (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 06/06/2008,).
37. Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 13/06/2008).
38. Renato Poltronieri (Direito, PUC/SP, em 25/06/2008).
39. Anna Silvia Bruno (Direito, Università degli Studi di Lecce – Itália, em 24/11/2008).
40. Lucas Gonçalves da Silva. (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 23/03/2009).
41. Renato Sorroce Zouain (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 18/05/2009).
42. Zamira de Assis (Direito, PUC/Minas, em 08/06/2009).
43. Alexis Galiás de Souza Vargas (Direito, PUC/SP, em 19 de junho de 2009).
44. Adriano Sant’Ana Pedra (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, em 29/06/2009).
45. Ana Claudia Silva Scalquette (Direito, USP, em 20/08/2009).
46. Alessandra Gotti Bontempo (Direito, PUC/SP, em 14/10/2009).
47. Ivan Simões Garcia (Direito, PUC/SP, em 13/11/2009).

48. Renato Eugenio de Freitas Peres (Direito, PUC/SP, “O método proposto por Leibniz para a Ciência do Direito”, em 19/05/2010).
49. Flávia Sousa Dantas Pinto (Direito, PUC/SP, “Tributos, Tribunais, Tribunais e Polícias: uma análise sistêmica da participação estratégica dos tributos nas políticas públicas”, em 28/05/2010).
50. Fernanda Leão de Almeida (Direito – área de Filosofia e Teoria Geral do Direito, USP, “A garantia institucional do Ministério Público em função da proteção dos direitos humanos”, em 11/06/2010).
51. Rogério Emilio de Andrade (Direito - área de Filosofia e Teoria Geral do Direito, USP, “Direito homogêneo – harmonização, uniformização e ambivalência do direito nacional”, em 14/06/2010).
52. Fabrício Muraro Novais (Direito, PUC/SP, “A contraconstitucionalização do Direito no Brasil: Elementos de uma guerra velada à Constituição de 1988”, em 21/06/2010).
53. Guilherme Amorim Campos da Silva (Direito, PUC/SP, “O uso de precedente estrangeiro pelo Supremo Tribunal Federal – Uma teoria de unificação do Direito Constitucional Material”, em 22/10/2010).
54. Lelio Maximino Lellis (Direito, PUC/SP, “Princípios Constitucionais do Ensino: História, Conceituação e Efeitos de sua Desobediência”, em 16/11/2010).
55. Guilherme Braga Peña de Moraes (Direito, PUC/SP, “Autonomia Processual da Justiça Constitucional: limites e possibilidades da atividade legislativa dos tribunais constitucionais”, em 27/01/2011).
56. Anderson Sant’Ana Pedra (Direito, PUC/SP, “Tribunal Constitucional como Órgão de Norma Positiva: Condições e limites para a edição de enunciados normativos”, em 28/03/2011).
57. Cibele Fernandes Dias Knoerr (Direito, PUC/SP, “Decisões Intermediárias da Justiça Constitucional como Mutação da Constituição”, em 28/11/2011).
58. Bráulio Santos Rabelo de Araújo (Direito, Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, USP, “A construção da esfera pública no Brasil a partir da constituição de 1988,” em 29/11/2011).
59. Carlos Eduardo Dieder Reverbel (Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “Jurisdição Constitucional na Ibero-américa:

jurisdição constitucional e ordinária, controle cumulado e separado”, em 02/03/2012).

60. João Glicério de Oliveira Filho (Direito, Universidade Federal da Bahia, “A hierarquização dos princípios da ordem econômica da Constituição brasileira de 1988”, em 30/03/2012).
61. Fábio Periandro de Almeida Hirsch (Direito, Universidade Federal da Bahia, “Direito adquirido a regime jurídico: confiança legítima, segurança jurídica e proteção das expectativas no âmbito das relações de direito público”, em 30/03/2012).
62. Rodrigo Bernardes Dias (Direito do Estado, USP, “A incorporação dos direitos sexuais aos direitos humanos fundamentais”, em 07/05/2012).
63. José Paulo Camargo Magano (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “As Categorias Processuais na Justiça Constitucional Limitada”, em 04/06/2012).
64. Vinícius Mancini Guedes (Direito Econômico e Financeiro, USP, “Planejamento urbano e princípio da igualdade”, em 06/07/2012).
65. Renato Gugliano Herani (Direito, PUC/SP, “A prova da inconstitucionalidade das leis na Justiça Constitucional brasileira”, em 24/10/2012).
66. Patrícia Rosset (Direito, PUC/SP, “Relações institucionais – reflexão legislativa”, em 29/10/2012).
67. Thiago Lopes Matsushita (Direito, PUC/SP, “O jus-humanismo normativo – expressão do princípio absoluto da proporcionalidade”, em 31/10/2012).
68. Marconi Antas Falcone de Melo (Direito, PUC/SP, “A preparação do Ministério Público para a Justiça Constitucional no Brasil”, em 23/11/2012).
69. Clílton Guimarães dos Santos (Direito Processual, USP, “Tutela jurisdicional aos direitos sociais”, em 03/06/2013).
70. Christiany Pegorari Conte (Direito Político e Econômico, Mackenzie, “Estado e Política de Inovação: considerações sobre a necessidade de estruturação de um modelo nacional de

- desenvolvimento tecnológico”, em 21/02/2014).
71. Damares Medina. (**Como Orientador**, Direito, Mackenzie, A” Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal”, em 04/08/2014).
 72. José do Carmo Veiga, (Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, “Efeito Vinculante: Fragilização do sistema jurídico ou reforço dos direitos humanos fundamentais?”, em 15/08/2014).
 73. Clint Rodrigues Correia (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, "Sentenças Aditivas e a Superação do Paradigma do Legislador Negativo", em 14/09/2015).
 74. Bruno Marzullo Zaroni. (Direito, UFPR, “Deliberação e Julgamento Colegiado”, em 02/10/2015, via Skype).
 75. Diogo Rais Rodrigues Moreira. (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “Atuação do Conselho Nacional de Justiça e Independência Jurisdicional: Interfaces e Interferências”, em 23/11/2015).
 76. Eloisa Machado de Almeida. (Direito, USP, “Amicus Curiae no Supremo Tribuna Federal”, em 12/02/2016).
 77. Marina Faraco Lacerda Gama. (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “O Supremo Tribunal Federal na fiscalização abstrata de políticas sociais”, em 06/04/2016).
 78. Leonardo Scofano Damasceno Peixoto. (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “Por um Código Processual Constitucional brasileiro como instrumento de efetivação dos direitos humanos”, em 08/04/2016).
 79. Maurício Moraes Tonin. (Direito, USP, “Solução de controvérsias e poder público: negociação e arbitragem”, em 11/05/2016).
 80. Fabrício Bittencourt da Cruz. (Direito, USP, “A efetividade da Constituição de 1988 quanto à delimitação do poder de edição de medidas provisórias”, em 30/05/2016).
 81. Daniela Bucci Okumura. (Direito, USP, “Limites materiais da liberdade de expressão política no direito eleitoral brasileiro”, em 01/06/2016).
 82. Nilton Rodrigues de Oliveira. (Direito, USP, “O papel atribuído ao Supremo Tribunal Federal como instância decisória dotada de

vinculatividade no sistema jurídico: uma leitura a partir da teoria sistêmica luhmanniana”, em 03/06/2016).

83. Jamil Ahmad Abou Hassam. (Direito, FADISP, “Direito Fundamental ao Aborto no Sistema Brasileiro”, em 28/10/2016).
84. Marco Antonio Moreira da Costa. (**Como Orientador**, Direito, PUC/SP, “Novos instrumentos do Ativismo Judicial: jurisprudência cruzada, estado de coisas inconstitucional e compromisso significativo”, em 16/02/2017).
85. Ricardo de Castro Nascimento. (Direito, PUC/SP, “Divisão de Poderes, origem, desenvolvimento e atualidade”, em 21/02/2017).
86. Pedro Francisco da Silva. (Direito, PUC/SP, “Tributação Ambiental – Normas Tributárias imantadas por valores”, em 24/02/2017).
87. Newton Pereira Ramos. (Direito, PUC/SP, “Poderes do juiz no processo civil cooperativo: limites e possibilidades no paradigma do Estado Democrático de Direito”, em 24/03/2017).
88. Daniel Guimarães Zveibil. (Direito, USP, “O mandado de segurança no sistema processual brasileiro: contribuição para revitalização de sua “eficácia potenciada”, em 26/05/2017).
89. Cláudia Marcia Costa (Mackenzie/SP, “O Protagonismo do Poder Judicial e Democrático de Direito: Diagnósticos, Consequências e Contribuições para a sua Transformação Democrática”, em 24/11/2017).
90. André Luiz dos Santos Nakamura. (Universidade Presbiteriana Mackenzie “Infraestrutura de Transporte como Instrumento Estatal de Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social” em 23/02/2018).
91. Marcos José Pinto. (**Como Orientador**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, “O delito de Depreciação Forçada de Pessoas no Brasil: insegurança jurídica e hipótese punitiva”, 11/06/2018).
92. Fernanda Cristina Covolan (Universidade Presbiteriana Mackenzie, “Novos Tempos, Velhos Problemas: Legislação sobre a Questão Social na Primeira República”, em 06/02/2019).
93. L’Inti Ali Miranda Faiad, (**Como Presidente da banca**, USP, “Estado e Startup’s: financiamento do ecossistema empreendedor via venture capital”, em 30/04/2019).

94. Fábio Goulart Tomkowski (**Como Orientador**, Universidade de São Paulo, “Constituição Econômica e Produtividade”, em 24/06/2019).
95. Jéssica Amanda Fachin (**Como Orientador**, PUC/SP, “Constitucionalismo Brasileiro e os Desafios para Consolidação da Democracia no Brasil”, em 20/10/2020, Virtual)
96. João Paulo de Faria Santos (Direito, USP, “A Regulação Democrática do Excedente no Campo: O Ainda Indispensável Direito Agrário”, em 11/03/2020, Virtual).
97. Anamara Osório Silva (Direito, USP, "Jurisdição e internet: pela construção de uma teoria geral à luz do direito internacional privado contemporâneo", em 12/04/2021, Virtual).
98. Andrea da Fonseca Santos Torres Magalhães (**Como orientador**, Universidade de São Paulo, “A Supremacia da Constituição Econômica”, em 27.09.2021, Virtual).
99. Leonardo Avelino (Direito, Faculdade Autônoma de Direito – FADISP. Tema: “Fundamentos Jurídicos da Atribuição Regulamentar – Espécies Regulamentares do Direito Brasileiro”, em 07/10/2021, virtual).
100. Fernanda Gurgel Raposo (**Como orientador**, Universidade de São Paulo – USP, “Democracia econômica e protagonismo estatal frente aos desafios da Inteligência Artificial” , conclusão em 2021).
101. Jonathas Lima Soler (Direito, USP, “O Neoextrativismo e a Ordem Econômica Constitucional Brasileira.”, em 16/03/2022).
102. Douglas Alencar Rodrigues (**Como orientador**, Direito, PUC/SP, “A Justiça Constitucional na Democracia: a busca da legitimidade substantiva”, em 29/09/2022).
103. Bruno Capelli Fulginiti (Direito, USP, “Controle Substancial de Validade das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico”, em 19/10/2022).
104. Leandro Teodoro Andrade (**Como orientador**, Direito, USP, “A Cidade Inteligente: perspectivas entre Direito Econômico e Revolução Tecnológica”, em 27/10/2022).

105. Solange de Oliveira (**Como orientador**, Direito, PUC/SP, “A configuração do Sistema Único de Saúde pela via decisória do STF”, em 05/02/2024).

4.7 Participação em comissão julgadora de concursos públicos para a carreira docente

1. Concurso de Provas e Títulos para Professor Titular da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, em 2009. Candidato aprovado: Luis Guilherme Acaro Conci.
2. Concurso para Professor Doutor do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, USP, em 26 a 28/04/2010. Candidato aprovado: Alessandro Serafim Octavani.
3. Comissão Julgadora de Provas e Títulos para Professor Doutor, nível MS-3 em RTP. Faculdade de Ciências Aplicadas e Faculdade de Tecnologia. UNICAMP, Limeira, 06, 07 e 08 de novembro de 2012. Candidato aprovado: Luis Vedovato.

4.8 Participação em bancas examinadoras de concursos de livre-docência

1. Daniella S. Dias (Livre-Docência, Direito, USP, em 02/08/2007).
2. Reinaldo Pereira e Silva (Livre-Docência, Direito, USP, em 14/05/2008).
3. Gastão Rubio de Sá Weyne (Livre-Docência, Direito, USP, em 07/11/2008).
4. Clarice Von Oertzen de Araújo (Livre-Docência, Direito, USP, em 07/11/2008).
5. Eduardo Ribeiro Moreira (Concurso de Livre-docência, Direito do Estado, USP, “Limites e possibilidades de alteração da Constituição - uma proposta para a estabilidade constitucional brasileira”, de 01 a 04/03/2010).
6. Maria Rita Ferragut (Concurso de Livre-docência, Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, USP, de 05 a 12/05/2011).
7. Cristiano Rosa de Carvalho (Concurso de Livre-docência, Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, USP,

de 05 a 12/05/2011).

8. Edson Beas Rodrigues Júnior (Concurso de Livre-docência, Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, USP, “O papel das cláusulas gerais de exceção do acordo trips na promoção do desenvolvimento sustentável”, de 30/05 a 03/06/2011).
9. Ana Maria de Oliveira Nusdeo Júnior (Concurso de Livre-docência, Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, USP, “Pagamento por serviços ambientais no Brasil – elementos para uma regulação ambientalmente íntegra e socialmente justa”, de 30/05 a 03/06/2011).
10. Cláudio Finkelstein (Concurso de livre-docência, Direito internacional, PUC/SP de 06 a 07/10/2011).
11. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy (Concurso de livre-docência, Departamento de Direito do Estado, Área Teoria Geral do Estado, “Domesticando o Leviatã: Litigância Intragovernamental e Presidencialismo de Articulação Institucional”, de 14 a 20/02/2013).
12. Rubens Beçak (Concurso de livre-docência, Departamento de Direito do Estado, Área Teoria Geral do Estado, “Reflexões sobre o envolver Democrático rumo à otimização - A atualidade da ‘democracia deliberativa’ e suporte teórico. Enfoque histórico- evolutivo. Contribuição à Teoria Geral do Estado”, de 14 a 20/02/2013).
13. José Maria Arruda de Andrade (Concurso de livre-docência, Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, Área de Direito Econômico e Economia Política, de 18 a 21/03/2013).
14. Walber de Moura Agra (Concurso de livre-docência, Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, Área de Direito Econômico e Economia Política, “Poder Econômico, Financiamento Eleitoral e a não Concretização da Constituição Econômica”, em 06 de dezembro de 2018).
15. Soraya Regina Gasparetto (Concurso de livre-docência, Departamento de Administração Pública, disciplinas: Direito Constitucional e Direito Constitucional Econômico, UNESP, de 21 a 22/11/2019).

4.9 Participação em bancas examinadoras de concursos públicos para a carreira jurídica

1. Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas para Juízes de Direito do Juízo Militar (Substitutos) TJM/SP. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, 2017.

2. Concurso Público. Membro efetivo da banca examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto e Juíza Federal Substituta do Tribunal Regional Federal - TRF-3 (Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul), 2021.

4.10 Participação em outras comissões julgadoras

1. IASP, Instituto dos Advogados de São Paulo: Integrante da Comissão Julgadora do Concurso de Monografias sobre o tema: súmula vinculante e repercussão geral: novos institutos de direito processual constitucional, São Paulo, 2007.
2. APAMAGIS: Integrante da Comissão Julgadora do III Prêmio APAMAGIS, Desembargador Manoel Thomaz Carvalhal. São Paulo, 24 de novembro de 2010.
3. APAMAGIS: Integrante da Comissão Julgadora do V Prêmio APAMAGIS, Desembargador Manoel Thomaz Carvalhal. São Paulo, 2012.
4. Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas para Juízes de Direito do Juízo Militar (Substitutos) TJM/SP. 2015. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.
5. Procuradoria Geral do Estado de São Paulo: Integrante da Comissão Julgadora do prêmio “O Estado em Juízo”. São Paulo, 30 de março de 2016.
6. FUNADESP: Avaliador do processo de seleção dos projetos de pesquisa submetidos à Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. São Paulo, 12 de novembro de 2018.
7. APAMAGIS: Integrante da Comissão Julgadora do VII Prêmio APAMAGIS, Desembargador Manoel Thomaz Carvalhal. São Paulo, 01 de dezembro de 2018.
8. SINDIPROESP - Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo: Integrante da Comissão Julgadora do 4º Prêmio Armando Marcondes Machado Júnior, São Paulo, 17 de janeiro de 2019.
9. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: Integrante da Comissão

Julgadora do Prêmio Tese Destaque USP – 8a. edição. São Paulo, 26 de abril de 2019.

10. APAMAGIS: Integrante da Comissão Julgadora do VIII Prêmio APAMAGIS, Desembargador Manoel Thomaz Carvalhal. São Paulo. Data: em andamento, início em outubro de 2019.
11. FUNADESP: Avaliador do processo de seleção dos projetos de pesquisa submetidos à Fundação de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. Brasília, 26 de novembro de 2019.

5. FUNÇÕES COMO GESTOR NA ÁREA EDUCACIONAL

1. Universidade de São Paulo:
 - 1.1 Membro nato da Congregação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.
 - 1.2. Nomeado como membro da Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, em 31.10.2017, participação finalizada em 02.05.2018.
2. Pró-Reitor de Pós-Graduação *stricto sensu* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de 2008 a 2012 (47 programas de Mestrado e Doutorado).
3. Diretor da Escola de Direito da Universidade Anhembi-Morumbi Laureate International Universities, 2013 a 2016.
4. Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional com ênfase nos Direitos e Garantias Fundamentais, na ESA- OAB/SP (Parecer CEE n. 305, de 2008), de 2009 a 2013.
5. Coordenador do Programa de Mestrado em Direito da UniAlfa (de 2019 a 2021).
6. Coordenador do Curso de Especialização em Direito Constitucional, promovido pelo Centro de Extensão Universitária, em conjunto com Ives

Gandra da Silva Martins e Alexandre de Moraes, 2006.

7. Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral na ESA-OAB/DF, de 2011 a 2012.
8. Coordenador do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Público da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Minas Gerais, 2005.
9. Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo no Centro de Extensão Universitária - SP.
10. Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito do Estado na Fundação da Universidade Federal da Bahia.
11. Coordenador do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Bandeirante de São Paulo, de janeiro de 2003 a maio de 2004.

6. ATIVIDADES REALIZADAS NA CRIAÇÃO, GESTÃO, ORIENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CENTROS OU NÚCLEOS DE PESQUISA

6.1. Associações brasileiras

1. Fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Eleito Presidente (2004 a 2006) e vice-presidente (2007 a 2009). Atualmente Presidente desde outubro 2019.
2. Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (de 2000 a 2001).
3. Fundador da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional. Eleito Presidente no primeiro e segundo biênios.
4. Conselheiro do Conselho Superior de Direito da FECOMÉRCIO (de 2007 a 2015).
5. Titular de Cadeira (**Noé Azevedo**) da Academia Paulista de Letras Jurídicas. Concedido em 11 de Agosto de 2003.
6. Titular da Cadeira n. 30 (**Patrão Celso Furtado**) da Academia Brasileira de Ciências, História e Literatura - ABRASCI, posse em 30 de outubro de 2015.

6.2. Associações internacionais

1. Membro do Instituto Iberoamericano de Derecho Constitucional, em sua sessão no Brasil, desde 02 de dezembro de 2003.
2. Titular da Cadeira n. 10 (**Patrono Rui Barbosa**) da Academia Latino-Americana de Ciências Humanas, empossado em 30 de abril de 2016.

6.3. Atuação como parecerista acadêmico

1. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: diversos projetos de pesquisa.
2. Universidade Presbiteriana Mackenzie: projetos de pesquisa de docentes do Programa de Mestrado em Direito, em 2004 e 2005.
3. Universidade Federal de Goiás: Processo de Seleção do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/CNPq*, em 2005.
4. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP: pedidos de bolsas.
5. Capes – MEC: pedidos de bolsas.

6.4. Organização de Pesquisa Universitária (como coorganizador)

1. Organização do Diretório de Pesquisas da PUC/SP: Seleta. Ano: 2009.
2. Organização do Diretório de Pesquisas da PUC/SP: Seleta. Ano: 2010.
3. Organização do Diretório de Pesquisas da PUC/SP: Seleta. Ano: 2011.

7. PALESTRAS, AULAS E CONFERÊNCIAS MINISTRADAS

7.1 Brasil (como participante)

1. Palestra sobre: “Poder Judiciário: O Judiciário e a Constituição. O modelo estrutural do Poder Judiciário e sua efetividade. Ingresso na Magistratura”, no IV Simpósio Nacional de Direito Público: “Dez anos de Constituição Federal”, promovido pelo IBDC, em 21 de novembro de 1998.
2. Palestra sobre: “A função do Poder Judiciário na Sociedade Moderna”, no XX Congresso Nacional de Direito Constitucional: “Perspectivas do Direito Público para o Século XXI”, promovido pelo I.B.D.C, em 6 de maio de 1999.
3. Palestra sobre: “STF: Uma Corte Política?”, no “IV Fórum Nacional de Processo Civil e Constituição”, promovido pelo IBDC, em 18 de junho de 1999.
4. Conferência sobre: “Tribunal Constitucional”, no VIII Congresso de Advogados de MS, promovido pela OAB/MS, em 2 de julho de 1999.
5. Conferência sobre: “Novo Estado Brasileiro e Medidas Provisórias”, na Semana Jurídica da Unisantia, em 19 de agosto de 1999.
6. Palestra sobre “Ação Popular”, no V Simpósio Nacional de Direito Público, promovido pelo IBDC, em 23 de outubro de 1999.
7. Conferência sobre: “Controle da Constitucionalidade”, na XII Semana Jurídica da Universidade de Fortaleza, promovida pelo C.A. Pontes de Miranda, em 12 de novembro de 1999.
8. Palestra sobre “A Lei Orgânica da Polícia Federal”, no II Congresso Nacional dos Delegados da Polícia Federal, promovido pela Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, em 3 de dezembro de 1999.
9. Palestra sobre “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, no XXI Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, promovido pelo I.B.D.C., em 26 de maio de 2000.
10. Conferência sobre “Direito de Privacidade nas Relações de Trabalho”, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Comissão de Estudos e Assessoria do Grupo 10 - CEAG-10 (SIDIPLAST), em 6 de junho de 2000 / 9-10h30.
11. Palestra sobre Direito Processual Constitucional no I Congresso Santista de Ciências Jurídicas: Tendências Contemporâneas, em 18 de agosto de 2000.

12. Palestra sobre “Ação Declaratória de Constitucionalidade” no Seminário Novos Aspectos do Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro, em 01 de novembro de 2000.
13. Conferência sobre “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, na Procuradoria do Estado de São Paulo, em 4 de dezembro de 2000.
14. Conferência sobre “Controle da Constitucionalidade: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, no IV Fórum das Instituições Financeiras, em Brasília, em 6 de dezembro de 2000.
15. Conferência sobre Direito Constitucional, na Unoeste, em Presidente Prudente, em 09 de maio de 2001.
16. Palestra sobre “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental em Matéria Tributária”, no II Simpósio Nacional de Direito Tributário, promovido pela ABDT – Academia Brasileira de Direito Tributário, em 11 de maio de 2001.
17. Palestra sobre “Interpretação e Hermenêutica Constitucional”, no XXII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, promovido pelo IBDC, em 30 de maio de 2001.
18. Palestra sobre “O Futuro do Estado”, no Curso promovido pela Universidade Federal do Paraná, em 22 de julho de 2001.
19. Palestra no III Colóquio Internacional de Direito Tributário, sobre “Sigilo Bancário e Tributário”, em 17 de agosto de 2001.
20. Palestra sobre “Tratado da Arguição de Preceito Fundamental”, II Jornada Jurídica, realizada na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 24 de setembro de 2001.
21. Palestra sobre “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, no 1º Ciclo de Palestras, promovido pelo IADE – Instituto de Aperfeiçoamento em Direito do Estado, em 26 de setembro de 2001.
22. Palestra sobre “Lei de Responsabilidade Fiscal”, no VII Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, em 02 de outubro de 2001.
23. Palestra sobre “Aspectos da Ação Declaratória de Constitucionalidade, Arguição de Preceito Fundamental e Incidente de Constitucionalidade”, promovido pela Escola Superior de Direito Constitucional, em 05 de outubro de 2001.
24. Palestra no Seminário “Os Novos Direitos e a sua Proteção Jurisdicional”, promovido pela FEMPAR (Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná), sobre “Ações Coletivas e Controle de Constitucionalidade”, em 13 de dezembro de 2001.

25. Palestra no XXIII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional: O Brasil à Espera de um Projeto Global, sobre Acesso à Justiça, em 24 de maio de 2002.
26. Palestra no II Congresso Alagoano de Direito Público, em 30 de maio de 2002.
27. Palestra Inaugural do II Seminário Internacional de Direito Constitucional, de Mossoró-RN, sobre “A Democracia Brasileira: O Sistema de Equivalência dos Poderes e as Crises Institucionais”, em 06 de junho e 2002.
28. Palestra no Congresso da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas, sobre “Tribunal Federal, os Tribunais Constitucionais e a Proteção da Cidadania”, em 14 de junho de 2002.
29. Palestra sobre “Ações Constitucionais”, na RENAP, em Ibitaré, Minas Gerais, em 10 de julho de 2002.
30. Palestra sobre “Controle da Constitucionalidade”, na Universidade Mackenzie, em 07 de agosto de 2002.
31. Palestra na Semana Jurídica da Faculdade de Direito da UNISA, sobre “Controle de Constitucionalidade no Brasil e Efeito Vinculante”, em 13 de agosto de 2002.
32. Palestra sobre “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, no 11º Encontro Nacional de Direito Constitucional, promovido pelo Instituto Pimenta Bueno, em 23 de agosto de 2002.
33. Palestra no Congresso de Direito Público no Estado do Espírito Santo, sobre “Imunidade Parlamentar e a E.C. n. 35”, em 29 de agosto de 2002.
34. Palestra na Escola de Contas Conselheiro Octacílio Silveira, no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, sobre “O Município no Federalismo Brasileiro”, em 05 de setembro de 2002.
35. Conferência Inaugural do Congresso de Direito Constitucional de João Pessoa, sobre “Evolução do Controle de Constitucionalidade e Efeito Vinculante”, em 05 de setembro de 2002.
36. Palestra sobre “Expectativas do Meio Jurídico sobre um Sistema Nacional de Segurança Pública”, em 09 de setembro de 2002.
37. Palestra sobre “Controle Difuso da Constitucionalidade e a Advocacia”, na Escola Superior de Direito Constitucional, em 04 de outubro de 2002.
38. Palestra no Fórum de Discussões Jurídicas da Faculdade de Direito do Recife: Homenagem ao Prof. Lourival Vilanova, sobre “A Defesa

- dos Princípios Constitucionais Mediante Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, em 06 de novembro de 2002.
39. Palestra sobre “As Ações Afirmativas e os Aspectos Jurídicos”, promovido pela OAB/ SP, em 22 de novembro de 2002.
 40. Palestra Inaugural da Procuradoria-Regional da União, em São Paulo, sobre “Tribunais constitucionais e controle da constitucionalidade”, em 31 de março de 2003.
 41. Palestra sobre “Tribunais Constitucionais, Cortes de Cassação e o STF” na OAB Pinheiros, em 11 de março de 2003.
 42. Palestra sobre “Controle de Constitucionalidade e Tribunais Constitucionais”, no I Congresso Brasileiro de Direito e Teoria do Estado, em Montes Claros. MG, em 30 de maio de 2003.
 43. Palestra sobre “O novo Código Civil e o Direito Constitucional”, na IX Semana de Estudos Jurídicos da UNICAPITAL. São Paulo, 11 de Agosto de 2003.
 44. Palestra sobre “Reforma do Poder Judiciário”, no Seminário promovido pela OAB/SP, em 15 de agosto de 2003.
 45. Palestra sobre “Questões Problemáticas nas Competências legislativas municipais”, no Encontro de Direito Constitucional do Instituto Pimenta Bueno. São Paulo, 22 de agosto de 2003.
 46. Palestra sobre “Tribunal Constitucional ou Proposta de Reforma”, na Semana Jurídica da Uniban, em 25 de agosto de 2003.
 47. Palestra sobre “Função Social do Direito de Propriedade na Constituição Econômica”, no II Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado, Salvador em 29 de agosto de 2003.
 48. Palestra sobre “O Juiz Constitucional no Brasil e os Problemas com as Diferentes Formas de Controle de Constitucionalidade”, no III Seminário Internacional de Direito Constitucional, em Mossoró, RN, em 30 de agosto de 2003.
 49. Palestra sobre “Os Direitos Humanos nas Cartas Brasileiras e no Direito Constitucional Comparado” e “A Conquista dos Direitos Humanos”, na Semana Jurídica da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, em 04 de setembro de 2003.
 50. Palestra sobre “O controle de Constitucionalidade – Evolução e perspectiva”, na Semana Jurídica sobre o tema “A Constituição de 1988 – 15 anos de vigência”, na UNIP de Ribeirão Preto, em 30 de setembro de 2003.
 51. Palestra sobre “Competências legislativas do Estado-membro no

- modelo federativo brasileiro”, no Seminário “Direito Constitucional Estadual”, promovido pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 03 de outubro de 2003.
52. Palestra sobre “Problemas e Perspectivas do Controle de Constitucionalidade”, na Semana de Estudos Jurídicos “Prof. Dr. Hermínio Alberto Marques Porto”, promovida pela UNIP campus Swift Campinas, em 03 de outubro de 2003.
 53. Palestra sobre “A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental como Meio de Controle de Constitucionalidade”, no Curso Desenvolvimento e Tendências Atuais do Controle de Constitucionalidade no Brasil, na AASP, em 08 de outubro de 2003.
 54. Palestra “A Constituição e o papel do Tribunal Constitucional”, no III Congresso para o Desenvolvimento Acadêmico, em Recife, 21 de outubro de 2003.
 55. Comentador no Painel “Direito Constitucional: Controle de Constitucionalidade”, no I Congresso de Direito Público em São Paulo, promovido pela Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT, em 07 de novembro de 2003.
 56. Palestra sobre “Controle Estadual de Constitucionalidade das Leis”, no Ciclo de Debates do Instituto Pimenta Bueno, promovida pelo Instituto Pimenta Bueno, em 25 de novembro de 2003.
 57. Debatedor no I Encontro Brasil-Espanha de Culturalismo Jurídico, no Centro de Extensão Universitária, em 19 de março de 2004. Conferência de encerramento sobre “República como Princípio Constitucional Fundamental”, no II Ciclo de debates Constitucionais: 115 anos de República, do IESP, em João Pessoa, em 26 de março de 2004.
 58. Palestra sobre “A Constituição Cidadã de 1988: estrutura, evolução e eficácia”, no I Congresso Paranaense de Direito Constitucional e Cidadania em Londrina, 26 de abril de 2004.
 59. Palestra sobre “Os caminhos do Brasil”, no XXIV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, em São Paulo, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, em 12 de maio de 2004.
 60. Palestra sobre “Aspectos atuais e controvertidos do controle de constitucionalidade no Brasil”, promovido pela Universidade Metodista de Piracicaba, em 20 de maio de 2004.
 61. Palestra sobre “Direitos fundamentais e privacidade”, no 1º Fórum Jurídico TOLEDO, em Araçatuba, em 18 de agosto de 2004.
 62. Palestra sobre “Os Direitos Fundamentais e sua Universalização”, no

- 13º Encontro Nacional de Direito Constitucional, na USP, em 19 de agosto de 2004.
63. Palestra sobre “Súmula Vinculante e Tribunais Constitucionais”, na III Semana Jurídica do Curso de Direito campus Santa Bárbara D’Oeste, em 13 de setembro de 2004.
 64. Palestra sobre “O combate ao terrorismo na preservação e universalidade dos direitos humanos: a tensão entre privacidade e segurança no início do século XXI”, no III Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado, em Salvador, em 16 de setembro de 2004.
 65. Conferência de abertura sobre “Constituição e Direitos Humanos”, no XII Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho Rural, em Franca, em 06 de outubro de 2004.
 66. Palestra “Jurisdição Constitucional - Hermenêutica”, no curso de Currículo Permanente, Módulo II - Direito Administrativo, promovido pela Escola de Magistratura do TRF 4ª Região, Paraná, em Novembro de 2004.
 67. Aula inaugural do IMES - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, sobre “Aspectos controversos dos Direitos Fundamentais”, em 07 de março de 2005.
 68. Palestra sobre “Mecanismos de expulsão da norma do sistema. Controle de Constitucionalidade Difuso e Concentrado”, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 12 de abril de 2005.
 69. Aula Magna sobre “Modelos do Controle de Constitucionalidade”, no Centro de Extensão Universitária, em 13 de Abril de 2005.
 70. Palestra de abertura, sobre “Cidadania e direitos fundamentais na Reforma do Judiciário”, no II Congresso Paranaense de Cidadania e Direito Constitucional, em 25 de abril de 2005.
 71. Palestra sobre “A Reforma do Judiciário”, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Erechim, em 14 de março de 2005.
 72. Palestra sobre “A Incorporação dos Tratados de Direitos Humanos nas Constituições Contemporâneas e a Reforma do Poder Judiciário”, no II Congresso Paranaense de Direito Constitucional e Cidadania, Londrina, 26 de abril de 2005.
 73. Palestra sobre “Métodos de interpretação e técnicas de decisão do STF”, no curso Anual de Direito Constitucional, da Sociedade Brasileira de Direito Público, em 04 de maio de 2005.
 74. Aula/Palestra sob o tema “Teoria Geral do Controle da Constitucionalidade”, no Curso de Especialização *Lato Sensu* em

- Direito Público”, Maringá, em 07 de maio de 2005.
75. Debatedor sobre o tema “Interpretação e Hermenêutica da Constituição” no XXV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional: O Direito Constitucional do Século XXI, dia 19 de maio de 2005.
 76. Palestra sobre “Recurso Extraordinário e a Reforma do Judiciário”, na XXVI Mesa de Debates na Faculdade de Direito da USP, promovida pela Assoc. Brasileira dos Constitucionalistas - Instituto Pimenta Bueno, em 31 de maio de 2005.
 77. Palestra sobre “Os Direitos Fundamentais e suas Perspectivas Pós-Reforma do Judiciário” no I Encontro Internacional de Direito Público, Natal, RN, 23 de julho de 2005.
 78. Palestra sobre “Direitos Fundamentais” na X Semana Jurídica da Universidade Paranaense, UNIPAR, dia 08 de agosto de 2005.
 79. Aula Magna “Aspectos Processuais da Reforma do Poder Judiciário”, no Centro de Cultura Jurídica da Bahia, na Faculdade Baiana de Ciências – FABAC, no dia 11 de agosto de 2005.
 80. Aula Magna “Introdução à Teoria Constitucional e o Estado Constitucional de Direito”, no Centro de Cultura Jurídica da Bahia, na Faculdade Baiana de Ciências - FABAC, no dia 12 de agosto de 2005.
 81. Palestra sobre “Direitos Fundamentais e Reforma do Poder Judiciário” no II Fórum Jurídico da Universidade Toledo, em Araçatuba, dia 19 de agosto de 2005.
 82. Palestra sobre “Democracia e Meios de Comunicação de Massa”, Mesa de Debates do 14º Encontro de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da USP, promovida pela Assoc. Brasileira dos Constitucionalistas - Instituto Pimenta Bueno, em 18 de agosto de 2005.
 83. Palestra sobre “A Reforma do Judiciário”, no Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, em São Luís - MA, dia 22 de agosto de 2005.
 84. Palestra sobre “A Reforma do Judiciário e os Direitos Fundamentais”, no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, dia 26 de agosto de 2005.
 85. Palestra sobre “Os Tribunais Constitucionais e a Interpretação Constitucional”, Mesa de Debates do Evento Debates Constitucionais 2005-II, em João Pessoa – PB, dia 27 de agosto de 2005.
 86. Palestra sobre “O Controle Difuso, o Recurso Extraordinário e a

- Repercussão Geral”, no IV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado, Salvador, BA, dia 08 de setembro de 2005.
87. Palestra sobre “Ação Civil Pública 20 Anos”, no I Congresso ESMARN – Região Oeste , promovido pelo Tribunal de Justiça e Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN. Mossoró, RN dia 24 de setembro de 2005.
 88. Palestra “Direitos Fundamentais e Políticos: Caráter Princípio lógico e Conflitivo”, proferida no Curso de Reciclagem para Magistrados de Mato Grosso do Sul na ESMAGIS, Campo Grande, dia 29 de setembro de 2005.
 89. Palestra “O Novo Regime Constitucional do Recurso Extraordinário”, no I Congresso de Direito Público da UNICAP - Univ. Católica de Pernambuco, Recife, dia 30 de setembro de 2005.
 90. Palestra “A Reforma do Poder Judiciário e o Controle de Constitucionalidade das Leis” para o Colegiado da Procuradoria Jurídica de Vitória, ES, dia 07 de outubro de 2005.
 91. Palestra “Política, Constituição e Valores Fundamentais” na Faculdade de Direito do Porto, no II Colóquio Internacional do Instituto Jurídico Interdisciplinar, dia 8 de novembro de 2005.
 92. Palestra “Jurisdição Constitucional, Judicialização da Política e Separação de Poderes” no I Congresso Internacional de Direito Constitucional da cidade do Rio de Janeiro, RJ, dia 30 de novembro de 2005.
 93. Palestra “Sistema Financeiro, Política Econômica e Controle de Constitucionalidade” na Jornada de Estudos Jurídicos do Banco Central do Brasil, Brasília, em 12 de dezembro de 2005.
 94. Palestra “A morte da Súmula Vinculante”, no VI Fórum Brasil de Direito, no Centro de Convenções, realizado por Juspodivm e Múltipla, Salvador, BA, dia 07 de abril de 2006.
 95. Debatedor/Comentarista na Palestra de Lançamento da Publicação da Fundação Konrad Adenauer “Cinquenta Anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão”, Faculdade Direito da USP, 03 de maio de 2006.
 96. Curso de extensão em “Interpretação e Princípios Constitucionais”, Integrante do Programa de Aprimoramento e Aperfeiçoamento Funcional dos Membros do Ministério Público do Estado de Goiás, Escola Superior do Ministério Público – Goiás, de 23 a 24 de junho de 2006.
 97. Seminário sobre Cenários Macroeconômico e Jurídico do Brasil para 2007 a 2010. “O Estado Brasileiro na Economia e a Insegurança

- Jurídica”. Banco do Estado do Pará – Belém no dia 25 de outubro de 2006.
98. IX Congresso Ibero Americano de Direito Constitucional e VII Simpósio Nacional de Direito Constitucional. “Os Tribunais Constitucionais na América Latina e a Proteção da Cidadania”. Academia Brasileira de Direito Constitucional, dia 13 de novembro de 2006, em Curitiba.
 99. Palestra “Justiça Constitucional e Produção do Direito” com comentários sobre a decisão da ADIN 2.591, que trata da aplicação do CDC às atividades bancárias. Banco Itaú - SP. 06 de dezembro de 2006.
 100. Palestra “Repercussão geral como nova condição de admissibilidade”. Instituto dos Advogados de São Paulo, 21 de março de 2007.
 101. Palestra: “Processo objetivo e objetivização do processo comum”. Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região. São Paulo, 28 de abril de 2007.
 102. Palestra: “Pragmatismo e Concretização Constitucional”. Encontro nacional de Direito Público. Hotel Blue Tree Pirâmide. Natal, 24 de maio de 2007.
 103. Seminário: “As Organizações Sociais no Novo Espaço Público Brasileiro”. Secretaria dos Negócios Jurídicos do Município de São Paulo. São Paulo, 01 de agosto de 2007.
 104. Palestra: “Súmulas vinculantes, repercussão geral: os novos caminhos do controle de constitucionalidade”. Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo. Escola Superior de Advocacia. Piracicaba, 19 de setembro de 2007.
 105. Palestra: “Princípios constitucionais da livre iniciativa, da livre concorrência, do livre exercício de qualquer atividade econômica”. Associação Paulista de Estudos Tributários – APET. São Paulo, 02 de outubro de 2007.
 106. “Controle de Constitucionalidade e Direitos Sociais na Constituição do Brasil”. VII Encontro de Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região. 07 de outubro de 2007. Hotel Ibero Star - BA.
 107. Palestra: “O Papel da Justiça Constitucional para o Estado Social”. 50ª Semana Jurídica - Centro Acadêmico XVI de Abril da Faculdade de Direito da PUC - Campinas. 23 de outubro de 2007.
 108. Aula: “Interpretações Contemporâneas dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais”. Curso de Extensão Universitária da Escola Paulista de Magistratura. São Paulo, 25 de outubro de 2007.

109. Palestra: “Direitos Fundamentais e o papel do STF”. 2º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional - 19 Anos de Constituição Federal. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 29 a 31 de outubro de 2007.
110. Palestra: “Súmula Vinculante”. XXXVI Semana Jurídica da Faculdade de Direito da UNIMEP. Universidade Metodista de Piracicaba. 01 de Novembro de 2007.
111. Conferência: “Controle de Constitucionalidade e os Direitos Sociais”. IV Seminário PGE Amazonense de Direito Público. Procuradoria Geral do Estado. Manaus, 09 de novembro de 2007.
112. Painel: “Jurisdição Constitucional e Direitos Sociais”. II Congresso Internacional de Direitos Sociais da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro. Auditório – EMERJ. 13 de novembro de 2007.
113. Palestra: “A Justiça Constitucional e o Estado Social”. Escola Superior da Magistratura de Sergipe. Sergipe, 10 de dezembro de 2007.
114. Palestra: “Constitucionalismo e normas regulamentares”. 1º Seminário Ibero Americano de Direito do Turismo e 5º Editur - Encontro de Direito de Turismo. Piracicaba, 18 de dezembro de 2007.
115. Palestra: “Controle de Constitucionalidade e os Direitos Sociais”. Seminário sobre Controle de Constitucionalidade do Instituto Potiguar de Direito Público. Natal, 14 de Março de 2008.
116. Palestra: “Democracia Deliberativa”. XXXVIII Mesa de Debates - Instituto Pimenta Bueno/FDUSP. São Paulo, 25 de março de 2008.
117. Palestra: “Gestão Esportiva e Ética Empresarial”. 3º Gestão e Conhecimento, Simpósio de Ciências Sociais Aplicadas e Tecnologia 2008. Mogi das Cruzes, Universidade Braz Cubas, 31 de março de 2008.
118. Palestra: “Por uma Justiça Constitucional substantiva”. VI Congresso Internacional de Direito Constitucional. Natal, 10 a 12 de abril de 2008.
119. Painel: “Hermenêutica e Interpretação da Constituição de 1988. 20 anos.” XXVIII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. São Paulo, 05 de junho de 2008.
120. Aula: “A arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Direitos Humanos - ESPGE. São Paulo, 23 de setembro de 2008.
121. Exposição: “Saúde: Direito de Todos”. II Congresso Internacional de Direitos Humanos/EPD. São Paulo, 24 de setembro de 2008.

122. Palestra: “O hibridismo do sistema presidencialista brasileiro - separação, independência, harmonia e fricção entre órgãos e pessoas detentoras de poderes estatais”. Congresso: Vinte Anos de Constituição, Virtudes, Crise e Desafios. AIDE/Academia Internacional de Direito e Economia. São Paulo, 29 de setembro de 2008.
123. Congresso Nacional de Estudos Constitucionais. “A Constituição e as minorias”. São Paulo, 02 de outubro de 2008.
124. Painel: “Perspectiva da Justiça Constitucional no Brasil”. I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional da PUC/SP - A Constituição e seus 20 anos - Avanços e Retrocessos. PUC, São Paulo, 20 de outubro de 2008.
125. Mesa de Debates: “20 Anos da Constituição - O Futuro”. Reunião de Associados do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados. Hotel Renaissance, São Paulo, 28 de outubro de 2008.
126. Palestra: “A Constituição Cidadã de 1988 - estrutura, evolução e eficácia”. 44º Curso de Atualização Jurídica - Encontro Estadual de Procuradores do Estado - CEPGE. Atibaia, 08 de novembro de 2008.
127. Conferência: “Direitos da Cidadania e a Inclusão Social - o papel do judiciário”. Seminário Declaração Universal, Constituição e Direitos Sociais. Escola de Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Campinas, 14 de novembro de 2008.
128. Palestra: “As Transformações da Jurisdição Constitucional Brasileira”. I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional PUC/SP: A Constituição e seus 20 anos:: “Avanços e Retrocesso. Teatro TUCA, 12 de janeiro de 2009.
129. Encontro do Diretório Nacional e dos Pró-Reitores de pesquisa e Pós-Graduação da região Sudeste - FOPROP 2009. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 07 e 08 de maio.
130. Exposição: “Justiça Constitucional”. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 07 de maio de 2009.
131. Palestra: “O resseguro na lei do contrato de seguro – constitucionalidade”. V Fórum de Direito do Seguro – José Sollero Filho, Instituto Brasileiro de Direito do Seguro. São Paulo, 20 de junho de 2009.
132. Conferência: “Democracia, Organizações Sociais e Reforma do Estado”. I Seminário - O Terceiro Setor na Área da Saúde, organizações Sociais, Oscip’s e Fundações. São Paulo, 26 de junho de 2009.
133. Palestra: “O juiz Constitucional e a Justiça do Trabalho”. 9º

Congresso de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do TRT da 15ª Região. Campinas, 03 de julho de 2009.

134. Palestra: “Controle Difuso de Constitucionalidade”. Seminário- Aspectos Relevantes do Direito Constitucional Moderno. Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região. São Paulo, 06 de agosto de 2009.
135. Palestra: “A força do precedente e a súmula vinculante”. VI Fórum Jurídico – Centro Universitário Toledo. Araçatuba, 17 de agosto de 2009.
136. Mesa Redonda: “Legislação sobre o reconhecimento de mestrado e doutorado no Mercosul”. Fórum de Pró-Reitores de pesquisa e Pós-Graduação - FOPROP 2009. PUC/SP, 27 e 28 de agosto.
137. Mesa Redonda: “Legislação e estado da arte sobre reconhecimento de Programas de Pós-Graduação pelos Conselhos Estaduais de Educação”. Fórum de Pró-Reitores de pesquisa e Pós-Graduação - FOPROP 2009. PUC/SP, 27 e 28 de agosto.
138. Palestra: “Democracia Representativa”. Seminário Estadual de Direito Político e Eleitoral – OAB/SP. São Paulo, 25 de setembro de 2009.
139. Palestra: “A Constituição e o Supremo Tribunal Federal”. XVIII Encontro de Direito Constitucional – Instituto Pimenta Bueno – USP. São Paulo, 24 a 26 de setembro de 2009.
140. Palestra: “Os legisladores vistos pelos juízes desconfiados”. Congresso Anual de Estudos Constitucionais. São Paulo, 01 de outubro de 2009.
141. Debatedor no III Colóquio Luso-Brasileiro: estudos de direitos humanos, antropologia e filosofia. São Paulo, 25 de fevereiro de 2010.
142. Seminário Nacional: Mestrados Profissionais em Ensino na Saúde. Brasília/DF, em 16 e 17 de março de 2010.
143. Palestra: “A Normatividade da Constituição Federal sob o paradigma do Constitucionalismo Contemporâneo”. Curso de Pós-Graduação lato sensu, Especialização em Direito do Estado da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. São Paulo, 09 de abril de 2010.
144. Palestra: “A neutralidade do Estado Laico”. II Encontro Mackenzie Direito e Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 27 de abril de 2010.

145. Convidado: I Congresso Jurídico-Científico e X Semanajur da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. São Bernardo do Campo, 25, 26 e 27 de outubro de 2010.
146. Palestra: “Súmula Vinculante, repercussão geral e pré-questionamento como limitações à livre convicção judicial”. Curso Segurança Jurídica e Discricionariedade na Atividade Jurisdicional. São Paulo, 05 de novembro de 2010.
147. Palestra: “Administração e Organização das Eleições”. Escola Judiciária Eleitoral Paulista - Reforma do Código Eleitoral. São Paulo, 22 de novembro de 2010.
148. Palestra: “O uso de paradigmas não nacionais na proteção dos Direitos Humanos”. 3º Congresso Internacional de Direito Brasil – Europa: Internacionalização do Direito, Cortes Internacionais e as formas de resolução de conflitos no mundo globalizado. São Paulo, 02 de dezembro de 2010.
149. Palestra: “Processo Constitucional: Tendências à abstrativização das decisões judiciais”. I Congresso Internacional de Direito da ESMARN. Natal, 10 de dezembro de 2010.
150. Palestra: “Eleições brasileiras e democracia representativa”. I Congresso Regional de Escolas Judiciárias Eleitorais. Recife, 17 de fevereiro de 2011.
151. Palestra: “A importância da Escola Judiciária para a consolidação e desenvolvimento do arcabouço teórico do Direito Eleitoral”. Encontro de Escolas Judiciárias Eleitorais no Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, 24 de fevereiro de 2011.
152. Palestra: “Apresentação sobre o planejamento estratégico do TSE”. Encontro de Escolas Judiciárias Eleitorais no Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, 25 de fevereiro de 2011.
153. Palestra: Breve histórico e aspectos gerais do modelo eleitoral brasileiro”. I Programa de Intercâmbio em Matéria Eleitoral do Foro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, promovida pelo Superior Tribunal Eleitoral. Brasília, 06 de abril de 2011.
154. Aula Magna: Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da PUC/SP - Módulo Internacionalização dos Direitos e da Ordem Econômica Social. São Paulo, 07 de abril de 2011.
155. Aula Magna: Teoria da Inconstitucionalidade. Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da PUC/SP - Módulo Introdução ao Pensamento Constitucional Justiça Constitucional. São Paulo, 11 de

abril de 2011.

156. Palestra: “A consolidação dos Direitos Humanos por meio da atuação dos diferentes poderes do Estado”. Curso de Pós-graduação Especialização em Direitos Humanos da PGE-SP. São Paulo, 21 de setembro de 2011.
157. Palestra: Jornalismo durante os períodos de eleição e de campanha: a questão da campanha antecipada. 1º Curso de Pós-Graduação *lato sensu* - Especialização em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral da Escola Judiciária Eleitoral Paulista. São Paulo, 26 de setembro de 2011.
158. Fala de Abertura – apresentação. Jornada PUC/SP: Brasil-Europa, Capitalismo Humanista, Mercado e Consumo. Escola da Magistratura do Trabalho da 2ª Região. São Paulo, 27 de setembro de 2011.
159. Fala de Abertura – apresentação. III Fórum do Ensino Superior Sobre os Desafios para o Ensino de História e Cultura Africana e Indígena. São Paulo, 27 de outubro de 2011.
160. Conferência de abertura. Curso de Formação em Direito Eleitoral para Juízes Eleitorais. Porto Alegre, 2011.
161. Palestra/Curso: “Hermenêutica Constitucional”. Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. João Pessoa, 7 de dezembro de 2011.
162. Organizador: Congresso Internacional Eleitoral. Brasília, 22 e 23 de março de 2012.
163. Palestra: “Eleições no Mundo – Crise do ‘Maquinário Democrático’”. Congresso Internacional Eleitoral. Brasília, 22 de março de 2012.
164. Palestra de abertura: “Perspectivas das eleições 2012”. IV Congresso Regional de Escolas Judiciárias Eleitorais. Salvador, 29 de março de 2012.
165. Organizador: Curso para Magistrados Multiplicadores – Eleições 2012. Brasília, 9 e 10 de abril de 2012.
166. Palestra de abertura: “Pressupostos constitucionais de interpretação e aplicação das leis eleitorais”. Seminário para Magistrados Multiplicadores – Eleições 2012 promovido pela EJE-TSE, Brasília, 9 de abril de 2012.
167. Palestra: “Controle de Constitucionalidade”. Na Sociedade Brasileira de Direito Público. São Paulo, 7 de maio de 2012.
168. Palestra: “O Tribunal de Contas e o modelo constitucional de seu

- funcionamento”. II Fórum de Direito Constitucional e Administrativo aplicado aos Tribunais de Contas, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Rondônia, 28 de maio de 2012.
169. Palestra: “Noção de Estado. Estado de Direito. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, Forma de Governo e Sistema de Governo. As funções jurídicas do Estado”. No Curso de Pós-Graduação em “Direito Administrativo” promovido pela Faculdade de Direito e pelo Departamento de Direito Público da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 28 de agosto de 2012.
170. Palestra: “Insegurança jurídica no Estado do Paraíba”. Seminário O Fisco Paraibano e a atual conjuntura – Realidade e Perspectiva. João Pessoa, 14 de setembro de 2012.
171. Conferência inaugural: “O Magistrado no século XXI”. No XXI Congresso Brasileiro de Magistrados promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Belém, 23 de novembro de 2012.
173. Congresso Internacional sobre o desenvolvimento da democracia e proteção dos Direitos Humanos. The case of the borderless use of constitutional judicial and constitutional courts decisions in Human Rights. 2012. (Congresso).
174. Reunião de Associadas do CESA - Contratação de serviços de contencioso e consultoria jurídica pela Administração Pública e seus efeitos para as Sociedades de Advogados. A contratação de escritórios de Advocacia por entes públicos: explicações quanto ao dever de licitar, inexigibilidade de licitação e configuração de ato ímprobo. São Paulo, 10 de fevereiro de 2014.
175. Palestra: A Competência para criar sistemas de Justiça Constitucional Sub-Nacionais e seu impacto no próprio modelo federal”. No I Congresso de Direito Público Comparado Brasil X Itália. São Paulo, 27 de maio de 2014.
176. Palestra: Democracia e Gestão Participativa no Judiciário: A Experiência do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo”. Democracia Dialógica. São Paulo, 13 de agosto de 2014.
177. Palestra: “Dilemas e Alternativas para o Poder Judiciário - Perspectiva Teórica”. VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário Florianópolis, 11 de novembro de 2014.
178. Palestra: “O Poder Judiciário e os Direitos Sociais” II Jornada ESMAFE/PR ITAIPU – Justiça e Cidadania. Brasília, 12 de Setembro de 2014.
179. I Seminário de Direito Econômico das Faculdades Alves Faria. “A

Constituição Econômica”. Goiânia, 05 de dezembro de 2014.

180. I Congresso Brasileiro de Direito Processual Constitucional. “Constituição dirigente, estado e omissão legislative”. Foz do Iguaçu, 21 de outubro de 2015.
181. IV Congresso da Magistratura Laboral de São Paulo – Efetividade dos Direitos Sociais e Judiciários Independente. “Ativismo Judicial. Direitos Socioeconômicos e Separação de Poderes”. São Paulo, 25 de Fevereiro de 2016.
182. Pós-Graduação da Escola Paulista de Magistratura. “A efetividade dos direitos fundamentais e dos direitos humanos na Constituição Federal de 1988”. Campinas, 11 de Maio de 2017.
183. Pós-Graduação da Escola Paulista de Magistratura. “A efetividade dos direitos fundamentais e dos direitos humanos na Constituição Federal de 1988”. São José dos Campos, 02 de Agosto de 2017.
184. Palestra sobre “Democracia e Poder Econômico”, no Congresso Internacional 20 Anos do programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas, Belo Horizonte, 07 de Dezembro de 2017.
185. Aula Ministrada no IDP - Instituto de Direito Público de São Paulo, no Curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional e Processo Constitucional. Tema: Formas de Estado, São Paulo, 26 de março de 2018.
186. Aula no Curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional e Processo Constitucional do IDP - Instituto de Direito Público de São Paulo. Tema: Rigidez e Supremacia Constitucional. Tipos de Inconstitucionalidade, 06 de agosto de 2018.
187. Palestra sobre “A Justiça Constitucional: 30 anos de mudanças e aprendizados”, no Seminário: Os 30 anos da Constituição Brasileira. Brasília-DF, 30 de novembro de 2018.
188. Aula Inaugural: “Direito 4.0? A funcionalidade jurídica na nova economia;” na XXI SEREC – Semana de Recepção de Calouros da Universidade de São Paulo, São Paulo, 15 de fevereiro a 01 de março de 2019.
189. Aula: “Modelos de Jurisdição Constitucional em Perspectiva Comparada”, na Especialização em Direito Constitucional da COGEAE – PUC/SP, São Paulo, 06 de maio de 2019.
190. Palestra aberta à comunidade acadêmica: “Tutela provisória”, no curso de pós-graduação em Direito Civil e Processual Civil do Centro Universitário UniMetrocamp | Wyden. Campinas, São Paulo, 13 de maio de 2019.

191. Palestra: “Cortes Supremas”, no II Congresso Processual Constitucional. Diretrizes do Processo Constitucional Brasileiro. OAB Paraná, Curitiba – PR, 29 de maio de 2019.
192. Aula: “Diálogo entre cortes constitucionais e sua influência na jurisprudência constitucional brasileira”, no curso de Pós Graduação em Direito Constitucional, Escola de Direito do Brasil, São Paulo, 19 de junho de 2019.
193. Aula: “Súmulas Vinculantes”, no 10º Curso de Pós-Graduação Latu Sensu – Especialização em Direito Público, Escola Paulista de Magistratura, São Paulo, 19 de agosto de 2019.
194. Seminário de Meio Termo, representando o Centro Universário Alves Faria, realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Brasília, de 09 a 10 de setembro de 2019.
195. Palestra: “Direito 4.0 – Desafios reais da nova economia digital”, no 5º Núcleo de Estudos em Gestão da Justiça e Aprimoramento de Magistrados da Escola Paulista de Magistratura de São José dos Campos, 27 de setembro de 2019.
196. Palestra: “Democracia, ativismo e justiça constitucional no mundo”, no 2º Núcleo de Estudos em Direito Comparado Brasil – Estados Unidos da Escola Paulista de Magistratura, 04 de dezembro de 2019.
197. Webinar: “Judicialização da Crise no STF”, realizado pelo Migalhas com apresentação de Saul Tourinho, link para acesso: https://www.youtube.com/watch?v=U62_MusQkIs, transmitido em 20 de maio de 2020.
198. Palestra: “Por um constitucionalismo supranacional”, no Seminário Internacional Democracia e Desenvolvimento Pós-Pandemia – Faculdade Autônoma de Direito – FADISP, com apresentação de Thiago Lopes Matsushita e participação de Luigi Ferrajoli, link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=GEiEvHQ8m-4>, transmitido em 15 de julho de 2020.
199. Webinar: “Ética Pública”, evento online IVEPESP 11 ANOS VIRTUAL, organizador e moderador Dr. Helio Dias, link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=7A2tK04eNkc>, transmitido em 12 de agosto de 2020.
200. Aula Magna: “Jurisdição Constitucional e Democracia”, evento online pela plataforma Google Meets, Centro Universitário IESB, mediação

por Douglas Alencar Rodrigues, transmissão em 1º de março de 2021.

201. Palestra para Etheria Editora: “A quarta Revolução Industrial”, evento online pelas plataformas Youtube, link de acesso <https://www.youtube.com/watch?v=IKmGWe3S3H4> e Even3, convidados: Douglas Alencar, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST e Ana Frazão, Professora Doutora de Direito Civil da Universidade de Brasília, transmitida em 15 de junho de 2021.
202. Sessão Pública: “Graduação e Pós-Graduação em Direito no Brasil”, evento online da Câmara de Educação Superior, do Ministério da Educação.
203. "Mesa de Abertura" da Summer School Siena, 7ª edição, FADISP, evento online, de 05 a 22 de julho de 2021. https://www.sympla.com.br/summer-school-siena-7-edicao---2021--fadisp_1268957
204. Palestrante da Aula inaugural da Pós-Graduação em Direito Constitucional e Administrativo da Escola Judicial do Tribunal Regional do trabalho da 18ª Região - EJUD 18, “A Constituição Econômica Brasileira e os Direitos Sociais”. Evento online, transmitido dia 06 de agosto de 2021, pela plataforma Zoom, com organização do TRT-GO e UNIALFA/FADISP.
205. Palestrante na Mesa de Encerramento do III Encontro das Magistradas Eleitorais, Tribunal Superior Eleitoral em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Salão Nobre do Edifício Sede do TSE, 28 de março de 2023.
206. Palestra: “A Era Digital e os Tribunais de Contas”, Congresso Internacional “Democracia e Controle Externo”, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, 17 e 18 de agosto de 2023.

7.2 Portugal

1. Palestra sobre “Jurisdição Constitucional Estadual no Brasil”, no Curso Luso-brasileiro de Direito Processual Constitucional, em Lisboa. Portugal, 10 de Julho de 2003.
2. Palestra “Súmula Vinculante”, no Encontro luso-brasileiro de Direito Constitucional, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa,

27 de janeiro de 2006.

3. III Colóquio Internacional do IJI - Direito Constitucional e Fundamentos do Direito. “A Constituição Aberta”. Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 30 de novembro de 2006.
4. Palestra: “O controlo jurisdiccional da actividade política”. V Encontro Luso- Brasileiro de Direito Constitucional. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 28 e 29 de janeiro de 2008.
5. Conferência: “2º Congresso Internacional de Direito – Brasil / Europa – Direito do Trabalho e Direitos Fundamentais em Portugal e no Brasil: - Análise contemporânea em face da globalização e da crise econômica. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 10 e 11 de dezembro de 2009.
6. Palestra no X Fórum Jurídico de Lisboa: *governance* da ordem jurídica em transformação, sobre “As novas fronteiras da Constituição econômica”, como parte do eixo temático 2: transformações econômicas globais, meio ambiente e sustentabilidade. Portugal: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 28 de agosto de 2022.

7.3. Argentina

1. Palestra sobre “Efeitos da Imposição Direta e Indireta: A Legislação brasileira, na parte em que regionalizou o imposto de valor agregado, impede a adoção de um regime jurídico único entre países, como ocorre na União Européia?”, na Semana de Direito Tributário Internacional, da Universidade Austral, Buenos Aires, Argentina, em 20 de agosto de 2004.

7.4. Espanha

1. Palestra: “Mercosul: situação atual, dificuldades federativas, tributárias e democráticas na integração do Brasil”. Universidad de Santiago de Compostela, em 29 de novembro de 2006.
2. Palestra: “A Unión Europea e o Mercosul”. Curso de Introducción ao Derecho Constitucional da Unión Europea – Universidad de Santiago de Compostela, em 24 de janeiro de 2008.
3. Conferencia: “Jurisdicción constitucional y derechos sociales”. Departamento de Derecho Constitucional de la Universidad de

Granada, em 1 de fevereiro de 2008.

4. Palestra: “Poder Judiciário em economias periféricas: o caso dos direitos sociais”. No VIII Congreso Iberoamericano sobre Cooperación Judicial. Madrid, de 25 a 27 de novembro de 2014.
5. Palestra: Acesso à Justiça: da sociedade litigiosa para a sociedade do dialogo”. Seminário Hispano Brasileiro “Para una investigación conjunta”. Universidad de Valladolid, 10 e 11 de dezembro de 2015.
6. Palestra: “Direitos econômicos na visão centro-periferia”. II Congreso Internacional Hispano-Brasileño: Derechos Humanos. Universidad de Valladolid, 30 e de junho a 1º de julho de 2016.
7. Palestra: “Economía digital, trabajo y protección social. VI Seminario Internacional Nuevas Tecnologías Y Derecho Retos y Oportunidades Planteados por la Robótica y la Inteligencia Artificial. Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid – UCM, 25.02 a 01.03.2019.
8. Palestra: “Internet e Liberdade Econômica”. VI Congreso Internacional Iberoamericano: Derechos Humanos/Direitos Humanos. Universidade de Valladolid. 08.07.2022.
9. Palestra: “O STF e a Constituição Econômica: casos e funções”. VI Congreso Internacional Iberoamericano: Derechos Humanos/Direitos Humanos. Universidade de Valladolid. 08.07.2022.
10. Palestra: “Garantías democráticas del proceso electoral en el Brasil y actuaciones más relevantes del Tribunal”. III Congreso Internacional de Ciberseguridad y Elecciones. Universidad Complutense de Madrid, 10, 11 e 12 de maio de 2023.
11. Palestra: “Elementos da Universalização e da Cultura dos Direitos Humanos” na Mesa “Globalização e Direitos Humanos, Moderador: Dr. Alisson Carvalho de Alencar. VII Congreso Iberoamericano: Derechos Humanos. Universidad de Valladolid. 05.07.2023.

7.5. Itália

1. Palestra: “Democracia Deliberativa”. Scuola Estiva Euro- Americana de Diritto Costituzionale. Lecce, 14 de julho de 2007 (3 horas)
2. Palestra: “Jurisdição Constitucional no Brasil”. Scuola Estiva Euro-

- Americana de Diritto Costituzionale. Lecce, 14 de julho de 2007 (3 horas).
3. Conferencia: “La sindicabilità della legge nello scenario federale brasiliano”. Istituto di Studi sui Sistemi Regionali, Federali e sulle Autonomie “Massimo Savero Gianinni”, Roma, 18 de julho de 2007.
 4. Seminário: “I venti anni della Costituzione del Brasile”. Università Degli Studi di Teramo: Dipartimento di Studi Giuridici, comparati, internazionali ed europei. Teramo, Itália, 21 de novembro de 2008.
 5. Conferência: “La Costituzione brasiliana ha 20 anni”. Consiglio Nazionale delle Ricerche: Istituto di Studi sui Sistemi Regionali Federali e sulle Autonomie “Massimo Severo Giannini”. Roma, 25 de novembro de 2008.
 6. II Giornata Italo-Brasiliana di Diritto Pubblico Comparato. Constituição Econômica e Desenvolvimento. Siena, 9 de Janeiro de 2015.
 7. Conferência: “Direitos socioeconomicos e desenvolvimento”. Summer School em Democracia e Desenvolvimento. Siena, 15 de julho de 2016.
 8. Curso de Verão: “Justiça Política? O caso brasileiro”. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Bolonha. Itália, 06 de julho de 2018.
 9. Palestra: “O Direito na Economia Digital”, 8º Summer School “Democracia e Desenvolvimento”, FADISP e Universidade de Siena, 12 de julho de 2022.
 10. Aula Magna na 9º Summer School “Democracia e Desenvolvimento, FADISP e Universidade de Siena. Siena, 10 a 14 de julho de 2023.

7.6 Polônia

1. Aula Magna: “Jurisdição Constitucional no Brasil”. Faculdade de Direito da Universidade de Wrocław, 26 de novembro de 2007.
2. Palestra: “Pontos Controvertidos da Jurisdição Constitucional do Brasil”. Uniwersytetu Jagiellonskiego. Kraków, 28 de novembro de 2007.
3. Palestra: “Pontos Controvertidos da Jurisdição Constitucional do Brasil”. Krakowska Szkoła Wyższa. Krakowie, 29 de novembro de 2007.
4. Palestra: “The case of the Borderless use of constitutional judicial and

constitutional courts decisions in Human Rights”. Warsaw - Polônia, 22 e 23 de abril de 2012.

7.7. Peru

1. Conferência: “Derechos Fundamentales”. IX Congreso Nacional de Derecho Constitucional. Arequipa, 18 de setembro de 2008.
2. X Congreso Iberoamericano de Derecho Constitucional. PUC Peru. Lima, 16 a 19 de setembro de 2009.
3. Conferência na “Primera Jornada Iberoamericana de Derecho Constitucional – balance, problemas, retos y perspectivas”. Ciudad Universitaria, Peru. 15 e 17 de setembro de 2009.
4. Conferência sobre Poder Judiciário na Ciudad de Piura, 2010.
5. Conferência no VII Congreso de Derecho Procesal Constitucional, promovido pela Universidad Católica de Santa María de Arequipa, com o título “El control constitucional em Brasil y la ‘súmula vinculante’”.
6. Palestra no VII Congreso de Derecho Procesal Constitucional organizado pela Universidad Católica de Santa María de Arequipa y la Asociación Peruana de Derecho Constitucional. Virtual, em 15 de outubro de 2021.
7. Palestra no I Congreso Internacional de Derecho Constitucional – Constitución & Proceso promovido pela Universidad César Vallejo – Filial Tarapoto. Virtual, 02 de dezembro de 2021, com o título “A Justiça Constitucional no Brasil”.
8. I Congreso Internacional de Derecho Constitucional: Constitución y Proceso. Universidad César Vallejo. Tarapoto, 2 a 4 de dezembro de 2021.

7.8. Angola

1. Conferência: “Segurança Global e Direitos Humanos”. Centro de Estudos e Investigação Científica – CEIC/Universidade Católica de Angola. Luanda, 17 de outubro de 2007.

7.9. Rússia

1. Aula Magna: “Use of foreign constitutional precedents”. Law Faculty St. Petersburg State University. Rússia, 7 de setembro de 2012.
2. Palestra: “The system of constitutional control and the National Council of Justice in Brazil”. St. Petersburg University. Russia, 17 de maio de 2012.
3. VI St. Petersburg International Legal Forum: “ The Legacy of Mikhail Speransky Pressing Issues of Law – Making and Codification of Law”. Russia, 18 de maio de 2016.

7.10. França

1. Palestra: “Les ordonnances en droit constitutionnel brésilien. Colloque Franco-Brésilien. Université Montesquieu IV. Bordeaux, 19 de junho de 2008.

7.11 Marrocos

1. Une Cour Constitutionnelle Internationale Au Service Du Droit Démocratique Et Du Droit Constitutionnel. Democratic principles and processes: between an International Constitutional Court and the inter-American Court of Human Rights. Marrocos, 16 e 17 juin 2015.

7.12 Inglaterra

1. Constitutional Environmental Adjudication: Comparative Perspectives. The National Council of Justice and the social and environmental responsibility of the Brazilian Judiciary. Topic: ‘The National Council of Justice and the social and environmental responsibility of the Brazilian Judiciary’. **Cambridge**, 20 de novembro de 2014.
2. The New Brazilian Judiciary Branch: social responsibility and political cleaning action. Palestra proferida no evento: *Actors, institutions, and policy change in Brazil: Current challenges and future scenarios*. **London School of Economics and Political Science**, 16 de março de 2018.

7.13 México

1. Influencia de la doctrina en la jurisprudência de los tribunales constitucionales y las cortes supremas. Escuela de Inverno, Universidad Iberoamericana, 31 de janeiro de 2017.

7.14 Estados Unidos

1. Alternative dispute: resolution and judiciary in Brazil. Boston, Harvard, 17 de abril de 2018.

7.15 Escócia

1. Palestra aula-aberta à comunidade acadêmica na Universidade de Glasgow, sobre “Brazilian Economic Constitution”, incluindo suas especificidades e mecanismos desenvolvimentistas. Escócia: University of Glasgow, 16 de abril de 2019.

7.16 Seminários, congressos e eventos em que participou com palestra de abertura e encerramento

1. Palestra de encerramento do V *Seminário Iberoamericano: Compliance y Corrupción*, organizado pela Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca em colaboração com a Escola de Direito da ALFA Educação – Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) e Faculdade Autônoma de Direito (FADISP), em 15 de novembro de 2022.

8. TRABALHOS PUBLICADOS

8.1 Livros (como único autor)

1. *Tribunal e Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional/Celso Bastos Editor, 1998. 167 p.

2. *Tratado da Arguição de Preceito Fundamental*. São Paulo: Saraiva, 2001. 483 p.
3. *Reforma do Judiciário no Brasil pós-88: (Des) estruturando a Justiça*. São Paulo: Saraiva, 2005. 200 p.
4. *Teoria da Justiça Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2005. 633 p.
5. *Direito Constitucional Brasileiro Concretizado*. Volume 1. São Paulo: Método, 2006. 800 p.
6. *Direito Constitucional Brasileiro Concretizado*. Volume 2. São Paulo: Método, 2008. 750 p.
7. *Fronteiras da Hermenêutica Constitucional*. Coleção Professor Gilmar Mendes. São Paulo: Método, 2009. 153 p.
8. *Manual do Novo Mandado de Segurança - Lei 12.016/2009*. Rio de Janeiro: Forense, 2009. 223 p.
9. *Nova Lei da Súmula Vinculante. Estudos e Comentários à Lei 11.417, de 19.12.2006*. São Paulo: Método, 3^o edição, 2009. 195 p. (1^a ed.: 2007; 2^a ed.: 2007.)
10. *Direito Constitucional Brasileiro Concretizado - Hard cases e soluções juridicamente adequadas*. Volume 3. São Paulo: Método, 2011.
11. *Constituição do Brasil Integrada*. São Paulo: Saraiva, 3^a edição, 2011. 833 p. (1^a ed.: 2005; 2^a ed.: 2007.)
12. *Direito Constitucional Econômico*. São Paulo: Método, 3^a edição, 2011. 360 p. (1^a ed.: 2003; 2^a ed.: 2006.)
13. *Guia das Eleições*. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 103 p.
15. *Paradigmas do Judicialismo Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2012. 181 p.
16. *Manual do Poder Judiciário Brasileiro*. 2^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. (1^a ed.: 2012.)
17. *Novo Direito Sumular brasileiro: súmulas vinculantes do STF comentadas*. São Paulo: Liqueet, 2021. 416 p.
18. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 20^a edição, 2022. 1280 p. (1^a ed.: 2002; 2^a ed.: 2003; 3^a ed.: 2006 4^a ed.: 2006; 5^a ed.: 2007; 6^a ed.: 2008; 7^a ed.: 2009; 8^a ed.: 2010; 9^a ed.: 2011; 10^a ed.: 2012; 11^a ed.: 2013; 12^a ed.: 2014; 13^a ed.: 2015; 14^a ed.: 2016; 15^a ed.: 2017; 16^a ed.: 2018; 17^a ed.: 2019; 18^a ed.: 2020; 19^a ed.: 2021; 20^a ed.: 2022; 21^a ed.: 2023).

8.2 Livros em co-autoria

1. *Tendências do Direito Público: no limiar de um novo milênio*. São Paulo: Saraiva, 2000. (co-autoria com Celso Ribeiro Bastos).
2. *Vade-Mécum Eleitoral: Integrado com resoluções, súmulas e jurisprudências*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. Em co-autoria com Enrique Ricardo Lewandowski.
3. *Vade-Mécum de Direito Administrativo: integrado*. 1ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. Em co-autoria com José Eduardo Martins Cardozo e F. Bolzan.
4. *Participe! Eleições, partidos políticos e ideologias de A a Z*. 1ª ed. São Paulo: Liquet, 2020. Em co-autoria com Renato Ribeiro de Almeida.
5. *O STF e a Constituição Econômica: casos e funções*. 1ª ed. São Paulo: InterSaberes, 2022. Em co-autoria com Marina Faraco Lacerda da Gama.

8.3 Organização de livros e obras coletivas: Brasil

1. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: Análises à Luz da Lei n. 9.882/99*. (em coordenação com Walter Claudius Rothenburg) 3ª tiragem. São Paulo: Atlas, 2001.
2. *Aspectos Atuais do Controle de Constitucionalidade no Brasil*. (em coordenação com Walter Claudius Rothenburg). Rio de Janeiro: Forense, 2003.
3. *Lições de Direito Constitucional em Homenagem ao Jurista Celso Bastos*. (coordenação com Ives Gandra Martins e Gilmar Ferreira Mendes). São Paulo: Saraiva, 2005.
4. *Reforma do Judiciário: Emenda Constitucional 45/2004*. São Paulo: Método, 2005. 616 p.
5. *Justiça Constitucional - Pressupostos Teóricos e Análises Concretas*. Belo Horizontes: Fórum, 2007. 451 p.
6. *Justiça Constitucional e democracia na América Latina*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
7. *Constitucionalismo - Os Desafios no Terceiro Milênio*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
8. *1988-2008: 20 anos da Constituição Cidadã*. São Paulo: Imprensa

oficial do Estado de São Paulo, 2008. 312 p.

9. *Constituição Federal, 15 anos: mutação e evolução*. (em co-coordenação). São Paulo: Método, 2009.
10. *Pesquisas PUC/SP: seleta*. (em co-coordenação). São Paulo: PUC/SP, 2009.
11. *Pesquisas PUC/SP: seleta*. (em co-coordenação). São Paulo: PUC/SP, 2010.
12. *Pesquisas PUC/SP: seleta*. (em co-coordenação). São Paulo: PUC/SP, 2011.
13. *O Direito Eleitoral e o Novo Código de Processo Civil*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.
14. *Direitos Humanos no Brasil 2017*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.
15. *Omissão inconstitucional (em co-coordenação)*. São Paulo: Max Limonad, 2018.
16. *Vestígios do Futuro: 100 anos de Isaac Asimov*. São Paulo: Etheria Editora, 2020.
17. *Um código de processo constitucional para o Brasil (em co-coordenação)*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021.

8.4 Organização de obras coletivas: Exterior

1. *La Pubblica Amministrazione tra Management, eGovernment e Federalismo (em co-coordenação)*. Trento (Itália): Tangram Edizioni Scientifiche. Gruppo Editoriale Tangram Srl, 2011.

8.5 Publicações em livros e obras coletivas (capítulos)

8.5.1 BRASIL

1. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999. 3 CD's de áudio (total do Curso: 12 CD's) e Manual, p. 83-104.
2. Refis: aceitação das cláusulas pactuadas e os limites do acordo

- bilateral em face dos direitos individuais. In: *Refis*. São Paulo: Edipro, 2001. 496 p. Referência: p. 27-53.
3. O Congresso Nacional como poder Constituinte. In: *Os Meandros do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 1030 p. Referência: p. 327-360.
 4. Do princípio da liberdade em face da tutela do consumidor: uma abordagem constitucional. In: *As Vertentes do Direito Constitucional Contemporâneo: Estudos em Homenagem a Manoel Gonçalves Ferreira Filho*. São Paulo: América Jurídica, 2002. Referência: p. 579-591.
 5. Elementos para uma teoria geral dos princípios na perspectiva constitucional. In: *Dos Princípios Constitucionais: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição*. São Paulo: Malheiros, 2003. Referência: p. 21-51.
 6. Princípio da dignidade da pessoa humana. In: *15 anos da Constituição Federal em busca de efetividade*. Bauru: 2003. Referência: p. 11-37.
 7. Perfil Constitucional do Recurso Extraordinário. In: *Aspectos Atuais do Controle de Constitucionalidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
 8. Aspectos atuais do controle abstrato da omissão inconstitucional do legislador no Brasil. In: *Constituição Federal, 15 anos: mutação e evolução*. (em co-coordenação). São Paulo: Método, 2009.
 9. A transição do direito constitucional brasileiro. In: *O Direito Contemporâneo em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2004. Referência: p. 1-30 (publicado em Portugal pela Editora Almedina em 2003 - referência abaixo).
 10. Temas de Direito Constitucional. In: *Temas de Direito Constitucional Estadual e Questões sobre o Pacto Federativo*. São Paulo: Alesp, 2004. Referência: p. 163-176.
 11. O novo código civil e o Direito constitucional. In: *Repercussões do Novo Código Civil no Sistema Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2004. Referência: p. 27-56.
 12. Especificidades metodológicas no processo decisório da Justiça Constitucional. In: *A Realização do Espaço Constitucional*. São Luís: Faculdade São Luís, 2004. Referência: 241-260.
 13. Recurso extraordinário: modificações, perspectivas e propostas. In: *Linhas Mestras do Processo Civil*. São Paulo: Atlas, 2005. Referência: “Recurso Extraordinário: modificações, perspectivas e proposta”, Referência: p. 38-63.

14. - Liberdade de Expressão-comunicação em face do Direito à privacidade. In: *Direito à Privacidade*. São Paulo: Idéias & Letras, 2005. Referência: p. 213-240. Liberdade de expressão-comunicação. In: *Direito Constitucional Contemporâneo. Estudos em Homenagem ao Prof. Paulo Bonavides*. Filomeno Moraes e Fernando Ximenes Rocha (coord.). Belo Horizonte: Del Rey, 2005. Referência: p. 49-64.
15. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. In: *Lições de Direito Constitucional em Homenagem ao Jurista Celso Bastos*. (Coordenação com Ives Gandra Martins e Gilmar Ferreira Mendes). São Paulo: Saraiva, 2005.
16. A repercussão geral no recurso extraordinário. In: *Reforma do Judiciário: Emenda Constitucional 45/2004 analisada e comentada*. São Paulo: Método, 2005. 616 p.
17. *Intervenção do Estado no domínio econômico*. In: *Direito do Agronegócio*. Coord. Márcia Walquiria Batista dos Santos e João Eduardo Lopes Queiroz. Belo Horizonte: Fórum, 2005. Referência: p. 59-94.
18. A Política Tarifária em Serviço Público. In: *Serviços Públicos e Direito Tributário*. Coord. Heleno Taveira Torres. São Paulo: Quartier Latin, 2005. Referência: p. 401-420.
19. Lei inconstitucional e o Poder Executivo no marco do Estado Constitucional de Direito. In: *Constituição e Crise Política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. Referência: p. 479-493.
20. Sigilo bancário e interesse público. In: *Direitos Fundamentais: Estudo em Homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. Referência: p. 61-88.
21. O discurso dos direitos fundamentais na legitimidade e deslegitimação de uma Justiça Constitucional substantiva. In: *Justiça Constitucional - Pressupostos Teóricos e Análises Concretas*. Belo Horizontes: Fórum, 2007. 451 p. (publicação original na Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, n. 2).
22. Liberdade de expressão-comunicação, limitações quanto ao seu exercício e possibilidade de regulamentação. In: *Leituras Complementares de Constitucional: "Direitos Fundamentais"*. 1. ed. Salvador, Editora JusPODIVM, 2007. V. 1. Referência: p. 163- 178 (2. ed., 2009, p.229-243; 3. ed 2008, p. 245-259.).
23. Direitos fundamentais e democracia. In: *Direitos Humanos e Democracia*. São Paulo. Editora Forense, 2007. Referência: p. 169-186 (em co-autoria).

24. Repensando a APDF no Complexo Modelo Brasileiro de Controle de Constitucionalidade. In: *Leituras Complementares de Constitucional – Controle de Constitucionalidade*. Salvador, Editora JusPODIVM, 2007. Referência: p. 57-72. (Republicado em *Desafios do Constitucionalismo Brasileiro*. Salvador: JusPODIVM, 2009. Referência: p. 7-11).
25. Teoria processual e processo constitucional. In: *Teoria do Processo – Panorama Doutrinário Mundial: Teoria Processual e Processo Constitucional “OBJETIVO”*. Salvador, Editora JusPODIVM, 2007. Referência: p. 69-86.
26. Poder Executivo em face das leis inconstitucionais: o caso dos prefeitos. In: *Constitucionalismo - Os Desafios no Terceiro Milênio*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
27. Liberdade econômica e tributação: o caso da Emenda 3 e a fraude à Constituição. In: *Prestação de serviços intelectuais por pessoas jurídicas*. São Paulo: MP, 2008. V. 1. Referência: pp. 83-93.
28. Por uma Justiça Constitucional substantiva. In: *Constituição e Efetividade Constitucional*. Salvador: JusPODIVM, 2008. Referência: p. 13-21. (publicação original na Revista Brasileira de Estudos Constitucionais).
29. Interpretação Jurídica em Hart e Kelsen: uma postura (anti)realista? In: *Teoria do Direito Neoconstitucional*. São Paulo: Método, 2008. Referência: p. 129-157 (em co-autoria).
30. Abertura epistêmica do Direito Constitucional. In: *Leituras Complementares de Constitucional - Controle de Constitucionalidade e Hermenêutica Constitucional*. Salvador: JusPODIVM, 2ª Ed. 2008, referência: p. 145-160; 3ª ed. 2008, referencia: p. 13-28.
31. Efeitos Abstratos do Controle Difuso de Constitucionalidade em processo Coletivo: Superando alguns Mitos e Distorções. In: *O Processo na Constituição*. São Paulo: Quartier Latin, 2008. Referência p. 648-680.
32. Direito Fundamental à Educação. In: *Direitos Sociais: Fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em Espécie*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. Referência p. 771-788.
33. *Os princípios fundamentais na Constituição de 1988: estudo de sua evolução em 20 anos*. In: *Constituição Federal - Avanços, contribuições e modificações no processo democrático brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. Referência p. 13-29.

34. A transição do Direito Constitucional Brasileiro em Vinte Anos de Consolidação Constitucional. In: *A Constituição Consolidada - Críticas e Desafios*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008. Referência p. 35-65.
35. A Constituição como suporte interpretativo das leis e códigos: o caso da interpretação conforme à Constituição. In: *Novas Perspectivas do Direito Privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. Referência p. 81-94. Concretização Constitucional. In: *Os 20 Anos da Constituição Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2009. Referência p. 277-291. (publicação original na revista Brasileira de Estudos Constitucionais).
36. Justiça Reparadora no Brasil. In: *Memória e Verdade - A Justiça de Transição no Estado Democrático Brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. Referência p. 69-92.
37. Justiça Reparadora no Brasil. In.: *Direito Militar: doutrina e aplicações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Referência: 124-42.
38. Aporias acerca do ‘Condomínio Legislativo’ no Brasil - uma análise a partir do STF. In: *Leituras Complementares de Direito Constitucional - Teoria do Estado*. Salvador: JusPODIVM, 2009. Referência: p. 151-176. (Publicado originalmente em: *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*. n. 6, Belo Horizonte: Editora Fórum, abr/jun de 2008. p. 161-189.)
39. *Comentários à Constituição Federal de 1988: “Artigo 102, parágrafo 1º”*. Rio de Janeiro: Forense, 2009. Referência: p. 1293-1306.
40. Sanções em matéria tributária. In: *Curso de Direito Tributário*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. V.1. Referência: p. 525-538.
41. *Estado Constitucional e Organização do Poder*. São Paulo: Saraiva, 2010.
42. A Constituição de 1988 e o direito à educação. In: *Perspectivas constitucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. Referência: p. 251-67.
43. Direito administrativo no Estado mínimo. In: *Direito Administrativo Econômico*. CARDOZO, José Eduardo Martins, QUEIROZ, João Eduardo Lopes, DOS SANTOS, Márcia Walquiria Batista (coordenadores).. São Paulo: Atlas, 2011. pp. 81-98.
44. A intervenção do Estado no Domínio Econômico. In: *Direito Administrativo Econômico*. CARDOZO, José Eduardo Martins, QUEIROZ, João Eduardo Lopes, DOS SANTOS, Márcia Walquiria Batista (coordenadores). São Paulo: Atlas, 2011. pp. 225-256.

45. Crises Econômicas e Segurança Pública. In: *Direito Administrativo Econômico*. CARDOZO, José Eduardo Martins, QUEIROZ, João Eduardo Lopes, DOS SANTOS, Márcia Walquiria Batista (coordenadores). São Paulo: Atlas, 2011.pp. 1.455-1.464.
46. “Requisitos no exercício da ação popular” (em coautoria com Guilherme Amorim Campos da Silva), In: *Edições Especiais da Revista dos Tribunais - 100 anos - Volume V, Instrumentos e Garantias de Proteção. (Coleção Doutrinas essenciais: Direitos Humanos)*. Orgs. Flávia Piovesan e Maria Garcia. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais RT, 2011. [originalmente publicado in *Revista de Direito Constitucional e Internacional. RDCI 16/225, jul-set/1996*]
47. “Extensão da ação popular enquanto direito político de berço elencado no título dos direitos e garantias fundamentais dentro de um sistema de democracia participativa” (em coautoria com Guilherme Amorim Campos da Silva) In: *Edições Especiais da Revista dos Tribunais - 100 anos - Volume V, Instrumentos e Garantias de Proteção. (Coleção Doutrinas essenciais: Direitos Humanos)*. Orgs. Flávia Piovesan e Maria Garcia. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais RT, 2011. [originalmente publicado in *Revista de Direito Constitucional e Internacional. RDCI 11/106 abr-jun/1995*]
48. Reflexões sobre a legitimidade e as limitações do poder constituinte, da assembléia constituinte e da competência constitucional reformadora. In: *Direito Constitucional: teoria geral da constituição (Coleção Doutrinas essenciais, v. 1)*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, pp. 333-360. (Publicado originalmente in *Revista de Direito Constitucional e Internacional, RDCI 21/221, out/dez 1997*).
49. A categoria dos preceitos fundamentais na Constituição brasileira In: *Direito Constitucional: teoria geral da constituição (Coleção Doutrinas essenciais, v. 1)*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, pp. 607-639. (Publicado originalmente in *Revista de Direito Constitucional e Internacional, RDCI 34/105, jan/mar 2001*)
50. O modelo brasileiro de controle difuso-concreto da constitucionalidade das leis e a função do Senado Federal. In: *Direito Constitucional: defesa da constituição (Coleção Doutrinas essenciais, v. V)*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, pp. 545-572. (Publicado originalmente in *Revista dos Tribunais, RT 819/45, jan/2004*)
51. A superação da doutrina tripartite dos “poderes” do Estado. In: *Direito Constitucional: organização dos poderes (Coleção*

- Doutrinas essenciais, v. IV*). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, pp. 25-33. (Publicado originalmente *in Revista de Direito Constitucional e Internacional, RDCI 29/66, out/dez 1999*).
52. Poder legislativo municipal. In: *Tratado de Direito Municipal*. GODOY, Marly, MARTINS, Ives Gandra da Silva (orgs.). São Paulo: Quartier Latin, 2012.
 53. Justiça Constitucional e Direitos Sociais no Brasil. In: *Neoconstitucionalismo e atividade jurisdicional - Do passivismo ao ativismo judicial*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. Referência: volume 1, p. 579-597.
 54. Imprensa e eleições: uma liberdade à brasileira. In: *Direito Eleitoral e Processual Eleitoral*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
 55. Princípios constitucionais. In: *Tratado de Direito Constitucional. 2ª edição*. MARTINS, Ives Gandra; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do (coordenadores). São Paulo: Saraiva, 2012. Referência p. 456-496.
 56. Poder de polícia: da supremacia do interesse público à primazia dos direitos fundamentais. In: *Tratado de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva: 2013.
 57. O federalismo social. In: *O federalista atual*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013, p. 237-248.
 58. Judiciário e educação: a propósito das escolas da magistratura. In: *Direito e experiência: estudos em homenagem a Eros Roberto Grau*. São Paulo: Malheiros Editores, 2013, v. II, p. 1.502-1.526.
 59. A complexa construção da fidelidade partidária no Brasil. In: *STF e Direitos Fundamentais: diálogos contemporâneos*. Salvador: JusPODIVUM, 2013, p. 39-63.
 60. O Poder Judiciário: entre o Estado laico e a presença religiosa na Constituição de 1988. In: *Liberdade religiosa no Estado Democrático de Direito*. Rio de Janeiro: Luminem Juris, 2014, p. 115-128 (O tema foi apresentado originalmente em artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, jan/mar 2008, v. 5, sob o título “Religião e Neutralidade do Estado”).
 61. Aspectos constitucional-civis do direito fundamental à imagem. In: *Direito Civil Constitucional e outros estudos em homenagem ao Professor Zeno Veloso: uma visão luso-brasileira*. São Paulo: Editora Método, 2014, pp. 889-899.
 62. O Impacto da Lei Ficha Limpa nos tribunais: breve relato e anotações. In: *Ficha Limpa*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 109-116.

63. Um novo olhar sobre o sistema de justiça para o Brasil. In: *Juiz constitucional: Estado e poder no século XXI: homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski*. Organizadores: Cláudio Salvador Lembo; Manoel Carlos de Almeida Neto; Monica Herman Gaggiano, v. 01, p. 41-60, 2015.
64. Representação 930: A liberdade de profissão, suas condições e o interesse social. In: *Centenário José Geraldo Rodrigues de Alckmin*. Organizadores: Arnaldo Wald; Ives Gandra da Silva Martins; José Horário Halfield Rezende Ribeiro. São Paulo: IASP, 2015, p. 61-80.
65. CNJ como Instância de Suporte aos Magistrados na Complexidade Decisória: o caso dos direitos sociais e econômicos. In: *CNJ 10 Anos*. Brasília: CNJ, 2015, p. 33-52.
66. Princípios Constitucionais do Processo Eleitoral: In: *O Direito Eleitoral e o Novo Código de Processo Civil*. Organizadores: André Ramos Tavares, Walber de Moura Agra, Luiz Fernando Pereira. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, p. 17-38.
67. Direitos Humanos Universais no Século XXI: uma reconceitualização necessária, 51. In: *Desafios dos Direitos Humanos no Século XXI*. São Paulo: Quartier Latin, 2016, p.51-65.
68. A Jurisprudência sobre Partidos Político no STF: Entre eleições, poder Econômico e Democracia. In: *Sistema Político e Direito Eleitoral Brasileiros – Estudos em homenagem ao Ministro Dias Toffoli*. Organizadores: João Otávio de Noronha; Richard Pae Kim. São Paulo: Atlas, 2016, p. 43-74.
69. A Desconstrução do Pacto Constitucional. In: *Direitos Humanos no Brasil 2017: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. Organização: Daniela Stefano; Maria Luisa Mendonça. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2017, v. 1, p. 147-156.
70. Direito à vida. (Comentário ao artigo 5º, *caput* da Constituição do Brasil). In: J.J Gomes Canotilho (et. Al.) *Comentários à Constituição do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018. Referência p. 214-217.
71. Comentário ao artigo 5º, XXXIII da Constituição do Brasil. In: *Comentários à Constituição do Brasil – 2ª ed.* J.J Gomes Canotilho (et. Al.) São Paulo: Saraiva/Almedina, 2018. Referência p. 376-378.
72. Direitos Sociais e sua “evolução judicial” nos 30 anos da Constituição do Brasil. In: *30 anos da Constituição Brasileira: democracia, direitos fundamentais e instituições*. TOFFOLI, Antonio Dias (org). Rio de Janeiro: Forense, 2018. P. 597-620.

73. O combate à omissão inconstitucional e a construção do Estado Social brasileiro em 30 anos de Constituição Cidadã. In: *30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil: virtudes, obstáculos e alternativas*. MARTINS, Ives Gandra da Silva. FLORA, Luis Antonio. PRADO, Ney São Paulo: FECOMERCIO-SP, 2018, p. 98-127.
74. Os instrumentos judiciais específicos de combate à omissão inconstitucional no Brasil e sua contextualização socioeconômica. In: *Omissão inconstitucional*. TAVARES, André Ramos. GAMA, Marina Faraco Lacerda.. São Paulo: Max Limonad, 2018, p. 9-38.
75. O STF e os Direitos Sociais em 30 anos da Constituição do Brasil. In: *Constituição Federal 30 anos*. FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves (coord).. Ribeirão Preto: Migalhas, 2018, p.109-134.
76. A democracia pelo STF. In: *30 anos da Constituição Federal do Brasil – 1988 / 2018*. JR, Belisário dos Santos. VALIM, Rafael. São Paulo: Imprensa Oficial, 2018, p. 26-28.
77. Planos urbanísticos na Constituição Econômica. In: *Tratado de Direito Municipal*. NASCIMENTO, Carlos Valder do. PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. MENDES, Gilmar Ferreira. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 491-502 .
78. O princípio da moralidade nas eleições: os casos ficha limpa. In: *Constituição da República 30 anos depois*. ARABI, Ahner Youssif Mota Arabi. MALUF, Fernando. NETO, Marcello Lavenère Machado (coord). Belo Horizonte: Fórum, 2019, p.191-208.
79. A Constituição desconsertada. In: *30 anos da Constituição de 1988*. BOLONHA, Carlos. OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de. ALMEIDA, Maíra. SEGUNDO, Elpídio Paiva Luz (coord). Belo Horizonte: Fórum, 2019, p.133-134.
80. Processo Constitucional e Integridade Jurisprudencial. In: *Processo Constitucional*. MARINONI, Luiz Guilherme. SARLET, Ingo Wolfgang (coord). São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 463-470.
81. Direitos socioeconômicos na periferia do capitalismo: uma proposta de mudança. In: *Direitos Humanos. Diálogos ibero-americanos*.

- VELLOZO, Julio César de Oliveira. ISHIKAWA, Lauro. FILHO, Marco Aurélio Florêncio (orgs). Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019, p. 1041-1048.
82. A defesa da Constituição de Weimar. In: *Cem anos da Constituição de Weimar (1919-2019)*. BERCOVICI, Gilberto (org.). 1. Ed. São Paulo: Quartier Latin, 2019.
83. ADI 4.650 – Financiamento de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas. In: *Os grandes julgamentos do supremo*. ARABI, Abhner Youssif Mota. MALUF, Fernando. NEVES, José Roberto de Castro Neves (orgs).; FUX, Luiz (coord.). Rio de Janeiro: GZ, 2020, p. 33-44.
84. A regulação na era digital: pressupostos e divergências no Brasil: In: Reynaldo Soares da Fonseca; Daniel Castro Gomes da Costa (Org.). *Direito regulatório: perspectivas e desafios para a Administração Pública*. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 401-419.
85. A universidade e seu papel socioeconômico. In: SCAFF, Fernando F., EVARISTO PINTO, Alexandre (Coord.). *Direito econômico contemporâneo: estudos em homenagem ao Professor Fábio Nusdeo*. São Paulo: Editora Iasp, 2020, p. 585-609.
86. *Covid-19 – Impactos jurídicos na tecnologia*. São Paulo: Editora D'Plácido, 2020, p. 33-45.
87. *Parecer Prof. André Ramos Tavares. In.: As Inconstitucionalidades da Extensão dos Prazos das Patentes: Homenagem ao prof. Dr. Denis Borges Barbosa*. SVENSSON, Gustavo (org.). Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2021, p. 199-252.
88. Direito processual constitucional: como técnica e como poder. In: TAVARES, André Ramos, GAMA, Marina Faraco Lacerda (coord.) *Um código de processo constitucional para o Brasil*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2021. Referência: p. 3-48.
89. Telefonia: limite de dados na franquia do contrato. In: *Supremo 4.0: Constituição e tecnologia em pauta*. BRITO, Carlos Augusto Ayres de (coord.) 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. Referência: p. 253-272.
90. Título I – Da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais (Arts. 926 a 928). In: *Código de Processo Civil*

Interpretado. MARCATO, Antonio Carlos (coord.). 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2022. Referência: p.1482-1487.

91. O Risco Democrático na Era Digital. In: *Eleições e Democracia na era Digital*. Coordenadores: Paulo Gonet Branco, João Velloso, Reynaldo Fonseca, Gabriel Fonseca e Pedro Gonet Branco. São Paulo: Almedina, 2022, p. 427-438.
92. *A propagação de elementos redutores dos direitos sociais no Brasil*. In: Ricardo Calcini. (Org.). Reflexões jurídicas contemporâneas: estudos em homenagem ao Ministro Douglas Alencar Rodrigues. 1. ed. Leme/SP: Mizzuno, 2022, v. 1, p. 120-133.

8.5.2. FRANÇA

1. La justice réparatrice au Brésil (co-autoria). *La mémoire et le pardon: Les commissions de la vérité et de la réconciliation en Amérique latine*. Paris: L'Harmattan, 2009. Referência: p. 39-60.

8.5.3 MÉXICO

1. O poder regulamentar do presidente: possibilidade de controle corretivo exercitável pelo parlamento brasileiro. In: HÄBERLE, Peter (coord.); BELAUNDE, Domingo García (coord.). *El control del poder: homenaje a Diego Valdés*. México - D.F.: Universidad Nacional de México, 2011. Referência: tomo I, p.365-374.
2. Derecho Procesal Constitucional: “Encuesta sobre Derecho Procesal Constitucional”. México: Editora Porrúa, 2006. Referência: p. 43-47.
3. La ciência Del Derecho Procesal Constitucional. Estudios en homenaje a Hector Fix-Zamudio en sus cincuenta años como investigador del Derecho: Justiça Constitucional: superando as teses do “legislador negativo” e do ativismo de caráter jurisdiccional. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2008. Referência: p. 825-846.
4. Brasil: A contribuição da doutrina na jurisdição constitucional brasileira (apresentação de dados) (em co-autoria). In: *Profesores y jueces: influjos de la doctrina en la jurisprudencia constitucional de Iberoamérica*. Lucio Pegoraro; Giovanni A. Figueroa Mejía (Org.). 1ed..Cidade do México: Suprema Corte de Justicia de la Nación/Centro de Estudios Constitucionais, 2016, v. 2, p. 179-220.
5. Influencia de 1917 na doutrina e nas Constituições econômicas brasileiras. In: *Mexico y la Costitución de 1917 - Influencia extranjera*

y trascendencia internacional. Organizadores: Hector Fix-Zamudio; Eduardo Ferrer Mac-Gregor. 1ed. Ciudad de México: Senado de la República, 2017, v. 1, p. 707-743.

6. As duas Magnas Cartas e o Ponto Mágico da Construção Capitalista do Direito. In: *La Ciencia del Derecho Constitucional Comparado: estudios en homenaje a Lucio Pegoraro*. Coordinadores Silvia Bagni, Giovanni A. Figueroa Mejía; Giorgia Pavani. Ciudad Del México: Tirant lo Blanc, 2017. P. 1227-1250.
7. Las sentencias constitucionales del Supremo Tribunal Federal de Brasil. In: *Típología y efectos de las sentencias constitucionales, regionales y supranacionales*. Tomo I. Coordinador: Giovanni A. Figueroa Mejía, 2022, p. 297-338.

8.5.4 PORTUGAL

1. A transição do direito constitucional brasileiro. In: *O Direito Contemporâneo em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Almedina, 2003. Referência: p. 37-65.
2. O desenvolvimento da idéia de “Estado Econômico” no mundo globalizado. *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Marques Guedes*. Coord. Paulo Otero: Coimbra: Coimbra Editora Limitada 2004. Referência: p. 917-946.
3. A jurisdição constitucional sub-nacional na Federação Brasileira. *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha*. Coord. Jorge Miranda: Coimbra: Coimbra Editora Limitada 2005. Referência: p. 93-110.

8.5.5 ITÁLIA

1. Sistema di protezione dei diritti fondamentali in Brasile. In: *Lobby come democrazia (Percorsi Costituzionali – Fondazione Magna Carta*, VERGOTTINI, Giuseppe, FROSINI, Tommaso Edoardo. (Org.). Pádua: CEDAM - Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 2012, referência: p. 247-271. ISBN 978-88-13-31458-3.
2. La circulación del modelo (de Cádiz) em América del Sur. In: *La Costituzione di Cadice nel bicentenario della sua pubblicazione/La Constitución de Cádiz em su segundo centenario*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2013. ISBN 978-88-348-8862-9. Referência: p.

217-223.

3. Sistemi e modelli di giustizia costituzionale (on particolare riferimento agli ordinamenti latinoamericani). In: *Giustizia Costituzionale Comparata: Proposte Classificatorie a confronto: a cura di Silvia Bagni. (Collana "Ricerche di diritto pubblico comparato).* PEGORARO, Lucio (dir.) Bologna: Bononia University Press, 2013. Referência 159-172.
4. Sistema di protezione dei diritti fondamentali in Brasile. In: *Lobby come democrazia - Fondazione Magna Carta.* VERGPTTINI, Giuseppe, FROSINI, Tommaso Edoardo (org). Padua (Italy): CEDAM Press, 2012, p. 247-271.

8.5.6. POLÔNIA

1. The Borderless Use of Constitutional Courts Decision in Human Rights: A Dialogical and Restricted Use of Decisions Handed Down by Foreign Constitutional Courts by the National Constitutional Judges. In: *Wpływ standardów międzynarodowych na rozwój demokracji i ochronę praw człowieka.* JASKIERNIA, Jerzy (coord.), Varsóvia: Kancelaria Sejmu, 2013. Referência: tomo 1, p. 73-82.

8.5.7. PERU

1. Incapacidad Moral En El Perú e Impeachment En El Brasil: El Presidencialismo Derrocado Y Las Mayorías Incontrolables. In: *La Vacancia Por Incapacidad Moral – una Mirada a la experiencia peruana y comparada – 2. Edición.* BELAUNDE, Domingo García. SOTOMAYOR, Jhonny Tupayachi. Instituto Pacífico, 2018, p. 535-556.
2. El papel y los desafíos de la universidad en el centenario del grito de Córdoba. In: *Autonomía Universitaria y Constitución en Iberoamérica. Vol. II.* ETO CRUZ, Gerardo; MACHEGO, José F. Palomino (coord.). Lima: Editora Jurídica Grijley, 2021, p. 703 – 719.
3. *O poder digital na democracia.* In: Domingo García Belaunde; Dante Paiva Goyburu. (Org.). DERECHO Y DOCENCIA COMO VOCACIÓN Libro homenaje a José F. Palomino Manchego. 1ed.Lima - Perú: Adrus Editores, 2022, v. 1, p. 59-72.

8.6 Artigos, ensaios e conteúdos publicados em periódicos científicos

8.6.1 BRASIL

1. *Extensão da Ação Popular enquanto Direito Político, de Berço Constitucional, elencado no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais, dentro de um Sistema de Democracia Participativa* (em autoria conjunta com Guilherme Amorim Campos da Silva). In: Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, n. 11, São Paulo, R.T., 1995, pp. 106 a 122.
2. *Requisitos no Exercício da Ação Popular* (em autoria conjunta com Guilherme Amorim Campos da Silva). In: Boletim Legislativo ADCOAS Nº 16, 10 de Junho de 1996, pp. 521-528. In: Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, v. 16, São Paulo, R.T., 1996, pp. 225 a 235.
3. *Comentários à Lei Complementar 84/96* (em autoria conjunta com Guilherme Amorim Campos da Silva). In: Boletim Legislativo ADCOAS Nº 22, 10 de Agosto de 1996, ano VI, pp. 274-282.
4. *A Inconstitucionalidade da Criação de um Número Único de Registro de Identidade Civil: Lei no 9.454/97* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: Repertório I.O.B. de Jurisprudência 3, nº 21, nov., 1997, pp. 433-35.
5. *Reflexões sobre a Legitimidade e as Limitações do Poder Constituinte, da Assembléia Constituinte e da Competência Constitucional Reformadora*. In: Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, n. 21, São Paulo, R.T., 1997, pp. 221-240.
6. *A Superação da Doutrina Tripartite dos Poderes do Estado*. In: Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, v. 29, São Paulo, R.T., 1999, pp. 66-71.
7. *Análise do Duplo Grau de Jurisdição como Princípio Constitucional*. In: Cadernos de Direito Constitucional e Internacional, n. 30, São Paulo, R.T., 2000.
8. *Desdobramentos da Norma Constitucional da Autonomia Universitária*. In: Cadernos de Direito Constitucional e Internacional, n. 32, São Paulo, R.T., 2000, pp. 193-198.
9. *A Categoria dos Preceitos Fundamentais na Constituição Brasileira*. In: Cadernos de Direito Constitucional e Internacional, n. 34, São Paulo, R.T., 2001. pp. 105-133.

10. *Responsabilidade Fiscal: Novos Parâmetros para o Poder Público*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 36, São Paulo, R.T., 2001. pp. 272-304 .
11. *Tributação na Era da Internet*. In: Revista dos Tribunais/Centro de Extensão Universitária, 2001. 427 p. Referência: p. 260-295.
12. *Controle de Constitucionalidade. Temas & Cores, IV Fórum Jurídico de Instituições Financeiras – vol. II. Brasília – DF. Agosto, 2001.*
13. *Intervenção Estatal no Domínio Econômico por via da Tributação*. São Paulo: In: Revista dos Tribunais/Centro de Extensão universitária, 2002. Referência: p. 206-250.
14. *A imunidade de entidades dedicadas a incrementar a cultura física, intelectual, moral e cívica da juventude através do esporte” (em autoria conjunta com Ives Gandra da Silva Martins)*. In: Revista Dialética, n. 91, São Paulo, Oliveira Rocha, 2003. pp. 52- 71.
15. *A imunidade de entidades dedicadas a incrementar a cultura física, intelectual, moral e cívica da juventude através do esporte (em autoria conjunta com Ives Gandra da Silva Martins)*. In: Revista Tributária e de Finanças Públicas, n. 50, São Paulo: RT, mai/jun. 2003. Bibliografia: 263-274 (republicação).
16. *A imunidade de entidades dedicadas a incrementar a cultura física, intelectual, moral e cívica da juventude através do esporte (Em co-autoria com Ives Gandra da Silva Martins). Volume em Homenagem ao Ministro Carlos Mário Velloso*. In: Revista Ibero- Americana de Direito Público, n. X, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2º trimestre, 2003. Bibliografia: 107-121 (republicação).
17. *Apontamentos acerca do princípio constitucional do acesso à Justiça*. In: Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União, n. 6, ano II, Brasília/DF, 2003. p. 9-36.
18. *Ajustes por Perdas Inflacionárias e Cambiais e seu Tratamento Perante o Imposto sobre a Renda. V Colóquio Internacional de Direito Tributário. São Paulo/Buenos Aires: IOB/La Ley, 2003. Referência: p. 21-44.*
19. *O “Estado Econômico” no Mundo Globalizado*. In: Revista de Direito Internacional e Econômico, jan/mar. 2003, São Paulo: Síntese, p. 7-32.
20. *Controle difuso de constitucionalidade nas ações coletivas*. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional, n.1, jan/jun. 2003, São Paulo: Método, 2.003.pp. 107-126.
21. *A fundamentalidade de certos preceitos fundamentais. Volume em Homenagem ao Ministro Carlos Mário Velloso*. In: Revista Ibero- Americana de Direito Público, n. X, Rio de Janeiro: América Jurídica,

- 2º trimestre, 2003. Bibliografia: 9-27.
22. *Impostos de Competência dos Estados e do Distrito Federal no Brasil: Anotações Gerais e Implicações Constitucionais*. In: Direito Tributário e Reforma do Sistema. Série Pesquisas Tributárias, Nova Série, v.9. São Paulo: RT/ C.E.U., 2003. Bibliografia: 306- 348.
 23. *O Acesso à Justiça como Princípio Constitucional no Direito Brasileiro e suas Conseqüências*. In: Revista Ibero-Americana de Direito Público, n. XI, Rio de Janeiro: América Jurídica, 3º trimestre, 2003. p. 23-42.
 24. *Variantes Decisórias da Justiça Constitucional*. In: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional, v.4, Curitiba: Academia Brasileira de Direito Constitucional, 2003, p. 17-40.
 25. *Repartição de funções estatais: fundamento, estrutura e finalidade*. In.: Revista do Advogado: Estudos de Direito Constitucional em Homenagem a Celso Ribeiro Bastos, nº 73, ano XXIII, novembro de 2003, p. 21-26.
 26. *Jurisprudência Constitucional Norte-Americana sobre Igualdade e Ações Afirmativas: análise evolutiva e crítica*. In.: Revista Brasileira de Direito Constitucional, n. 2, São Paulo: Método, 2003, p. 287-306.
 27. *Liberdade de Informação e Comunicação: Conteúdo, limites e deveres relacionados*. In.: Cadernos de Direito. Cadernos do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba. V.3, n. 5, dezembro de 2004, pp. 46-66.
 28. *Democracia e Exercício de Poder: apontamentos sobre a participação política*. In.: Revista Brasileira de Direito Constitucional, n. 3, São Paulo: Método, jan/jun de 2004, p. 351-378.
 29. *Princípio da Consustancialidade Parical dos Direitos Fundamentais na Dignidade do Homem*: In.: Revista Brasileira de Direito Constitucional, n. 4, São Paulo: Método, jul/dez de 2004, p. 225-240.
 30. *Transposições entre a Constituição do Brasil e o Novo Código Civil*. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional, n. 5, São Paulo: Método, jan/jun de 2005, p. 264-276.
 31. *A confluência entre o Processo Objetivo e o Processo Coletivo no Direito Brasileiro e suas Conseqüências*. In : Cadernos do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba - Controle de Constitucionalidade. V. 5, n. 8-9, jan-dez. 2005. Referência: p. 33-53.
 32. *A Constituição-Cidadã de 1988: Estrutura, Evolução e Eficácia*. In: Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania. Londrina, Abril de 2005, p. 5-14.
 33. *Princípio da consustancialidade parcial dos direitos fundamentais*

- na dignidade do homem.* In: Revista da AJURIS Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, n. 99, Setembro de 2005, p. 21-39.
34. *Perplexidades do novo Instituto da Súmula Vinculante no Direito.* In: Revista Brasileira de Direito Público. V. 12, jan de 2006. p 147- 161.
35. *A vocação contemporânea para a constitucionalização do Direito: alguns aspectos da Constituição como suporte interpretativo das leis e códigos – o caso da interpretação conforme a Constituição.* In: Revista Brasileira de Direito Constitucional. V. 1 jan/jun 2006. p. 196-204.
36. *Justiça Constitucional e suas fundamentais funções.* In: Revista de Informação Legislativa. Senado Federal. N. 171. Jul/Set de 2006. p. 19-47.
37. *Estatuto Constitucional da Ciência e Tecnologia.* In: Seminário Inovação Tecnológica e Segurança Jurídica - Contribuições e Debates. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos-CGEE. 13 de dezembro de 2006. 208 p. pp. 49-90.
38. *Universalização e Universalidade dos Direitos Fundamentais.* In: Arquivos de Direitos Humanos. Editora Renovar. 2005.
39. *Democracia deliberativa: elementos, aplicações e implicações.* In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. n. 1, Belo Horizonte: Editora Fórum, jan/mar de 2007. p. 79-102.
40. *O discurso dos direitos fundamentais na legitimidade e deslegitimação de uma Justiça Constitucional substantiva.* In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. n. 2, Belo Horizonte: Editora Fórum, abr/jun de 2007. p. 9-26.
41. *O originalismo e a criação pela Justiça Constitucional.* In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. n. 3, Belo Horizonte: Editora Fórum, jul/set de 2007. p. 15-23.
42. *Ciência e Tecnologia na Constituição.* In: Revista de Informação Legislativa. Senado Federal. N. 175. Jul/Set de 2007. p. 7-19.
43. *Processo objetivo como processo aberto ao concreto.* In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. n. 4, Belo Horizonte: Editora Fórum, out/dez de 2007. p. 13-29.
44. *Justiça Constitucional e suas Fundamentais Funções.* In: BDA - Boletim de Direito Administrativo. n. 2, São Paulo: Editora NDJ. Fevereiro de 2008. p. 154-176.
45. *Religião e neutralidade do Estado.* In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. n. 5, Belo Horizonte: Editora Fórum, jan/mar de 2008. p. 13-24.

46. *A Lei Inconstitucional e o Poder Executivo no marco do Estado Constitucional de Direito*. In: Revista Jurídica dos Formandos em Direito da Universidade Católica do Salvador, 2007.2 p. 36-51.
47. *Aporias acerca do “condomínio legislativo” no Brasil*. In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. n. 6, Belo Horizonte: Editora Fórum, abr/jun de 2008. p. 161-189.
48. *A teoria da concretização constitucional*. In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. n. 7, Belo Horizonte: Editora Fórum, jul/set de 2008. p. 13-28.
49. *Constituição de 1988 em vinte anos de consolidação. A cidadania como emblema constitucional*. In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. n. 8, Belo Horizonte: Editora Fórum, out/dez de 2008. p. 15-21.
50. *O Conselho Nacional de Justiça e os limites de sua função regulamentadora*. In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. n. 9, Belo Horizonte: Editora Fórum, jan/mar de 2009. p. 13-25.
51. *Justiça Constitucional: Superando as Teses do “Legislador Negativo” e do Ativismo de Caráter Jurisdicional*. In: Direitos Fundamentais & Justiça - Revista do Programa de Pós-Graduação em Mestrado E Doutorado da PUC/RS, n. 7, Porto Alegre: HS Editora, abr/jun de 2009. P. 167-181.
52. *O discurso dos direitos fundamentais na legitimidade e deslegitimação de uma Justiça Constitucional substantiva*. In: Revista Fórum Administrativo - Direito Público. n. 100, Belo Horizonte: Editora Fórum, junho de 2009, p. 19-29.
53. *Direito Fundamental à Educação*. In: Revista Eletrônica Anima. Ano 1, n. 1, Curitiba: Agosto de 2009.
54. *O direito fundamental ao discurso religioso: divulgação da fé, proselitismo e evangelização*. In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. n. 10, Belo Horizonte: Editora Fórum, abr/jun de 2009. p. 17-47.
55. *A arena inclusiva como modelo de democracia*. In: Revista de Estudos Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral, Volume 4, número especial, 2009, p. 9-32.
56. *Apresentação*. In. Revista Científica Virtual da Escola Superior de Advocacia da OAB-SP. n.8, 2011, pp. 6-7.
57. *O Controle de Constitucionalidade e a Constitucionalização do Direito como Técnica Processual: base condições e alcance para a advocacia*. In: Revista Científica Virtual da Escola Superior de

- Advocacia da OAB-SP. n. 8, 2011, p. 08-15.
58. *Há uma crise de legitimação eleitoral no mundo?* In: Revista de Estudos Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral, Volume 5, n. 1, janeiro/abril de 2010, p. 21-36.
 59. *Processo eleitoral e democracia: a delicada e necessária contextualização da reforma política no Brasil.* In: Revista de Estudos Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral, Volume 6, n. 1, janeiro/abril de 2011, p. 9-30.
 60. *Justiça e administração eleitorais na federação brasileira: entre a justiça estadual e a federal.* In: Revista Estudos Eleitorais. Volume 6, n. 2, maio/agosto de 2011, p. 9-28.
 61. *O Voto Eletrônico no Brasil.* In: Revista de Estudos Eleitorais, volume 6, número 3, setembro/dezembro de 2011, p. 9-32 (Coautor: Diogo Rais Rodrigues Moreira).
 62. *A sociedade perante as mudanças do marco político e eleitoral brasileiro: entre aprimoramento referendário e experimentalismo fraudulento.* In: Revista de Direito Brasileira, Ano 2, volume 2, janeiro/junho de 2012, p. 381-397.
 63. *Justiça Eleitoral e Voto Eletrônico.* In: Revista dos Tribunais, ano 101, volume 921, julho de 2012, p. 409-445.
 64. *Justiça Constitucional - Originalidades históricas e tipicidade latino-americana.* In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, v. 29, p. 245-262, 2014.
 65. *Facções privadas e política econômica não democrática da ditadura brasileira.* In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais n. 32, Belo Horizonte: Editora Fórum, maio/agosto de 2015. p. 1047-1066.
 66. *A contribuição da doutrina no STF: desvendando a dinâmica dos formantes doutrinários (o projeto "A Circulação da Doutrina).* In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais n. 32, Belo Horizonte: Editora Fórum, maio/agosto de 2015. p. 1099-1113.
 67. *A Revolução Paulista de 1932.* In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, n. 121, São Paulo: IHGSP, 2015. p. 101-108.
 68. *As duas cartas: da terra ao bosque (entre patriotism e coletivismo).* In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais n. 33, Belo Horizonte: Editora Fórum, setembro/dezembro de 2015. p. 479-497.
 69. *Da Magna Carta ao direito processua constitucional.* In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais n. 33, Belo Horizonte: Editora Fórum, setembro/dezembro de 2015. p. 499-527.

70. *Comentário à MC na ADIn 5.311/DF: Novos controles quantitativos para os partidos políticos*. In: Revista dos Tribunais, ano 105, n. 967, São Paulo Editora Revista dos Tribunais, maio de 2016. p. 399-404.
71. *A contribuição da doutrina no STF: desvendando a dinâmica dos formantes doutrinários (a apresentação dos dados estatísticos)*. In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais n. 34, Belo Horizonte: Editora Fórum, janeiro/abril de 2016. p.13-79.
72. *The Role of an International Constitutional Court vis-à-vis the Inter-American Court of Human Rights and its Democratic Principles*. *International Studies on Law and Education*, v. 24, p. 77-82, 2016.
73. *Planejamento e os planos setoriais dos diversos “mercados urbanos”*. In: Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais n.19, Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, janeiro de 2017, p. 335-350.
74. *Acesso especial à infraestrutura rodoviária e práticas administrativas inconstitucionais*. In: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura n.1, abril/junho de 2017, p. 36-67.
75. *Princípios Constitucionais do Processo Eleitoral*. In: Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistema Político – 3. Edição. Julho de 2018. Disponível em: <https://apps.tre-sp.jus.br/ojs/index.php/revistaEJEP/issue/view/n.%203%202018/showToc>
76. *A democracia tutelada pelo STF e TSE*. In: Revista do Advogado nº 140, São Paulo, p: 122-129, novembro de 2018.
77. *APP’s e plataformas on-line na intermediação econômica no Brasil*. In: Revista de Direito Constitucional e Econômico, Vol. 1, Número 1, Goiânia, Unialfa, 2019, p. 13-44.
78. *ONR: resposta à exigência constitucional de um eficiente sistema registral*. In: Boletim do Irib em Revista, Edição nº 359, São Paulo, Maio de 2019, p. 38-71. Disponível em: https://issuu.com/sergiojacomino/docs/bir_359-2019.
79. *A Eficácia do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*. In: Revista do Advogado nº 143, São Paulo, p: 157-167, Agosto de 2019.
80. *As normas remissivas nas constituições subnacionais e a Constituição total invertida*. In: Revista Pensamento Jurídico nº 2, Vol. 13, São Paulo, p: 295-324, jul./dez. 2019.

81. *Controle de constitucionalidade do efeito colateral de lei por meio de decisão intermédia reconstrutiva.* In: Revista Jurídica da Presidência da República (Qualis A1), nº 130, volume 23, seção de artigos. Brasília, 30 de setembro de 2021. Disponível em <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/2266>
82. *A criação de modelos, o eterno retorno e as funções no estudo comparado da Justiça Constitucional.* In: Revista Brasileira de Estudos Constitucionais n. 48, Belo Horizonte: Editora Fórum, julho/dezembro de 2021. p.13-24.
83. *A superioridade normativa dos tratados sobre transporte internacional na Constituição Econômica brasileira e a limitação de regras Consumeristas.* Revista Pensamento Jurídico, São Paulo, Vol. 15, nº 3, set./dez. 2021, p. 01-29.
84. *Direito ao abastecimento nacional e a distribuição de combustíveis.* Revista Novos Estudos Jurídicos, Vol. 27 - N.1, Jan – Abr. 2022, p. 127 - 145.
85. *Constituição em rede.* Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, v. 50, p. 53-70, 2022.

8.6.2 PUBLICAÇÕES CONJUNTAS - BRASIL/COLÔMBIA/ARGENTINA

1. *Sigilo bancário como Direito Fundamental.* I Colóquio Internacional de Direito Tributário. São Paulo/Buenos Aires/Bogotá : IOB, La Ley, 2001, 751p, pp. 309-327.
2. *Tributação nas telecomunicações e atividades relacionadas.* IV Colóquio Internacional de Direito Tributário. São Paulo/Buenos Aires: IOB/La Ley, 2002. 713 p. Referência: p. 621-641.

8.6.3 ITÁLIA

1. *Costituzione “cittadina” e costituzionalismo “comunitario” (co- autoria).* In: Revista *Diritto Pubblico Comparato ed Europeo, Rivista Trimestrale.* Itália. Publicação III, 2008. Referência: 1.342-1.346.

2. *Il ruolo della giustizia costituzionale in Brasile e sua trasformazione nel secolo XXI*. In: Percorsi costituzionali: quadrimestrale di diritti e liberta. Anno III, 2010 vol 2-3. Referência: p. 213-223.

3. *The Legislative Omission in Brazil: a special reference to the role of the constitutional judge*. In: Rivista di Diritto Pubblico Italiano, Comparato, Europeu. N. 1, 2016. Acessível em: http://www.federalismi.it/focus/index_focus.cfm?FOCUS_ID=68&focus=sudamerica

8.6.4 PERU

1. *Universalización Y Universalidad De Los Derechos Humanos*. In: Revista JuS-Constitucional. Peru. 2008. Referência p. 269- 273.

8.6.5 ESPANHA

1. *Mercosul: Situação Atual, Dificuldades Federativas, Tributárias e Democráticas de Integração do Brasil*. In: Dereito – Revista Xurídica da Universidade de Santiago de Compostela. Espanha. v. 15, n. 2. 2006. Referência p. 41-82.

2. *Justicia constitucional y derechos sociales en Brasil*. In: Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional: Justicia constitucional y derechos sociales en Brasil. Madri: CEPC, 2009. Referência: p. 413-426

3. *Magna Carta do Bosque: uma modelagem juridical “não-tradicional”?*. A In: Revista Internacional d’Humanitats, 41 set-dez 2017 CEMOrOc-Feusp / Univ. Autònoma de Barcelona, p. 41-50

4. *La creación de Pix por el banco central de Brasil*. In: Revista de Derecho del Sistema Financiero: mercados, operadores y contratos, 2021, p. 465-468.

8.6.6 HUNGRIA

1. *The case of the bordeless use of Constitutional Courts decisions in human rights*. In: JURA. Hungria. 2012.2. Referência p. 177- 185.

8.7. Trabalhos publicados em anais de congressos e publicações de apresentações em eventos

8.7.1. ARGENTINA

1. *Aspectos Tributários da Inserção do Brasil numa Comunidade Supra-Estatal*. In: VI Colóquio Internacional de Direito Tributário, 2004. VI Colóquio Internacional de Direito Tributário, 2004. Argentina: 20-21, agosto de 2004. p. 23-36.

8.7.2. MARROCOS

1. *Une Cour Constitutionnelle Internationale Au Service Du Droit Démocratique Et Du Droit Constitutionnel*. Democratic principles and processes: between an International Constitutional Court and the inter-American Court of Human Rights. Marrocos, 16 e 17 jui, p. 107-112. Publ. em 2018. Editora Konrad Adenauer Stiftung.

8.7.3. RÚSSIA

1. *The Brazilian National Council of Justice: Social and Environmental Responsibility of the Brazilian Judiciary Branch*. In: Kutafin University Law Review. Russia. 2016. October. Vol. 2. Referência p. 207- 221.
2. *Codification: concepts, background and Brazil's experience*. In: Kutafin University Law Review. Russia. 2017. April. Vol. 4. Referência p. 64 - 70.

8.8 Pareceres publicados em periódicos

1. Parecer: “*Hipótese de Litisconsórcio Necessário. Inteligência do artigo 47, parágrafo único do CPC*” em parceria com Dr. Ives Gandra da Silva Martins. In: Revista Dialética do Direito Processual - RDDP, n. 36. Março de 2006, p. 127.
2. Opinião Jurídica: “ONR: Operador Nacional do sistema de registro de imóveis eletrônico”. In: Operador Nacional do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônicos: documentos estruturantes e

informativos. Brasília, 24 de maio de 2017, Disponível em: https://issuu.com/sergiojacomino/docs/onr_em_revista_-_2018.

8.9 Verbetes

1. *Liberdades públicas*, In: Enciclopédia do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 5 v, v. I, Referência: p. 1-8.
2. *Poder*, In: Enciclopédia do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 5 v, v. I, Referência: p. 8-11.
3. *República*, In: Enciclopédia do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 5 v, v. I, Referência: p. 11-15.
4. *Separação de Poderes*, In: Enciclopédia do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 5 v, v. I, Referência: p. 15-21.
- Vereador*, In: Enciclopédia do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 5 v, v. I, Referência: p. 22-27.
5. *Nacionalidade*, In: Dicionário de Direito da Família. CAETANO LAGRASTRA NETO JOSÉ FERNANDO SIMÃO (coord. Geral), São Paulo: Atlas, 2015.
6. *Súmula vinculante*, In: Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2007. Referência: p. 366-8.
7. *Supremo Tribunal Federal*, In: Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2007. Referência: p. 370-2.
8. *Principio di legalità*, In: Glossario di Diritto pubblico comparato. LUCIO PEGORARO (coord.), Roma: Carocci, 2009. Referência: p. 210-211
9. *Stato costituzionale*, In: Glossario di Diritto pubblico comparato. LUCIO PEGORARO (coord.), Roma: Carocci, 2009. Referência: p. 244-5.
10. *Stato di Diritto*, In: Glossario di Diritto pubblico comparato. LUCIO PEGORARO (coord.), Roma: Carocci, 2009. Referência: p. 245-6.
11. *Stato di polizia*, In: Glossario di Diritto pubblico comparato. LUCIO PEGORARO (coord.), Roma: Carocci, 2009. Referência: p. 248.
12. *Stato Patrimoniale*, In: Glossario di Diritto pubblico comparato. LUCIO PEGORARO (coord.), Roma: Carocci, 2009. Referência: p. 252.
13. *Ação declaratória de constitucionalidade*, In: *Dicionário Brasileiro*

- de Direito Constitucional*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 23-25. (1ª ed.: 2007).
14. *Ação declaratória de inconstitucionalidade*, In: *Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 25-28. (1ª ed.: 2007).
 15. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental*, In: *Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 42-44. (1ª ed.: 2007).
 16. *Ativismo Judicial*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 48-49. (1ª ed.: 2007).
 17. *Controle judicial de constitucionalidade (espécies)*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 105-106. (1ª ed.: 2007).
 18. *Controle judicial de constitucionalidade (história no Brasil)*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 106-108.
 19. *Controle judicial de constitucionalidade (técnica de decisão)*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 109-111. (1ª ed.: 2007).
 20. *Direito líquido e certo*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 139-140. (1ª ed.: 2007).
 21. *Direitos Fundamentais (definição)*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 139-140. (1ª ed.: 2007).
 22. *Educação*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 154-155. (1ª ed.: 2007).
 23. *Efeito vinculante*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 155-156. (1ª ed.: 2007). (1ª ed.: 2007).
 24. *Inconstitucionalidade*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 203-204. (1ª ed.: 2007).
 25. *Interpretação Constitucional*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 211-213. (1ª ed.: 2007).
 26. *Jurisdição Constitucional*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 220-221. (1ª ed.: 2007).
 27. *Ordem econômica*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 273-274. (1ª ed.: 2007).
 28. *Recurso extraordinário*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 342-343. (1ª ed.: 2007).
 29. *Repercussão gereal*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São

Paulo: Saraiva, 2012, p. 349-351. (1ª ed.: 2007).

30. *Súmula vinculante*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 391-392. (1ª ed.: 2007).
31. *Supremo Tribunal Federal*. 2ª ed. DIMOULIS, Dimitri (coord. geral), São Paulo: Saraiva, 2012, p. 394-395. (1ª ed.: 2007).

Livre Iniciativa Empresarial. In: Enciclopédia Jurídica da PUC/SP. Celso Fernandes Campilongo; Álvaro de Azevedo Gonzaga; André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Comercial. Fábio Ulhoa Coelho, Marcus Elidius Michelli de Almeida (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/237/edicao-1/livre-iniciativa-empresarial>.

8.10 Artigos publicados em jornais ou magazines (impressos e internet)

1. *As Reformas do Direito Processual Civil*. In: Revista Panorama da Justiça, Dezembro de 1996, pp. 14-5.
2. *O Julgamento do Prefeito*. In: Folha de São Paulo de 22 de Março de 1997, Caderno São Paulo, Coluna *Data Venia*, p. 3A.
3. *Os Meandros Jurídicos da Irresponsabilidade* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: O Estado de São Paulo, de 28 de Maio de 1997, Espaço Aberto, p. A2.
4. *O Descumprimento de Preceito Fundamental*. In: Folha de São Paulo de 26 de Julho de 1997, Caderno São Paulo, Coluna *Data Venia*, p. 3-2.
5. *Número ao Gosto do Big Brother* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: Correio Braziliense, 20 de Outubro de 1997, “Opinião”, p. 11.
6. *Os Jogos de Azar*. In: Folha de São Paulo, de 10 de Janeiro de 1998, Caderno 2/São Paulo, Coluna *Data Venia*, p. 2.
7. *Os Percalços da Venda da Vale Podem Repetir-se?* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: O Estado de São Paulo, 14 de Janeiro de 1998, Espaço Aberto, p. A2.
8. *Doação de Órgãos e Desobediência Civil* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: O Estado de São Paulo, 31 de

- Janeiro de 1998, Espaço Aberto, p. A2.
9. *As Tarefas da CPI* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: Correio Braziliense, 28 de Abril de 1998, seção: Brasil, p. 11.
 10. *A Inconstitucionalidade da Reforma Tributária* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: Folha de São Paulo, 31 de Julho de 1998, Caderno: 2 Dinheiro, p. 2.
 11. *Reforma Tributária e Federação* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: Folha de São Paulo, 09 de Setembro de 1998, Caderno: 2 Dinheiro, p. 2.
 12. *Capital Volátil Força Moralização Pública* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos) In: O Estado de São Paulo, 16 de Janeiro de 1999, Caderno: Espaço Aberto, p. A2.
 13. *Por Uma Constituição Global* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: O Estado de São Paulo, 16 de Fevereiro de 1999, Caderno: Espaço Aberto, p. A2.
 14. *A Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário é Constitucional?: Extremamente Excepcional* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: Correio Braziliense, 18 de Abril de 1999, Seção: Opinião - Ponto Crítico (com Saulo Ramos).
 15. *República de Procuradores?* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: Folha de S. Paulo, 21 de Abril de 1999, Seção: Opinião, p. 3.
 16. *Intervenção ao Infinito*. In: O Estado de São Paulo, 23 de Agosto de 1999, seção: Espaço Aberto, p. A2.
 17. *Controle da TV Demanda Disciplina e Ética*. In: Folha Universitária, jornal da Universidade Bandeirante de São Paulo, 4 a 10 de outubro de 1999 - ano 2, número 58. Seção: Ponto de Vista, p. 12.
 18. *Reféns da Desinformação* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: Jornal do Brasil, 28 de Maio de 2000, p. 3.
 19. *O Futuro do Direito* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: O Estado de São Paulo, 19 de Junho de 2000, Seção: Espaço Aberto, p. A2.
 20. *A Difícil História da Privatização* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: Jornal do Brasil, 31 de Julho de 2000. p. 12.
 21. *O Horário Gratuito não Exclui o Pago* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: O Estado de São Paulo, 11 de Agosto de 2000. Seção: Espaço Aberto, p. A2.
 22. *As Delicadas Liminares* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro

- Bastos). In: Correio Braziliense, 17 de Agosto de 2000, p. 5.
23. *Lalau Anistiado?*. In: Folha de São Paulo, 31 de Agosto de 2000, p. 3.
24. *Comissão tem suas limitações* (em autoria conjunta com Celso Ribeiro Bastos). In: Jornal da Tarde, 10 de Dezembro de 2000, Seção: Caderno dos Esportes, p. 2.
25. *Direito e estabilidade*. In: Revista Impacto, n. 27, maio/junho, 2002. próprio. 52-53.
26. *Histórico sobre as Constituições do Brasil* In: *Folha do Acadêmico*, n. 10, Outubro de 2002, p. 10.
27. *A reforma do STF- Parte I*. In: Carta Forense, n. 6, setembro de 2003, p. 13.
28. *Constituição Brasileira de 1988: Quinze anos de vigência e reformas*. In: BIS - Boletim Informativo Saraiva, número 2, ano 12, outubro de 2003, p. 16.
29. *15 anos da Constituição de 1988*. In: Carta Forense, n. 7, Outubro de 2003, p. 13.
30. *A reforma do STF - Parte II*. In: Carta Forense, n. 8, Novembro de 2003, p. 09.
31. *Magistratura em debate*. In: Revista Impacto, ano 6, edição 33, nov/dez de 2003, p. 52 e 53.
32. *Educação Constitucional e Constitucionalização da Educação: elementos de uma proposta*. In: Carta Forense, n.9, Dezembro de 2003, p. 3.
33. *Estatuto do Desarmamento: Inconsistências e Inconstitucionalidades*. In: Carta Forense, n. 10, fevereiro de 2004. p. 4 e 5.
34. *O Ensino Universitário e sua reforma*. In: Carta Forense, n. 11, março de 2004, p. 3.
35. *Bingos: atividade econômica ou criminosa?*. In: Carta Forense, n. 12, abril de 2004, p. 4 e 5.
36. *Quotas Universitárias: distorcendo as distorções*. In: Carta Forense, n. 13, maio de 2004, p. 6.
37. *O império dos Sindicatos: Retrocessos de uma proposta inconstitucional*. In: Carta Forense, n. 14, junho de 2004, p. 17.
38. *Segurança Pública e Forças Armadas na Constituição Federal*.

- In: Carta Forense, n. 15, julho de 2004. p. 4.
39. *Súmula Vinculante*. In: Carta Forense, n. 16, agosto de 2004, p. 12.
40. *Lidando com a imprensa: a proposta de um modelo repressivo-intimidatório*. In: Carta Forense, n. 17, setembro de 2004, p. 16.
41. *Os limites expressos*. In: Revista Impacto, n. 36, setembro/outubro de 2004, p. 50-51.
42. *Programa pró-universidades privadas*. In: Carta Forense, n. 18, outubro de 2004, p. 23.
43. *O Curso “Forçado” do Cheque e a sua inconstitucionalidade*. In: Carta Forense, n. 19, novembro de 2004, p. 23.
44. *É inconstitucional a MP que dá status de Ministro ao Presidente do Banco Central: NÃO: Medida Constitucional, Censura política*. In: Folha de São Paulo, Tendências e Debates. 13 de novembro de 2004. p. A3.
45. *Regime da Súmula Vinculante*. In: Carta Forense, n. 20, dezembro de 2004, p. 24.
46. *Seriedade ou Celeridade na Reforma do Judiciário?*. In: Carta Forense, n. 21, fevereiro de 2005. p. 8.
47. *Constituição Integrada: Uma Nova Proposta*. In: Carta Forense, n. 22, março de 2005. p. 9.
48. *A Inconstitucionalidade da Submissão ao Tribunal Penal Internacional*. In: Carta Forense, n. 23, abril de 2005, p. 25.
49. *Vinculação de Particulares aos Direitos Fundamentais ou Liberdade Individual?*. In: Carta Forense, n. 24, maio de 2005. p. 32.
50. *ADPF 54*. In: Carta Forense, n. 25, junho de 2005. p. 8.
51. *Monopólio e CPI dos Correios*. In: Carta Forense, nº 26, julho de 2005, p. 8.
52. *Ainda as CPI’s*. In: Carta Forense, n. 27, agosto de 2005. p. 28.
53. *ADI versus ADC*. In: Carta Forense, n. 28, setembro de 2005. p. 28.
54. *Constituinte ou Golpe*. In: Carta Forense, n. 29, outubro de 2005. p. 28.
55. *Eliminando as Leis*. In: Carta Forense, n. 30, novembro de 2005. p. 28.

56. *As competências legislativas e o STF.* In: Carta Forense, n. 31, dezembro de 2005. p. 28.
57. *CNJ e CNMP: legisladores positivos?.* In: Carta Forense, n. 32, janeiro de 2006. p. 31.
58. *Quanto vale o STF?.* In: Carta Forense, n. 33, fevereiro de 2006. p. 28.
59. *O STF tem interferido indevidamente no Poder Legislativo? SIM: Partido-politização da Justiça Constitucional.* In: Folha de São Paulo, 04 de fevereiro de 2006, caderno Opinião, p. A3.
60. *O Estado, O Direito e as Crises.* In: Carta Forense, n. 34, março de 2006. p. 33.
61. *Verticalizando.* In: Carta Forense, n. 35, abril de 2006. p. 34.
62. *Verticalizando.* In: Diário de Notícias, 10 de maio de 2006. p. 2.
63. *O Caseiro e a Constituição.* In: Carta Forense, n. 36, maio de 2006. p. 4.
64. *O Caseiro e a Constituição.* In: Diário de Notícias, 09 de maio de 2006. p. 2.
60. *A legislação do pânico.* In: Carta Forense, n. 37, junho de 2006. p. 6.
61. *Carreira de Delegado de Polícia é Jurídica.* In: Carta Forense, n. 38, julho de 2006. p. 33.
62. *Os Tribunais de Contas e seu perfil democrático.* In: Carta Forense, n. 40, setembro de 2006. p. 12.
63. *Algumas novidades no Controle de Constitucionalidade Concreto.* In: Carta Forense, n.41, outubro de 2006. p. 42.
64. *Responsabilidade do Estado em Razão de Lei Inconstitucional.* In: Carta Forense, n. 42, novembro de 2006. p. 40.
65. *O desenvolvimento econômico e a Constituição de 1988.* In: Carta Forense, n. 43, , dezembro de 2006. p. 11.
66. *A Barreira do STF.* In: Carta Forense, n. 44, janeiro de 2007. p. 8.
67. *A Lei da Súmula Vinculante e os Atos Administrativos.* In: Carta Forense, n. 45, fevereiro de 2007. p. 6.
68. *Tendências acerca da manifestação senatorial no controle de constitucionalidade.* In: Carta Forense, n. 46, março de 2007. p. 40.

69. *A Lei da Súmula Vinculante e os Atos Administrativos.* In: Academia Brasileira de Direito. Web site, 15 de Março de 2007.
70. *A novíssima jurisdição constitucional brasileira: o caso do mandado de injunção.* In: Carta Forense, n. 47, abril de 2007. p. 37.
71. *Um projeto de consolidação das leis.* In: Carta Forense, n. 48, maio de 2007. p. 37.
72. *Julgamento em Bloco no STF.* In: Academia do Direito, Edição Inaugural, maio de 2007.
73. *É positivo o balanço dos dois primeiros anos de atuação do Conselho Nacional de Justiça? Não – CN(J).* In: Folha de São Paulo, 09 de junho de 2007, caderno Tendências/Debates, p. A3.
74. *Liberdade profissional e tributação: o caso da Emenda 3.* In: Carta Forense, n. 49, junho de 2007. p. 8.
75. *E-STF / e-RE.* In: Carta Forense, n. 50, julho de 2007. p. 8.
76. *E-STF / e-RE. Repensando a ADPF no Complexo Modelo Brasileiro de Controle da Constitucionalidade.* In: Página do Curso de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie / Artigos. Agosto de 2007.
77. *Turmas recursais.* In: Revista Impacto. Publicação junho/julho 2007. Edição n. 42. p. 48-49.
78. *Fraude à Constituição.* In: Carta Forense, n. 51, agosto de 2007. p. 8.
79. *Constitucionalismo Social.* In: Carta Forense, n. 52, setembro de 2007. p. 50.
80. *Tribunal Superior da Probidade Administrativa.* In: Carta Forense, n. 53, outubro de 2007. p. 8.
81. *As Novas Emendas Constitucionais (EC 54 e EC 55).* In: Carta Forense, n. 54, novembro de 2007. p. 9.
82. *O Direito e os Atentados Terroristas.* In: Carta Forense, n. 55, dezembro de 2007. p. 18.
83. *Conselho Nacional de Justiça. Um balanço de seus dois primeiros anos: NEGATIVO.* In: Revista Prática Jurídica. Editora Consulex, n. 64. 31 de julho de 2007. p. 46.
84. *O Fim da Constituição.* In: Revista Jurídica Consulex. Publicação de

15 de fevereiro de 2008. Edição n. 266, p. 38-39.

85. *A Medida Provisória: um breve balanço*. In: Revista do Movimento do Ministério Público Democrático, n. 18, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, abril de 2008. p. 28-29.
86. *A Lei ou a lei?* In: Revista Consulex. 15 de maio de 2008. Edição n.272, p. 24-25.
87. *O Tratamento da Lei Inconstitucional pelo Poder Executivo*. In: Governet - Boletim do Legislativo. n. 40, Curitiba: Editora Governet. Agosto de 2008. p. 460-468.
88. *Republicanismo e Segurança Pública*. In: Revista Artigo 5º. Ano I, n. 1, mar/abr 2008. p. 57-58.
89. *Súmula Vinculante Nº 10*. In: Revista Jurídica Consulex. Publicação de 15 de agosto de 2008. Edição n. 278, p. 58-59.
90. *Um breve balanço Constitucional*. In: Revista Jurídica Consulex. Publicação de 30 de setembro de 2008. Edição n. 281, p. 30-31
91. *Onda Constituinte*. In: Carta Forense, n. 56, janeiro de 2008. p. 17.
92. *O Fim da Constituição*. In: Folha de São Paulo, 08 de janeiro de 2008, caderno Tendências/Debates, p. A3.
93. *A Fiscalização das Contas Bancárias*. In: Carta Forense, n. 57, fevereiro de 2008. p. 41.
94. *Os Saques contra a República*. In: Carta Forense, n. 58, março de 2008. p. 10.
95. *O juiz e seu nariz*. In: Carta Forense, n. 59, abril de 2008. p. 10.
96. *A Lei ou a lei?*. In: Folha de São Paulo, 05 de abril de 2008, caderno Tendências/Debates, p. A3.
97. *Ainda as Mp's*. In: Carta Forense, n. 60, maio de 2008. p. 11.
98. *Isso é uma Reforma Tributária?*. In: Diário do Comércio, 04 de abril de 2008.
99. *Imprensa: com Lei ou sem Lei?* In: Carta Forense, n. 61, junho de 2008. p. 11.
100. *Uma nova fórmula de pagamento dos precatórios*. In: Carta

- Forense, n. 62, julho de 2008. p. 7.
101. *O STF na agenda política*. In: Folha de São Paulo, 19 de julho de 2008, caderno Tendências/Debates, p. A3.
 102. *Súmula Vinculante nº 10*. In: Carta Forense, n. 63, agosto de 2008. p. 17.
 103. *Privacidade e “grampos”*. In: Carta Forense, n. 64, setembro de 2008. p. 48.
 104. *20 anos da atual constituição: Um breve balanço*. In: Carta Forense, n. 65, outubro de 2008. p. 45.
 105. *A MP da Crise*. In: Carta Forense, n. 66, novembro de 2008. p. 44.
 106. *O Efeito Cinderela: entre a fantasia e a punição*. In: Carta Forense, n. 67, dezembro de 2008. p. 44.
 107. *Novo Processamento Eletrônico da Súmula*. In: Carta Forense, n. 68, janeiro de 2009, p. 46.
 108. *Analisando a Carta Magna*. In: Vitrine oeste, n. 41, janeiro de 2009, p. 4-5.
 109. *A MP da crise*. In: Revista Prática Jurídica. Publicação de janeiro de 2009, nº 82, p. 5.
 110. *Ortografia, lusofonia e direito*. In: Folha de São Paulo, 01 de fevereiro de 2009, caderno Tendências/Debates, p. A3.
 111. *Refúgio político como causa de trancamento da extradição no STF*. In: Forense, n. 69, fevereiro de 2009, p. 42.
 112. *Envelope lacrado?*. In: Carta Forense, n. 70, março de 2009, p. 46.
 113. *“Leis” Falsificadas*. In: Carta Forense, n. 71, , abril de 2009, p. 46.
 114. *O Pacto Republicano*. In: Carta Forense, n. 72, maio de 2009, p. A17.
 115. *E não é para cumprir a Constituição?*. In: Gazeta do Povo, Caderno Opinião, 09 de maio de 2009, p. 2.
 116. *Não decidir*. In: O Globo, n. 27.678, 18 de maio de 2009. p. 7.
 117. *O “envelope lacrado” e a autoridade policial*. In: Revista artigo 5º Polícia Federal, Ano II, 8ª edição, maio/junho de 2009, p. 44-46
 118. *Uma justiça com selo de cidadania*. In: Carta Forense, n. 73, junho

de 2009, A14.

119. *O Brasil precisa extinguir as medidas provisórias? Não!*. In: *Jornal do Advogado/OAB-SP*, n. 340, junho de 2009.
120. *A Participação do Executivo nos Tribunais*. In: *Carta Forense*, n. 74. Julho de 2009, p. A10.
121. *Nova fórmula de escolha do STF*. In: *Tribuna do Direito*, n. 195, Caderno de Livros, julho de 2009, p. 1-4.
122. *A Participação do Executivo nos Tribunais – Parte II*. In: *Carta Forense*, n. 75, agosto de 2009, p. B6.
123. *A nova lei do Mandado de Segurança*. In: *Carta Forense*, n. 76, setembro de 2009, p. B8.
124. *A unidade de análise econômica na corte suprema Argentina*. In: *Carta Forense*, n. 77, outubro de 2009, p. B8.
125. *Não! À extradição de Cesare Battisti*. In: *Carta Forense*, n. 78, novembro de 2009, p. A28;
126. *A regulamentação da medicina*. In: *Carta Forense*, n. 79, dezembro de 2009, p. A11.
127. *A Nova Lei da ADO*. In: *Carta Forense*, n. 80, janeiro de 2010, p. A8.
128. *O PNDH-3 e a segurança pública*. In: *Revista Artigo 5º - Polícia Federal*, Ano III, janeiro/fevereiro de 2010, 12ª edição, p. 52-54.
129. *A Idade no Ensino Fundamental*. In: *Carta Forense*, n. 81, fevereiro de 2010, p. B12.
130. *Mais um código?* In: *Folha de São Paulo*, 21 de fevereiro de 2010, p. A3.
131. *Novos Poderes para a Fazenda Pública contra a cidadania*. In: *Carta Forense*, n. 82, março de 2010, p. A8.
132. *O PNDH-3 e o acesso à Justiça*. In: *Carta Forense*, n. 83, abril de 2010, p. A19.
133. *50 anos do STF em Brasília*. In: *Carta Forense*, n. 84, maio de 2010, p. A 14.
134. *2010: Os anos de chumbo do STF*. In: *Carta Forense*, n. 85, junho de 2010, p. B8.
135. *USP aumenta em 85% gastos com terceirização*. In: *Folha de São*

- Paulo, 19 de junho de 2010.
136. *A Lei Ficha Limpa*. In: Carta Forense, n. 86, julho de 2010, p. B8.
 137. *O Voto Global*. In: Carta Forense, n. 87, agosto de 2010, p; B8.
 138. *Nepotismo versus Súmula*. In: Folha de São Paulo, caderno Opinião, 03 de agosto de 2010, p. A3.
 139. *Propaganda Eleitoral e proteção constitucional da imagem*. In: Carta Forense, n. 88, setembro de 2010, p. B11.
 140. *Voto de Minerva, votação parlamentar e votos do eleitor*. In: Carta Forense, n. 89, outubro de 2010, p. A8.
 141. *O desempate no STF*. In: Carta Forense, n. 90, novembro de 2010.
 142. *Administração Pública e sua responsabilidade trabalhista*. In: Carta Forense, n. 91, dezembro de 2010, p. B8.
 143. *Novidades para as Fundações de Apoio à Pesquisa e IES ou ICT's*. In: Carta Forense, n. 92, janeiro de 2011.
 144. *As “pensões” dos ex-governadores*. In: Carta Forense, n. 93, fevereiro de 2011.
 145. *Fidelidade e segurança das urnas*. In: Carta Forense, n. 94, março de 2011, p. A12.
 146. *A quem pertence o mínimo?* In: Revista do Direito Trabalhista, 31 de março de 2011, p. 10 e 11.
 147. *Pesquisa, Produção e seus Contextos na PUC-SP*. In: EDIÇÃO ESPECIAL – REVISTA “MAGAZINE” – Edição comemorativa de aniversário da PUC-SP. PUC-SP: 65 anos de história, tradição e vanguardismo, 1946-2011 – São Paulo: EDUC, 2011.
 148. *A Lei Ficha Limpa e a nova encruzilhada*. In: Carta Forense, n. 95, abril de 2011, p. A12.
 149. *As organizações sociais no STF*. In: Carta Forense, n. 96, maio de 2011, p. A12.
 150. *Sistema atual de escolha dos Ministros do STF: posição contrária*. In: Carta Forense, n. 97, junho de 2011, p. B26.
 151. *O amicus curiae no STF*. In: Carta Forense, n. 98, julho de 2011, p. A8.
 152. *Força militar e segurança humana*. In: Carta Forense, n. 99, agosto de 2011, p. A8.

153. *Concurso Público: uma “nova” leitura.* In: Carta Forense, n. 100, setembro de 2011, p. A8.
154. *O Magistrado Instrutor e o STF.* In: Carta Forense, n. 101, outubro de 2011, p. A8.
155. *Orçamento e Judiciário.* In: Carta Forense, n. 102, novembro de 2011, p. A8.
156. *Obrigatoriedade para que filho de político estude em Escola Pública: posição contrária.* In: Carta Forense, n. 103, dezembro de 2011 p. B27.
157. *A classificação dos programas de Rádio e TV.* In: Carta Forense, n. 104, janeiro de 2012, p. A8.
158. *A nova lei de Intervenção Federal.* In: Carta Forense, n. 105, fevereiro de 2012, p. A10.
159. *A consubstancialidade entre a Defensoria Pública e o exercício da função jurisdicional estatal: democratização do acesso à justiça àqueles que se encontram à margem da sociedade.* In: Revista APADEP, edição 22, novembro de 2011 a fevereiro de 2012, p. 7.
160. *A propaganda: sobre o PL 702/11.* In: Carta Forense, n. 106, março de 2012.
161. *Por uma Defensoria pró-cidadão.* In: Carta Forense, n. 107, abril de 2012.
162. *O Veto no Congresso Nacional.* In: Carta Forense, n. 108, maio de 2012.
163. *O “amicus” sem recurso.* In: Carta Forense, n. 109, junho de 2012.
164. *Inamovibilidade do juiz.* In: Carta Forense, n. 110, julho de 2012.
165. *A missão institucional de investigar.* In: Carta Forense, n. 111, página A8, agosto de 2012.
166. *Publicidade dos salários de servidores públicos: posição contrária.* In: Carta Forense, n. 112, página B6, setembro de 2012.
167. *Um federalismo de realização da segurança pública.* In: Jornal Tribuna da Política Judiciária, Ano I, edição 06, página 11, setembro/outubro de 2012.
168. *O STF e o mensalão.* In: Carta Forense, n. 113, página A8, outubro de 2012.
169. *A unidade de proteção dos Direitos Humanos.* In: Carta Forense, n. 114, página A8, novembro de 2012.

170. *Desjudicialização*. In: Carta Forense, n. 116, página A8, janeiro de 2013.
171. *Judiciário e Cidadania*. In: Carta Forense, n. 117, página A8, fevereiro de 2013.
172. *Modulação de efeitos: qual o quórum no controle incidental?* In: Carta Forense, n. 118, página A10, março de 2013.
173. *III Pacto Republicano*. In: Carta Forense, n. 119, página A10, abril de 2013.
174. *Mensalão: percalços processuais de fundo constitucional*. In: Carta Forense, n. 120, página A10, maio de 2013.
175. *A PEC 33 e seus significados*. In: Carta Forense, n. 121, página A8, junho de 2013.
176. *O juiz e o autodidatismo*. In: Revista Justiça & Cidadania, páginas 62-3, junho de 2013.
177. *A mudança da competência legislativa: decisão a termo*. In: Carta Forense, n. 122, página A8, julho de 2013.
178. *O Tribunal de Contas e a tutela cautelar*. In: Carta Forense, n. 123, página A8, agosto de 2013.
179. *O Tribunal de Contas e a tutela cautelar. O Tribunal de Contas e a tutela cautelar*. In: Carta Forense, n. 123, página A8, agosto de 2013.
180. *População X Eleitores: um novo dilema para a Democracia*. In: Carta Forense, n. 124, página A8, setembro de 2013.
181. *O modelo de efetividade dos direitos instaurado após 25 anos*. In: Revista Consulex, matéria de capa, p. 38-39, outubro de 2013.
182. *Nenhum homem nenhum voto*. In: Carta Forense, n. 125, página A8, outubro de 2013.
183. *Análise: 25 anos: entre mitos e realidades*. In: Folha de São Paulo, Poder, 05 de outubro de 2013.
184. - *Pedagogia Suprema*. In: Folha de São Paulo: Tendências e Debates, p. A-3, 17 de novembro de 2013.
- *Pedagogia Suprema*. In: L & C Revista de Administração Pública e Política, primeira página, novembro de 2013.
185. *Causas de pouca relevância no STF*. In: Carta Forense, n. 126, página A8, novembro de 2013.
186. *A mobilidade e a Corte Interamericana de Direitos Humanos*. In:

- Carta Forense, n. 127, página A8, dezembro de 2013.
187. *Ações afirmativas: pedagogia estatal por igualdade.* In: Carta Forense, n. 128, página A8, janeiro de 2014.
 188. *Os presos e o Estado brasileiro: a propósito do presídio de Pedrinhas.* In: Carta Forense, n. 129, página A8, fevereiro de 2014.
 189. *Decisões judiciais sobre políticas públicas na saúde.* In: Carta Forense, n. 130, página A8, março de 2014.
 190. *A lei de improbidade e a Loman.* In: Carta Forense, n. 131, página A8, abril de 2014.
 191. *A Copa e a polícia do mundo.* In: Carta Forense, n. 132, página A8, maio de 2014.
 192. *Apostas on-line em jogos de futebol.* In: Carta Forense, n. 133, página A8, junho de 2014.
 193. *Ministério Público e Crime Eleitoral.* In: Jornal Carta Forense, Constitucional, p. A8 - A8, 01 jul. 2014.
 194. *Liberdade de expressão e o 'legado' da Lei Geral da Copa.* In: Jornal Carta Forense, Constitucional, p. A10 - A10, 01 ago. 2014.
 195. *A Máfia da Copa: entre o poder econômico e o Estado.* In: Carta Forense, Constitucional, p. A10 - A10, 01 set. 2014.
 196. *Ação Rescisória por mudança de jurisprudência.* In: Jornal Carta Forense, Constitucional, p. A10 - A10, 01 out. 2014.
 197. *A instituição da terceirização e o direito econômico.* In: Jornal Brasil Econômico, p. 31 - 31, 14 out. 2014.
 198. *Celeridade Vinculante e Súmula Razoável.* In: Carta Forense, Constitucional, p. A10 - A10, 03 nov. 2014.
 199. *15 anos da Lei 9.868 e da Lei 9.882.* In: Carta Forense, Constitucional, p. A10 - A10, 01 dez. 2014.
 200. *O CNJ e a presunção de inocência do usuário de drogas: controle da população carcerária.* In: Carta Forense, Constitucional, p. A10 - A10, 02 jan. 2015.
 201. *Chutando o Jogo.* In: Folha de São Paulo, São Paulo, p. A3 - A3, 25 abr. 2015.
 202. *As autonomias do Poder Judiciário.* In: Cadernos Jurídicos (EPM), v. 16, série 40, p.21-28, Abril/Junho 2015.

185. *Graduando a presunção de constitucionalidade.* In: Fórum Jurídico, p. 66 – 69, out. 2015.
186. *Direito, participação e desenvolvimento. A democracia econômica concebida por Montoro aponta caminhos para a superação de graves crises políticas e sociais da atualidade.* In: Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 10, Número 109. Encarte especial, p.14-17, ago. 2016.
187. *Reserva de Mercado obsoleto: o fim do APP.* In: Migalhas, 26 out. 2016. <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI247820,101048-Reserva+de+mercado+obsoleto+o+fim+do+App>
188. *Frentes parlamentares empresariais.* In: Valor Econômico, 05/10/16. Caderno Legislação.
189. *São Paulo pune a industrialização.* In: Diário do Comércio, Indústria e Serviço, 28 ago. 2016, Caderno SP, p. 2.
190. *Foi correta a Decisão de proibir doações de empresas. Sim. Construção de uma democracia de mérito.* In: Folha de São Paulo, São Paulo, p. A3 - A3, 29 out. 2016.
191. *Trump: um novo estado-empresário?.* In: Diário Comércio Indústria & Serviços, São Paulo, p. 2, 15 dez. 2016.
192. *Terceirização e economia: nem polarização ideológica, nem confusão servem ao país e ao ser humano.* In: Diário Comércio Indústria & Serviços, São Paulo, p. 2, 02 fev. 2017.
193. *Nome com vínculo partidário e carreira política deveria ser vetado no STF? Não, garantias conferem independência.* In: Folha de São Paulo, São Paulo, p.A3, 11 Fev. 2017.
194. *Contas de campanha de Dilma e Temer devem ser separadas em processo no TSE? Não.* In: Folha de São Paulo, São Paulo, p. A3, 08 Abr. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/04/1873849-contas-de-campanha-de-dilma-e-temer-devem-ser-separadas-em-processo-no-tse-nao.shtml>
195. *Um Mercado sem (adequada) educação.* In: O Estado de São Paulo – Blog Fausto Macedo, São Paulo, 28 abr. 2017. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/um-mercado-sem-adequada-educacao/>
196. *TSE deve escolher entre Estado de Direito e espetáculo acusatório.* In: Folha de São Paulo, Caderno Ilustríssima, São Paulo, 07 de jun.

2017. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/06/1890810-tse-deve-escolher-entre-estado-de-direito-e-espetaculo-acusatorio.shtml>
197. *A cultura diversa da CPLP na "Marcha Harmônica" do Mercado Global*. In: Nova Águia - Revista para Cultura para o Século XXI, nº 21, pp. 1-4, Fevereiro de 2018.
198. O Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis: Resposta à Exigência Constitucional de um Eficiente Sistema Registral. *Jornal Eletrônico Migalhas*, v. 136, p. 23-42. 22 de agosto de 2018. Citado nas pp. 173-175. Disponível em:
<https://www.migalhas.com.br/depeso/286032/o-operador-nacional-do-sistema-de-registro-eletronico-de-imoveis--resposta-a-exigencia-constitucional-de-um-eficiente-sistema-registral>
199. *Autoridade e liberdade de expressão Religiosa*. In: Folha de São Paulo, Caderno: Ilustríssima. São Paulo, p. 6, 24 de fevereiro de 2019. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/02/estado-laico-e-neutro-nao-ateu-escreve-professor-de-direito-da-usp.shtml>
200. *Anacrônico e pouco transparente, modelo de indicação do STF precisa mudar*. In: Folha de São Paulo, Caderno: Ilustríssima. São Paulo, 17 de outubro de 2020. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/10/anacronico-e-pouco-transparente-modelo-de-indicacao-para-stf-precisa-mudar.shtml>.
201. *Ideologia, política e Supremas Cortes*. In: *Jornal da USP*. São Paulo, 04 de dezembro de 2020. Disponível em:
<https://jornal.usp.br/artigos/ideologia-politica-e-supremas-cortes/>.
202. *O Supremo deve manter a extensão do prazo de validade das patentes no Brasil? Não*. In: Folha de São Paulo. 19 de março de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2021/03/o-supremo-deve-manter-a-extensao-do-prazo-de-validade-das-patentes-no-brasil-nao.shtml>
203. *Bicameralismo só vale no papel? In.:* Consultor Jurídico, 2 de junho de 2013. (co-autoria) Disponível em:
<https://www.conjur.com.br/2013-jun-02/andre-ramos-tavares-bruno-dantas-bicameralismo-papel2>

204. *Patentes inconstitucionais e o vírus do atraso*. In: JOTA, Coluna: Opinião & Análise. 08 de março de 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/patentes-inconstitucionais-e-o-virus-do-atraso-08032021>
205. *José Tadeu de Chiara, uma vida dedicada ao ensino do Direito Econômico*. André Ramos Tavares, Gilberto Bercovici, José Maria de Arruda Andrade, Luís Fernando Massonetto, Alessandro Serafim Octaviani. In: Consultor Jurídico – ConJur, 17 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-17/estado-economia-jose-tadeu-chiara-vida-dedicada-ensino-direito-economico>.
206. *A Justiça Eleitoral: para garantir a verdade eleitoral são imprescindíveis mecanismos de controle adequados*. In: Revista Esfera Brasil. Ed. 2, 1º Trimestre, 2023, impresso, p. 51-52.
207. *Protegendo a democracia na Era Digital*. In: Revista Esfera Brasil. Ed. 3, 2º Trimestre, 2023, impresso, p. 45.
208. *Um robô juiz?* Substituir de pronto toda a atividade humana do juiz seria mudança dotada de grande radicalismo. In: Revista Esfera Brasil. Ed. 4, 3º Trimestre, 2023, impresso, p. 65.
209. *Disrupção tecnológica: quais os impactos da transformação digital para o Brasil?*. In: Revista Esfera Brasil. Ed. 5, 4º Trimestre, 2023, impresso, p. 58.

8.11 Artigos veiculados exclusivamente em suporte eletrônico

1. *O modelo brasileiro de controle difuso-concreto da constitucionalidade das leis e a função do Senado Federal*. In: CD-Rom da Revista Júris Plenum, Penal, Ed. 87, Volume 2, Trabalhista e Eleitoral, Doutrina Jurídica. Março de 2006.
2. *Princípio da consubstancialidade parcial dos direitos fundamentais na dignidade do homem*. In: CD-Rom da Revista Júris Plenum, Penal, Ed. 87, Volume 2, Trabalhista e Eleitoral, Doutrina Jurídica. Março de 2006.

8.12 Entrevistas

8.12.1 CONCESSÃO DE ENTREVISTAS

1. *Rodízio Começa Segunda sem Multas*. Entrevista concedida ao “Jornal da Tarde”, de São Paulo, sobre a constitucionalidade da medida. Publicação: 02 de Outubro de 1997. Parte “geral”, p. 15A.
2. *A Morte da Privacidade*. Entrevista concedida à revista “Exame”. Publicação: 14 de Janeiro de 1998. Ano 31, nº 2, pp. 70 e 75.
3. *“Inflação de Leis” Desafia Ordem Constitucional*. Entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo sobre o choque de leis. Publicação: 1º de Março de 1998. Caderno: Política, p. A4.
4. *Órgãos de bebê sem cérebro podem ser transplantados: Ministério Público pode mover Ação*. Entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo. Publicação: 26 de abril de 1998. Caderno: São Paulo, p. 3.
5. *Outra Lei Difícil*. Entrevista concedida ao jornal Correio Braziliense. Publicação: 14 de Agosto de 1998. Caderno Brasil, p. 6.
6. Debate: *Candidatos usam novas mídias para atrair o Eleitorado: Psicóloga e Jurista debatem a consequência*. Entrevista concedida ao jornal Folha da Região, de Araçatuba. Publicação: 20 de Setembro de 1998. Parte: Eleições – Nacional.
7. *Advogados não acreditam que chefe ignore valor da cobrança*. Entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo. Publicação: 20 de Março de 1999.
8. *Tocantins dificulta acesso a concurso*. Entrevista concedida ao jornal Correio Braziliense. Publicação: 26 de Março de 1999.
9. *Pão de Açúcar não poderá ficar com terreno: Advogados Descartam Desistência da Execução*. Entrevista concedida ao Jornal A Tribuna, de Santos. Publicação: 10 de Junho de 1999.
10. *Perspectivas do Direito Público para o Século XXI*. Entrevista concedida ao Jornal Infoban, informativo mensal da Universidade Bandeirante de São Paulo, ano II, edição 9. Publicação: Junho de 1999.
11. *Ministério Público diz que vai Recorrer*. Entrevista concedida ao Jornal Agora São Paulo. Data: 14 de Junho de 2000. P. A-4.
12. *Juristas afirmam que Pitta fica no cargo*. Entrevista concedida ao Jornal Diário Popular. Data: 14 de Junho de 2000. Seção: Política. P. 8.
13. *OAB diz que governistas foram “covardes”*: Para Advogados Decisão

- é Política*. Entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo. Data: 13 de Julho de 2000, p. C5.
14. *Morador de Viaduto tem Bens Confiscados: Governo tem de devolver objetos, dizem advogados*. Entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo. Data: 27 de Julho de 2000, p. C8.
 15. *Pitta Afirma que Multas podem ser Anuladas*. Entrevista concedida para o jornal O Estado de São Paulo. Tema: Inconstitucionalidade do código de infrações de trânsito da cidade de São Paulo. Data: 28 de Julho de 2000, p. C1.
 16. *Velloso derruba outra decisão de Marco Aurélio: Atitude Correta*. Entrevista concedida ao jornal Correio Braziliense, em 29 de Julho de 2000.
 17. *Liminar do STF não atinge Celso Pitta*. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo. Publicação: 3 de Agosto de 2000. Seção: Cotidiano. P. C7.
 18. *Especialistas recomendam ação para corrigir FGTS*. Entrevista concedida ao jornal Agora São Paulo. Tema: FGTS e prescrição da ação. Publicação: 6 de Setembro de 2000. P. A-8.
 19. *Justiça deve rejeitar a ação civil pública*. Entrevista concedida ao jornal Agora São Paulo. Publicação: 14 de Setembro de 2000. P. A-10.
 20. *Promessas de Campanha X Poder do Município*. Entrevista concedida ao Jornal local de Santos. Publicação: 21 de Outubro de 2000.
 21. *Governo teme que Justiça acabe com o Pacote da Luz: Juízes que deram liminares têm de seguir a decisão*. Entrevista concedida ao Jornal Agora, de São Paulo. Entrevistador: Adriana Amorim. Data de publicação: 28 de Junho de 2001, p. A-7.
 22. *Câmara Vota Hoje Projeto contra Nudez: Jurista aponta risco à liberdade*. Entrevista concedida ao jornal Vale Paraibano. Publicação: 30 de Agosto de 2001.
 23. *Empresários tentam barrar IPTU de Marta: Número de Votos já causa Discussão*. Entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo. Publicação: 27 de Outubro de 2001.
 24. *Restrição a Músicos é pena que fere Igualdade*. Entrevista concedida ao jornal Folha da Região, de Araçatuba, SP. Publicação: 31 de Outubro de 2001.
 25. *Ex-ministro aponta falha na MP do Provão*. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo. Publicação: 19 de Dezembro de 2003, p. C4.

26. *Limites da Imunidade*. In: Problemas Brasileiros, maio/junho de 2004, p. 40.
27. *Governo de SP usava verba da saúde para alimentar preso e pagar pensão: Orçamento da Saúde*. Entrevista concedida ao jornal Diário de São Paulo. Publicação: 01 de julho de 2004, pág. A3.
28. *Mordaza em servidor é rejeitada até pelo governo*. Entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo. Publicação: 13 de de 2004.
29. *Censura prévia em caso de interesse público é criticada*. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo. Publicação: 24 de novembro de 2004.
30. *Juristas sugerem esperar ação coletiva do telefone: O que pensam os juristas sobre a cobrança*. Entrevista concedida ao Jornal Agora, de São Paulo. Publicação: 25 de novembro de 2004.
31. *Legalidade de resolução divide especialistas*. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo. Publicação: 14 de fevereiro de 2006, caderno Brasil, p. A4.
32. *Violação indica retrocesso do Estado de Direito, diz advogado*. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo. Publicação: 15 de abril de 2006, caderno Brasil, p. A7.
33. *Ato foi “criminoso” e pode levar a 4 anos de prisão, afirmam constitucionalistas*. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo. Publicação: 7 de junho de 2006, caderno Brasil, p. A8.
34. *Vai-e-vem do tribunal divide especialistas*. Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo. Publicação: 9 de junho de 2006, caderno Brasil, p. A4.
35. *Ressalvas tornam a lei inaplicável, dizem cientistas*. Entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo. Publicação: 29 de maio de 2008. Caderno: Ciência, p. A16.
36. *Encontro CESA – 20 anos da Constituição*. Revista CESA. Publicação de out/dez de 2008. N. 9, p. 12.
37. *Cobrança de Pedágio no Rodoanel, volta menos de 10h após proibição*. Entrevista concedida ao Jornal O Estado de São Paulo. Publicação: 10 de janeiro de 2009. Caderno: Metrópole, p. C1.
38. *Divulgação de pesquisas é uma das prioridades*. Entrevista concedida ao Jornal PUC em Notícias. Publicação: abril de 2009. N. 4, p. 3.
39. *Especialistas vêm atropelos a princípios da Constituição*. Entrevista concedida ao Jornal O Estado de São Paulo. Publicação: 05 de julho de

2009. Caderno: Nacional, p. A8.
40. *Xeque ao bispo*. Entrevista concedida à Revista Época. Publicação: 17 de agosto de 2009. P. 46.
41. *As relações institucionais na avaliação de um constitucionalista*. Entrevista concedida à Revista Consulex. Publicação: 15 de setembro de 2009. P. 6-9.
42. *Legislativo feriu Carta Magna, dizem especialistas*. Entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo. Publicação: 05 de novembro de 2009. p. A8.
43. *Depois dos protestos: especialistas consideram populista medida que torna corrupção crime hediondo*. Jornal o globo em 07 de julho de 2013. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/especialistas-consideram-populista-proposta-que-torna-corrupcao-crime-hediondo-8949589>> acesso em 01.07.2014.
44. *Análise: Manobra de Haddad não é ilegal*. Entrevista concedida ao Estado de São Paulo, em 17 de junho 2014. Disponível em <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,analise-manobra-de-haddad-nao-e-ilegal,1513678>> acesso em 01.07.2014.
45. *EC 80/2014*. Entrevista concedida a revista da ABADEP - Associação Paulista de Defensores Públicos, em 14/05/2015. Disponível em <http://www.apadep.org.br/revista/entrevista-andre-ramos-tavares>.
46. *Juristas analisam que redução da maioria penal não resolverá o problema da violência*. Tema: Redução Maioridade Penal, em 01/04/2015; In: Jornal do Advogado, Ano XL - Abril/2015, Número 404, p. 4.
47. *Sigilo de 25 anos sobre Metrô e CPTM será revisto*. Comentário em notícia sobre o Governo de São Paulo. Veículo de divulgação: Internet. Disponível em: <http://www.band.uol.com.br/m/conteudo.asp?id=100000774889>
48. *Renan decide sobre afastamento e Lewandowski preside final*. Entrevista concedido ao jornal Valor Econômico, 16 de abril de 2016.
49. *STF pode mudar decisão do Congresso sobre impeachment*. Entrevista concedida à Folha de São Paulo, em 20 de abril de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763050-stf-pode-mudar-decisao-do-congresso-sobre-impeachment-dis-especialista.shtm>

- Replicada em GGN, São Paulo, em 21 de abril de 2016. Disponível em : <http://jornalggm.com.br/noticia/para-especialista-stf-deveria-analisar-merito-do-impeachment>
50. *Juristas Apontam que é inconstitucional proposta de novas eleições para presidente.* Agência Estado, São Paulo, 27 de abril de 2016.
 51. *TSE não pode separar Dilma e Temer, dizem especialistas.* Carta Capital, São Paulo 03 de maio de 2016. Veículo de divulgação: Internet. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/tse-nao-pode-separar-dilma-e-temer-dizem-especialistas>
 52. *SP desafia juiz e obtém aval para PM portar arma em desocupação.* Folha de São Paulo, 06 de maio de 2016.
 53. *Será inevitável STF analisar suspensão de impeachment na câmara.* Agência Estado, São Paulo, 09 de maio de 2016.
 54. *Repercussão sobre a decisão de tentar anular votação do impeachment.* 09 de maio de 2016. Divulgação: Internet. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/congresso-repercute-decisao-de-anular-votacao-do-impeachment.html>
 55. *Especialistas em direito divergem sobre decisões de senador e deputado.* Folha de São Paulo, 10 de maio de 2016. Veículo de divulgação: Internet. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1769599-especialistas-em-direito-divergem-sobre-decisoes-de-senador-e-deputado.shtml>
 56. *Gestão Alckmin libera reintegração de posse sem passar pelo judiciário.* Folha de São Paulo, 13/05/2016. Veículo de divulgação: Internet. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1770846-gestao-alckmin-libera-reintegracao-de-posse-sem-passar-pelo-judiciario.shtml>
 57. *Contrato de renogociação de dívidas não garante teto de gastos, dizem especialistas.* Valor Econômico, caderno Brasil, 07/08/2016. Versão impressa. Disponível também em: <http://www.valor.com.br/brasil/4661971/contrato-de-renegociacao-de-dividas-nao-garante-teto-de-gastos-dizem-especialistas>
 58. Entrevista concedida ao Jornal O Dia. “Congresso tem 24 projetos para mudar indicação ao STF”. In: Jornal O Dia. 27 de Fev.2017. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/brasil/2017-02-26/congresso-tem-24-projetos-para-mudar-indicacao-ao-stf.html>

59. Entrevista concedida ao Jornal do Comércio. “*No TSE, Gilmar Mendes polariza julgamento da chapa Dilma-Temer*”. In: *Jornal do Comércio – JC, Recife, 08 de Junho de 2017*. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2017/06/08/no-tse-gilmar-mendes-polariza-julgamento-da-chapa-dilma-temer-288533.php>
60. Entrevista concedida à Folha de São Paulo, Coluna Mercado Aberto, “*Entrada do Brasil na OCDE deverá impactar sistema tributário do país*” em 27.02.2018, Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2018/02/entrada-do-brasil-na-ocde-devera-impactar-sistema-tributario-do-pais.shtml>>
61. Entrevista concedida à BBC Brasil, “*Especialistas em direito veem características atípicas em ordem de prisão de Moro contra Lula*”, em 06.04.2018, Disponível em < <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43663772>>
62. Entrevista concedida à BBC Brasil. “*A saga dos moradores de rua em São Paulo por um copo d’água*”, In: BBC News, 15 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45088766>
63. Entrevista concedida à Revista Pesquisa (FAPESP). “*O financiamento à pesquisa científica*”. In: Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, p. 27, 14 de Dezembro de 2018. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/12/14/o-financiamento-a-pesquisa-cientifica/>
64. Entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo. *Bolsonaro e Haddad vão ter de mudar Constituição para os principais projetos*. In. Folha de São Paulo, São Paulo, p. A-8, 15 de Outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-e-haddad-vao-ter-de-mudar-constituicao-para-os-principais-projetos.shtml>
65. Entrevista concedida ao Jornal O Estado de São Paulo. “*Margem de mudança sem aval do Congresso é restrita, dizem juristas*”. In: O Estado de São Paulo, p A-12, 30 de Dezembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,margem-de-mudanca-no-estatuto-do-desarmamento-sem-aval-do-congresso-e-restrita-dizem-juristas,70002661479>

66. Entrevista concedida ao Jornal da USP. “*TSE revoga liminar que tirava do ar fake 133ews sobre as eleições*”. In: Jornal da USP, Caderno: Atualidades. São Paulo, 09 de abril de 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/tse-revoga-liminar-que-tirava-do-ar-fake-news-sobre-as-eleicoes/>
67. Entrevista concedida ao Portal UOL “*PT contestará Lava Jato em conselho após mensagens sobre lucro com palestra*”. In: Uol Notícias, em 14 de julho de 2019. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/14/mensagens-lava-jato-palestras-pt-representacao-cnmp.htm>
68. Entrevista concedida ao Portal UOL. “*Condenado, Ronaldinho ganha função em programa que exige conduta ilibada*”. In: Uol Esportes, em 07 de setembro de 2019. Disponível em <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2019/09/07/condenado-ronaldinho-ganha-funcao-em-programa-que-exige-conduta-ilibada.htm>
69. Entrevista concedida à Época, Coluna de Guilherme Amado, “*MP de Bolsonaro que passa dados ao IBGE é inconstitucional, aponta conselheiro de ética da Presidência*”, em 27.04.2020, Disponível em: < <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/mp-de-bolsonaro-que-passa-dados-ao-ibge-inconstitucional-aponta-conselheiro-de-etica-da-presidencia-1-24390591> >.
70. Depoimento à Revista Grupo José Alves, Periódico Institucional do Grupo José Alves, Edição n. 19, Ref. Mai a Jun 2020, Impresso, “*“Novo Normal: Quais serão as tendências de hábitos e comportamentos pós-pandemia?”*”, p. 12.
71. Entrevista concedida ao Jornal da USP no Ar e Rádio USP, Caderno Atualidades, Internet, “*Engajamento de plataformas digitais é essencial para combate às fake news*”, em 06.10.2020. Disponível em < <https://jornal.usp.br/atualidades/engajamento-de-plataformas-digitais-e-essencial-para-combate-as-fake-news/>>.
72. Entrevista concedida ao NSC Total, “*Patentes de remédios: STF deve julgar em abril ação que visa acelerar processo de análise*”, em 05.03.2021. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=QKRwHw68qpM> >.

73. Entrevista concedida à Universidade dos Andes, “Processo Constituinte do Chile”, com o Professor José Ignacio Martínez, em 09.03.2021.
74. Entrevista concedida ao Jornal Valor Econômico, em 12 de maio de 2021. “Decisão do Supremo faz INPI conceder patente sem validade”. Disponível em: <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2021/05/12/decisao-do-supremo-faz-inpi-conceder-patente-sem-validade.ghtml>
75. Entrevista concedida ao Jornal da USP no Ar e Rádio USP, Caderno Atualidades, “Justiça Eleitoral estuda suspender Telegram no Brasil por não atender à legislação”, em 02.02.2022. Disponível em: < <https://jornal.usp.br/atualidades/justica-eleitoral-estuda-suspender-telegram-no-brasil-por-nao-atender-a-legislacao/>>.

8.13. Apresentação ou prefácios a livros

1. Apresentação da obra de George Salomão Leite: *Interpretação Constitucional e Tópica Jurídica*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
2. Prefácio da obra de Olavo Alves Ferreira: *Controle de Constitucionalidade e seus Efeitos*. São Paulo: Método, 2003.
3. Prefácio da obra de Silvana Cristina Bonifácio Souza: *Assistência Jurídica Integral e Gratuita*. São Paulo: Método, 2003.
4. Prefácio da obra de Rubens Geraldi Bertolo: *Inviolabilidade do Domicílio*. São Paulo: Método, 2003.
5. Prefácio da obra de Alexandre Coutinho Pagliarini: *Constituição e Direito Internacional*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
6. Prefácio da obra de Guilherme Amorim Campos da Silva: *Direito ao Desenvolvimento*. São Paulo: Método, 2003.
7. Prefácio da obra de Artur Cortez Bonifácio: *Direito de Petição*. São Paulo: Método, 2004.
8. Apresentação da obra de Juliano Taveira Bernardes: *Controle Abstrato de Constitucionalidade*. São Paulo: Saraiva, 2004.
9. Prefácio da obra de Marco Aurélio Paganella: *A argüição de descumprimento de preceito fundamental no contexto do controle de constitucionalidade*. São Paulo: LTR, 2004.
10. Prefácio da obra de Serge Atchabahian: *Princípio da igualdade e ações afirmativas*. São Paulo: R&S, 2004.

11. Apresentação da obra de Sérgio Augusto Z. Pavani: *O Mandado de Segurança e a Jurisdição Constitucional em Face das normas de competência da União*. São Paulo: MP, 2004.
12. Prefácio da obra de Vânia Siciliano Aieta: *A Infidelidade Partidária como Lesão à Democracia*. 2004. v. 4.
13. Prefácio da obra de Fábio Nadal: *A Constituição como Mito*. São Paulo: Método, 2005.
14. Prefácio da obra conjunta de Ana Lucia Sabadell, Dimitri Dimoulis e Laurindo Dias Minhoto: *Direito social, regulamentação econômica e crise do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
15. Apresentação da obra de Rodney Cláide Bolsoni Elias da Silva: *O Princípio como Norma Jurídica*. São Paulo: Esfera, 2006.
16. Apresentação da obra de Dimitri Dimoulis: *Positivismo Jurídico. Introdução a uma teoria de direito e defesa do pragmatismo jurídico-político*. São Paulo: Método, 2006. (Coleção Professor Gilmar Mendes; v. 2).
17. Apresentação da obra de Paulo Ferreira da Cunha: *Direito Constitucional Geral. Uma Perspectiva Luso-Brasileira*. São Paulo: Método, 2006. (Coleção Professor Gilmar Mendes; v. 3).
18. Prefácio da obra conjunta de Lael Viana e Fabio Nadal: *Direito Previdenciário Sintetizado*. São Paulo: São Paulo: Método, 2007.
19. Prefácio da obra de Glauco Salomão Leite: *Súmula Vinculante e Jurisdição Constitucional Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
20. Apresentação da obra de Jean Carlos Dias: *O Controle Judicial de Políticas Públicas*. São Paulo: Método, 2007. (Coleção Professor Gilmar Mendes; v. 4).
21. Apresentação da obra de João Luiz M. Esteves: *Direitos Fundamentais Sociais no Supremo Tribunal Federal*. São Paulo: Método, 2007. (Coleção Professor Gilmar Mendes; v. 5).
22. Apresentação da obra de Cláudio de Oliveira Santos Conalço: *Interpretação Conforme a Constituição*. São Paulo: Método, 2007. (Coleção Professor Gilmar Mendes; v. 6).
23. Apresentação da obra de Eduardo Ribeiro Moreira: *Neoconstitucionalismo, A Invasão da Constituição*. São Paulo: Método, 2007. (Coleção Professor Gilmar Mendes; v. 7).
24. Prefácio da obra de Renato Stanziola Vieira: *Jurisdição Constitucional e Os Limites de Sua Legitimidade Democrática*. São Paulo: Renovar, 2007.

25. Apresentação da obra de Luiz Carlos dos Santos Gonçalves: *Mandados Expressos de Criminalização e a Proteção de Direitos Fundamentais na Constituição de 1988*. São Paulo: Fórum, 2007. (Coleção Fórum de Direitos Fundamentais; v. 1).
26. Apresentação da obra: *Justiça Constitucional – Pressupostos Teóricos e Análises Concretas*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
27. Apresentação da obra de Artur Cortez Bonifácio: *O Direito Constitucional Internacional, e a proteção dos direitos fundamentais*. São Paulo: Método, 2008. (Coleção Professor Gilmar Mendes; v. 8).
28. Apresentação da obra de Paulo Ferreira da Cunha: *Fundamentos da República e dos Direitos Fundamentais*. São Paulo: Fórum, 2008. (Coleção Fórum de Direitos Fundamentais. v. 2).
29. Apresentação da obra de Emílio Peluso Neder Meyer: *A Decisão no Controle de Constitucionalidade*. São Paulo: Método, 2008. (Coleção Professor Gilmar Mendes; v. 9).
30. Apresentação da obra de Ingo Sarlet e outros (coord.): *A Dignidade da Vida e os Direitos Fundamentais para Além dos Humanos – uma discussão necessária*. Belo Horizonte, 2008. (Coleção Fórum de Direitos Fundamentais. v. 3).
31. Prefácio da obra de Renato Stanzola Vieira: *Jurisdição Constitucional Brasileira e os Limites de Sua Legitimidade Democrática*. São Paulo: Renovar, 2008.
32. Apresentação da obra de Roberto Hugo Lima Pessoa *Análise Funcional da Constituição* (coleção Professor Gilmar Mendes, v. 11). São Paulo: Editora Método, 2009.
33. Apresentação da obra de Valério de Oliveira Mazzuoli e Aldir Guedes Soriano: *Direito à Liberdade Religiosa*. Belo Horizonte: Fórum/IBEC, 2009 (Coleção Fórum de Direitos Fundamentais, v. 4).
34. Apresentação da obra de Sérgio Augusto Zampol Pavani: *Estado e Processo Civilizatório*. São Paulo: MP, 2009.
35. Apresentação da obra de Miguel Calmon Dantas: *Constitucionalismo Dirigente e Pós-Modernidade*. São Paulo: Saraiva, 2009.
36. Apresentação da obra *Pesquisas PUC/SP: seleta*. São Paulo PUC/SP, 2009.
37. Apresentação da obra *Pesquisas PUC/SP: seleta*. São Paulo PUC/SP, 2010.
38. Apresentação da obra de José Claudio Pavão Santana: *O Pré-Constitucionalismo na América*. São Paulo: Método, 2010.

39. Apresentação da obra de Tatiana Stroppa: *As dimensões constitucionais do Direito de informação e o exercício da liberdade de informação jornalística*. Belo Horizonte: Fórum/IBEC, 2010.
40. Apresentação da obra de Carolina de Albuquerque: *Direito fundamental à coisa julgada: problemas constitucionais de sua relativização*. Belo Horizonte: Fórum/IBEC, 2010.
41. Apresentação da obra de Renato Gugliano Herani. *Controle de Constitucionalidade das Leis Pré-Constitucionais* (coleção Professor Gilmar Mendes, v. 13). São Paulo: Editora Método, 2010.
42. Apresentação da obra *Pesquisas PUC/SP: seleta*. São Paulo PUC/SP, 2011.
43. Apresentação da obra de Leonardo Nunes Marques: *Uma teoria constitucional do tributo: Direitos e deveres fundamentais*. Belo Horizonte: Fórum/IBEC, 2011.
44. Prefácio da obra de Carlos Romero Lauria Paulo Neto: *A Decisão Constitucional Vinculante*. São Paulo: Método, 2012.
43. Apresentação da obra de Leonardo Scofano Damasceno Peixoto: *Supremo Tribunal Federal: Composição e indicação de seus ministros*. São Paulo: Método, 2012.
44. Prefácio da obra de Diogo Rais: *Sociedade e o Supremo Tribunal Federal*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
45. Prefácio da obra de Marco Aurélio Serau Junior e outros: *Comentários à jurisprudência previdenciária do STF*. Curitiba: Juruá, 2012.
46. Prefácio da obra de Guilherme Peña de Moraes *Justiça Constitucional: limites e possibilidades da atividade normativa dos Tribunais Constitucionais*. São Paulo: Atlas, 2012.
47. Prefácio da obra de Renato Gugliano Herani: *A prova da inconstitucionalidade*. Curitiba: Prismas, 2015.
48. Apresentação da obra de Eduardo Avelino Duarte, Danilo Elias Pereira e Renata Facchin: *Controle de Constitucionalidade na Constituição do Mato Grosso do Sul*. Recife: Armador, 2015.
49. Prefácio da obra de Rafael de Lazari: *Conselho Nacional de Justiça: dimensões operacionais e controvérsias*. Curitiba: Juruá, 2017.
50. Prefácio da obra de Leonardo Scofano Damasceno Peixoto: *O Direito Processual Constitucional e a efetividade dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
51. Prefácio da obra de Luciano Tertuliano da Silva: *Manipulação discursiva e crise de Estado como obstáculos à institucionalização*

- dos direitos fundamentais no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
52. Prefácio da obra de Anderson Sant'Ana Pedra: A jurisdição constitucional e a criação do direito na atualidade. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2017.
 53. Prefácio da obra de Leonardo Avelino Duarte: Autonomia Federativa: a experiência Romono-Gótica de 382.
 54. Prefácio da obra de Paulo Ferreira da Cunha: Síntese de Justiça Constitucional. Oeiras: A Causa das Regras, 2018.
 55. Prefácio da obra de Wagner Wilson Deiró Gundim: Gadamer e Supremo Tribunal Federal: uma proposta de hermenêutica filosófica dialógica. São Paulo: Editora LiberArs, 2020.
 56. Prefácio da obra de Adriana Cecílio: A separação dos poderes e o sistema de freios e contrapesos. São Paulo: Amanuense Livros, 2022.

9. COORDENADOR DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E COLEÇÕES DE OBRAS

1. Coordenador da Revista Brasileira de Estudos Constitucionais. Todas as edições, do n. 1 (2007) ao n. 51 (2022).
2. Coordenador Geral da Revista Brasileira de Direito Constitucional, editada pela Escola Superior de Direito Constitucional, vol. 1 e 2 (2003).
3. Coordenador da Revista de Estudos Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral, dos vol. 4 (2009), vol. 5 n.1 (2010) e vol. 6 ns.1, 2 e 3 (2011).
4. *Coleção Professor Gilmar Mendes*. São Paulo: Método, 2006 a 2013 (16 títulos).
5. *Coleção Fórum de Direitos Fundamentais*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
6. *Coleção Carreiras Federais* (7 títulos, em co-coordenação com José Carlos Francisco), Ed. Método, 2014. Títulos: Ações Constitucionais, Direito Eleitoral, Processo Penal, Direito Penal: Parte Geral, Direitos Fundamentais, Processo Judicial Tributário, Filosofia do Direito .
7. Coordenador da *Revista de Direito Constitucional & Econômico*. Vol. 1, Número 1. Goiânia: Unialfa , 2019.

10. PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS EDITORIAIS

2. RBDP Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público (em 2005).
3. Editora Renovar e Instituto Idéias: RDE – Revista do Direito do Estado (em Fev/2006).
4. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia (em 2005).
5. Lima: Revista Peruana de Derecho Público: Miembro del Comité Asesor Internacional (desde ago/2008).
6. Integrante do Conselho da Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, ano 14, n. 16. 2010 (encerrado em 2010).
7. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: Integrante do Conselho Científico da Revista Estudos Eleitorais do TSE, 2009-2011.
8. Revista Científica da Escola Judiciária Eleitoral Paulista – EJP. Membro do Comitê Científico (desde 2016).
9. Revista de los Mercados Financieros: Membro do Conselho de Redação. Universidade de Salamanca (desde 2020).
10. Revista *Suprema* do Supremo Tribunal Federal – STF. Membro do Conselho Científico (desde 2021).
11. Revista de Direito da Saúde Comparado. Membro do Conselho Editorial (desde 2022). (Revista da Unisa)

11. PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS UNIVERSITÁRIOS, INCLUINDO CONSELHO E COMISSÕES

1. Universidade de São Paulo: Membro nato da Congregação da Faculdade de Direito - FD.
2. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP - Membro Nato do Conselho Universitário - de 2008 a 2012.
3. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP - Membro Nato do Comitê de Ensino, Pesquisa e Extensão de

- 2008 a 2012.
4. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP - Vice Coordenador do Núcleo de Direito Constitucional da Pós-Graduação em Direito, de 2018 a 2021.
 5. Universidade de São Paulo: membro eleito da Comissão de Pós-Graduação da FD (mandato de 2018-2020).

12. CARGOS PÚBLICOS HONORÍFICOS

1. TSE: Diretor eleito pelo Plenário do TSE para a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral biênio - 2010-2012.
2. Conselheiro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República do Brasil, nomeado pelo ex-presidente Michel Temer, Mandato: 2018/2021.
3. Presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, eleição em 26/05/2020, posse em 30/06/2020 até 28/09/2021.

13. PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

1. MEC - Ministério da Educação: Avaliador de Instituições de Educação Superior e de Cursos de Graduação. BASIS: Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (desde out/2006). Finalizado.
2. CAPES: Consultor na análise de propostas para novos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, área de direito (APCN - 2008).
3. CAPES: Consultor na análise de propostas para novos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, área de direito (APCN - 2012).
4. TJ/SP: Membro do Grupo de Trabalho Acadêmico Interinstitucional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (GTAI-TJSP) - desde setembro de 2014 - Portaria n. 9.089/2014. Finalizado.
5. CNJ: Coordenador do Conselho Consultivo da Presidência do Conselho

Nacional de Justiça, Portaria CNJ 164/2014, entre 2014 e 2015.

6. CN: Participante da Audiência Pública sobre a redução da maioria penal na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ da Câmara dos Deputados. Impossibilidade da redução da maioria penal por incidência em cláusula pétrea da Constituição do Brasil”. Brasília, 24 de março 2015.
7. CN: Participante da Audiência Pública sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 51/2015 que trata da regularização da situação de oficiais de notas e de registro na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ do Senado Federal. Brasília, 12 de novembro 2015.
8. GovRisk (International Governance and Risk Institute) em conjunto com o CNJ - Consultoria internacional para aprimoramento do Poder Judiciário Brasileiro. Consultoria sobre Poder Judiciário (2016 a 2017).
9. OAB/SP: Membro Consultor da Comissão Especial de Direito Notarial e Registros Públicos da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB-SP, nomeado em 17/09/2019.
10. CNJ: Integrante do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Juridiciárias do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na Presidência do Ministro José Antonio Dias Toffoli, Gestão 2019/2020.
11. TRE/SP: Integrante do Conselho da Escola Judiciária Eleitoral Paulista do Tribunal Regional Eleitoral para o biênio 2020/2021. Portaria EJEP nº 03/2020, DJ de 24/07/2020.
12. CTPCC: Membro do Conselho de Transparência Pública e Combate a Corrupção – CTPCC (2020-2021).
13. CFOAB: Membro da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, Gestão: 2019/2022.

14. GRUPOS DE PESQUISA

1. Universidade de São Paulo. Grupo de Pesquisa em Direito Economico das Novas Tecnologias Digitais. Coordenador. Desde 2019. Em andamento.
2. CNPq - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Grupo de Pesquisa sobre Hermenêutica e Justiça Constitucional. Coordenador Geral. Desde 2018 estuda o STF. Em andamento.
3. Pesquisa Mundial: Circulação da Doutrina. Contribuição da Doutrina na Jurisdição Constitucional. Coordenador Geral: Lucio Pegoraro. Coordenador Brasil: André Ramos Tavares. Finalizado.
4. Itália: Federalismo e regionalismo: Italia e Brasil e a confronto. Desde 2012. Finalizado.

15. PESQUISAS FINANCIADAS POR ÓRGÃOS DE FOMENTO

1. Ministério da Justiça (via Universidade Presbiteriana Mackenzie): Projetos de pesquisa de docentes do Programa de Mestrado em Direito, em 2004 e 2005. Finalizado. Participante como Docente. Tema: federalismo.
2. Descrição: Projeto CNJ ACADÊMICO da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça CNJ e em convênio com a Universidade Presbiteriana Mackenzie, em conformidade com o Edital nº 020/2010/CAPES/CNJ e com a Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010, da CAPES. O projeto se enquadra na seguinte área temática: Conselho Nacional de Justiça: Atuação, Competências e Interfaces , na forma do item 2, subitem 4, do Edital nº 020/2010/CAPES/CNJ, a seguir transcrito: Atuação, competências e interfaces do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com os demais órgãos do Poder Judiciário e dos outros Poderes: desde sua criação o Conselho Nacional de Justiça vem adquirindo significativa visibilidade em função das mudanças que vem proporcionando no seio do Poder Judiciário brasileiro. Conjuntamente com essa crescente visibilidade e com o escopo de atuação do Conselho cada vez mais ampliado, surgem inevitavelmente questionamentos, dúvidas, debates e reclamações a respeito do limite de sua atuação e sobre o alcance de suas competências. Essas questões assumem relevância singular para um órgão novo, em processo de consolidação institucional, cuja área de atuação tem significativa probabilidade de se sobrepor à de outros

órgãos mais tradicionais. O estudo do presente tema, nesse sentido, é de suma importância. Outros aspectos ou subtemas particularmente interessantes nesta área são: Limites das competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em função de suas atribuições constitucionais; Interfaces das atribuições do Conselho Nacional de Justiça com os demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo (Tribunal de Contas da União); Efetividade das decisões do CNJ em função do desafio de sua consolidação institucional; Papel do CNJ no combate à corrupção no Poder Judiciário. Situação: Finalizado em 2015. Natureza: Pesquisa.

16. APRESENTAÇÃO DE PROGRAMA DE TV (COM PARTICIPAÇÃO DE CONVIDADOS)

1. *Planejamento e gestão do poder judiciário*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 10 de agosto de 2015.
2. *Inovações no Direito Constitucional brasileiro*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 24 de agosto de 2015.
3. *Justiça eleitoral*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 07 de setembro de 2015.
4. *Reforma no judiciário*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 05 de outubro de 2015.
5. *Sistema eleitoral brasileiro*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 05 de outubro de 2015.
6. *Novo código de Processo Civil*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 19 de outubro de 2015.
7. *Desjudicialização*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 02 de novembro de 2015.
8. *Debate sobre mestrado e doutorado*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 16 de novembro de 2015.
9. *Crise econômica no Brasil*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 30 de novembro de 2015.
10. *Celeridade e litigiosidade*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 28 de dezembro de 2015.
11. *Direito ao desenvolvimento*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 11 de janeiro de 2016.

12. *Custos dos direitos sociais*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 25 de janeiro de 2016.
13. *Particularidades das carreiras jurídicas*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 08 de fevereiro de 2016.
14. *Papel do Senado*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 22 de fevereiro de 2016.
15. *Tribunal Constitucional internacional*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 07 de março de 2016.
16. *Direito dos Portos*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 21 de março de 2016.
17. *Reforma partidária*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 04 de abril de 2016.
18. *Processo Legislativo no Brasil*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 30 de maio de 2016.
19. *Avanços e retrocessos da legislação penal*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 16 de maio de 2016.
20. *Codificação jurídica*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 13 de junho de 2016.
21. *O setor downstream do petróleo*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 27 de junho de 2016.
22. *Direito ao esquecimento*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 11 de julho de 2016.
23. *Reforma política*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 04 de agosto de 2016.
24. *Ativismo Social*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 08 de agosto de 2016.
25. *História da Justiça Militar*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 22 de agosto de 2016.
26. *Direito ao futebol*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 05 de setembro de 2016.
27. *A evolução do ensino jurídico no Brasil*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 19 de setembro de 2016.
28. *Constituição invisível*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 03 de outubro de 2016.
29. *Direito à Felicidade*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 17 de outubro

de 2016.

30. *Situação de indígenas e ciganos no país*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 31 de outubro de 2016.
31. *Constituição viva*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 14 de novembro de 2016.
32. *Ações diretas do Supremo Tribunal Federal*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 28 de novembro de 2016.
33. *Recall político*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 12 de dezembro de 2016.
34. *Eleições 2016 e perspectivas*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 26 de dezembro de 2016.
35. *O STF e a Justiça do Trabalho*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 09 de janeiro de 2017.
36. *Polícia judiciária e legislativa*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 06 de fevereiro de 2017.
37. *TV Justiça discute alternativas à crise penitenciária*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 20 de fevereiro de 2017.
38. *Nova lei do mandado de injunção*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 06 de março de 2017.
39. *Dilemas da bioética e do biodireito*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 20 de março de 2017.
40. *Desafios da Defensoria Pública no Brasil*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 03 de abril de 2017.
41. *Consequencialismo judicial*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 17 de abril de 2017.
42. *Direito à cidade*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 01 de maio de 2017.
43. *Presunção da lei penal*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 21 de maio de 2017.
44. *Especialistas debatem a praticidade tributária*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 29 de maio de 2017.
45. *Controle jurídico do tabaco*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 12 de junho de 2017.
46. *Incidente de resolução de demandas repetitivas*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 26 de junho de 2017.

47. *Precedentes e o judiciário*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 10 de julho de 2017.
48. *Recursos especiais repetitivos*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 24 de julho de 2017.
49. *Comunicação e transparência*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 07 de agosto de 2017.
50. *Orçamento público*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 21 de agosto de 2017.
51. *Sistema carcerário brasileiro*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 23 de agosto de 2017.
52. *Direito de defesa e mídia*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 04 de setembro de 2017.
53. *Lista fechada*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 18 de setembro de 2017
54. *O elemento religioso e os direitos humanos*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 02 de outubro de 2017.
55. *Delação premiada*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 17 de outubro de 2017.
56. *Participação das mulheres na política*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 30 de outubro de 2017.
57. *Negros na magistratura*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 13 de novembro de 2017.
58. *Plenário virtual*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 27 de novembro de 2017.
59. *Reforma do sistema partidário*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 11 de dezembro de 2017.
60. *Reforma do federalismo no Brasil*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 25 de dezembro de 2017.
61. *Reforma tributária*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 08 de janeiro de 2018.
62. *Combate à improbidade no Brasil*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 12 de janeiro de 2018.
63. *Manifestações artísticas e liberdade de expressão*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 22 de janeiro de 2018.

64. *Financiamento social*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 06 de fevereiro de 2018.
65. *Partidos políticos e cláusula de barreira*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 19 de fevereiro de 2018.
66. *Inovação do Código de Processo Civil*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 12 de março de 2018.
67. *Tributação e desigualdade*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 21 de março de 2018.
68. *Ensino religioso nas escolas públicas*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 18 de abril de 2018.
69. *Quem nunca ouviu falar no Amicus Curiae?*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 30 de abril de 2018.
70. *Futuro da Magistratura*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 03 de maio de 2018.
71. *Perspectivas eleitorais no País*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 14 de maio de 2018.
72. *Superlotação carcerária e a expansão penal*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 31 de maio de 2018.
73. *Liberdade e desenvolvimento*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 26 de junho de 2018.
74. *Previdência Social*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 11 de julho de 2018.
75. *Juiz e a delação premiada*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 24 de julho de 2018.
76. *Metas e preocupações do judiciário*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 07 de agosto de 2018.
77. *A relação da democracia com o parlamento*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 21 de agosto de 2018.
78. *Os acordos de leniência*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 04 de setembro de 2018.
79. *A ação da Justiça Eleitoral*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 19 de setembro de 2018.
80. *Legislação Eleitoral*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 01 de outubro de 2018.
81. *Qual a relação entre segurança jurídica e economia?*, Programa:

- Reflexões, TV Justiça, 15 de outubro de 2018.
82. *Desafios do direito regulatório*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 30 de outubro de 2018.
 83. *Desafios do direito esportivo*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 12 de novembro de 2018.
 84. *Agrotóxicos, Proteção ambiental e saúde*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 26 de novembro de 2018.
 85. *Debate sobre advocacia pública e políticas públicas*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 10 de dezembro de 2018.
 86. *Ensino Jurídico*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 24 de dezembro de 2018.
 87. *Os direitos da mulher e o feminismo*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 07 de janeiro de 2019.
 88. *Tratamento adequado de conflitos*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 21 de janeiro de 2019.
 89. *Qual o panorama da arbitragem no Brasil*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 04 de fevereiro de 2019.
 90. *Debate à descriminalização de drogas*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 18 de fevereiro de 2019.
 91. *Como o novo código civil pode ajudar a descongestionar o judiciário*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 04 de março de 2019.
 92. *Debate publicidade pública*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 22 de março de 2019.
 93. *Como a regulamentação do agronegócio interfere no dia-a-dia*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 01 de abril de 2019.
 94. *A democracia defensiva*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 15 de abril de 2019.
 95. *O que pode levar à suspensão da venda de um plano de saúde*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 29 de abril de 2019.
 96. *Você sabe o que é o efeito backlash e como ele interage com o direito?*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 13 de maio de 2019.
 97. *Ministro Lewandowski participa da edição nº 100*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 10 de junho de 2019.
 98. *Proteção de dados*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 11 de junho de 2019.

99. *Debate: compliance e ética empresarial*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 24 de junho de 2019.
100. *Apresenta um balanço do judiciário brasileiro*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 08 de julho de 2019.
101. *Evolução nas investigações*, Programa: Reflexões, TV Justiça, 22 de julho de 2019.

17. ENTREVISTAS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO (RÁDIO OU TELEVISÃO)

1. *Direito à Privacidade*. Entrevista concedida ao canal de TV Gazeta. Programa: Gazeta Meio Dia. Divulgado em: 05 de Fevereiro de 1998.
2. *Imunidade Parlamentar*. Entrevista concedida ao canal de TV 21. Programa: Jornal de São Paulo. Divulgado em: 03 de Março de 1998, 18h40.
3. *Pagamento de seguro obrigatório DPVAT: ilegalidade da cobrança antecipada*. Entrevista concedida à Rádio Gazeta. Programa: Jornal do Meio Dia. Divulgado em: 14 de Janeiro de 1999.
4. *Direito à Privacidade*. Entrevista concedida à Rádio Bandeirantes. Programa: Ciranda Cidade. Divulgado em: 10 de Junho de 1999.
5. *A Inconstitucionalidade do Pedágio nas Marginais*. Entrevista concedida à TV Globo. Programa: SPTV 2ª edição. Divulgado em: 16 de Outubro de 1999.
6. *Inconstitucionalidade do Pedágio nas Marginais*. Entrevista concedida à TV Gazeta. Divulgado em: 17 de Outubro de 1999.
7. *As Tendências do Direito Público no Limiar de um Novo Milênio*. Entrevista concedida à TV UNIBAN. Divulgado em: 31 de Março de 2000.
8. *Inconstitucionalidade da não concessão de alvará de funcionamento para clínica veterinária móvel no Estado de São Paulo*. Entrevista concedida à TV Record. Programa: Jornal da Record. Divulgado em: 03 de Julho de 2000, às 20h.
9. *Violação de Privacidade*. Entrevista concedida à TV Globo. Programa: Jornal das Onze. Divulgado em: 12 de Julho de 2000, às 22h45.
10. *Inconstitucionalidade da suspensão judicial de programa televisivo*. Entrevista concedida à TV Gazeta. Programa: Jornal das 21h20.

Divulgado em: 15 de Julho de 2000, às 21h30.

11. *Inconstitucionalidade do código de infrações de trânsito da cidade de São Paulo*. Entrevista concedida à Rádio CBN. Divulgado em: 28 de Julho de 2000, às 11h.
12. *Inconstitucionalidade do cercamento da cidade de Iracemápolis*. Entrevista concedida à Rádio Bandeirantes. Programa: Jornal Em três tempos. Divulgado em: 08 de Agosto de 2000, às 20h.
13. *Inconstitucionalidade da Lei Eleitoral n. 9.504/97*. Entrevista concedida à Rádio Eldorado. Programa: Jornal Eldorado. Divulgado em: 14 de Agosto de 2000, às 7h05.
14. *Inconstitucionalidade do uso de detector de metais nas linhas de ônibus*. Entrevista concedida à Redetv. Programa: Jornal da Redetv. Divulgado em: 14 de Agosto de 2000, às 21h.
15. *Constitucionalidade da exploração de máquinas eletronicamente programadas*. Programa: Jornal da Record e Jornal da Manhã. Divulgado em: 04 de Setembro de 2000, no Jornal da Record, e 05 de Setembro.
16. *Inconstitucionalidade da Lei da Anistia*. Entrevista concedida para o CNU – UNIBAN. Divulgado em: 17 de Outubro de 2000, às 10h.
17. *Constitucionalidade das Tropas Federais na fazenda do Presidente em Minas Gerais e a Ação do MST*. Entrevista concedida ao Canal Comunitário – TV Cidadania/OAB. Divulgado em: 27 de Setembro de 2000 às 16h00.
18. *12 anos da Constituição de 1988*. Entrevista concedida à TV Mulher. Divulgado em: 05 de Outubro de 2000, ao vivo, das 10h15 às 10h35.
19. *Inconstitucionalidade da supressão da progressividade do IR*. Entrevista concedida à Rádio Eldorado. Divulgado em: 26 de Outubro de 2000, às 17h.
20. *Inconstitucionalidade do projeto de lei que quebra o sigilo bancário*. Entrevista concedida à TV Bloomberg. Divulgado em: 04 de Janeiro de 2001, às 12h.
21. Entrevista concedida à Academia Internacional de Direito e Economia, veiculada pela TV Rede Vida, em 13 de abril de 2004 (duração: 1h).
22. Entrevista concedida à TV Globo de Sergipe, às 7h30, em 21 de fevereiro de 2005, sobre a Reforma do Judiciário, ao vivo.
23. Entrevista concedida à TV Cidade, de Sergipe, em 21 de fevereiro de 2005, ao vivo.
24. Entrevista concedida à TV Cidade, de Sergipe, sobre a Reforma do

- Judiciário e Direito Constitucional, gravada em 22 de fevereiro de 2005.
25. *Direito Constitucional estadual*. Entrevista concedida à TV da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 22 de fevereiro de 2005, (duração: 1h).
 26. *Direito Constitucional e Reforma do Judiciário*. Entrevista concedida à TV Comunitária – SP, no programa Direito em Debate, em 03 de março de 2005, (duração: 1h).
 27. *STF e partidos políticos no Brasil*. Entrevista concedida à Rede Vida, canal 24 (34) SP, programa Academia Internacional de Política e Economia, Entrevistador: Ives Gandra Martins. Horário: 13h às 14h, em 07 de fevereiro de 2006.
 28. *Liberdade de Expressão*. Entrevista concedida à Rede Record SP, programa: Fala que eu te escuto, ao vivo. Horário: 13h às 14h, em 26 de fevereiro de 2006.
 29. *Segurança Pública*. Entrevista concedida à Rádio Cidade de Jundiaí. Horário: 16h30 às 16h45, em 15 de maio de 2006.
 30. *Conselho Nacional de Justiça*. Entrevista concedida Rádio Justiça. Horário: 10h30 às 11h, em 17 de maio de 2006.
 31. *Bom Dia Tocantins*. Entrevista concedida à Emissora Anhanguera. Horário: 7h, em 23 de fevereiro de 2007.
 32. *Amicus curiae*. Entrevista concedida a rádio do Supremo Tribunal Federal. Brasília. Horário: 8h30, em 19 de abril de 2007.
 33. *Constituição de 1988*. Entrevista concedida à Rádio Justiça, de Brasília. Horário: 11h, em 03 de agosto de 2007.
 34. *Supremo Tribunal Federal*. Entrevista concedida ao Programa Código de Honra. Brasília. Horário: 17 horas, em 03 de outubro de 2007.
 35. *As quotas universitárias em Santa Catarina*. Entrevista concedida à Rádio Justiça – STF. Horário: das 13h45 às 14h, em 04 de dezembro de 2007.
 36. *Medida Provisória*. Entrevista concedida à Rádio CBN. Horário: das 7h40 às 7h50, em 19 de março de 2007.
 37. *20 anos da Constituição de 1988*. Entrevista concedida ao programa MP Democrático. TV Justiça. 2008. Horário: das 22h30 às 23h.
 38. *Hermenêutica Constitucional*. Entrevista concedida à Rádio Justiça. Horário: das 11h20 às 11h30, em 25 de abril de 2008.
 39. *Contribuição Sindical*. Entrevista concedida à Rádio Justiça.

- Horário: das 15h30 às 15h40, em 17 de outubro de 2008.
40. *20 anos da Constituição*. Entrevista concedida à TV Mackenzie e APAMAGIS. 21 de outubro de 2008.
 41. *20 anos da Constituição*. Entrevista concedida à Rádio Justiça. Brasília. Horário: das 10h20 às 10h30, em 28 de novembro de 2008.
 42. *20 anos da Constituição*. Entrevista concedida à Rádio Jovem Pan. Horário: das 23h às 23h15, em 16 de janeiro de 2009.
 43. *Educação*. Entrevista concedida à Radio Eldorado. Horário: das 16h15 às 16h40, em 02 de março de 2009.
 44. *Reforma Política e Cotas*. Programa Caminhos da Economia da Rede Vida. Horário: das 13h às 14h, 12 de maio de 2009.
 45. *Liberdade de Expressão*. Programa Globo Esporte da Rede Globo de Televisão. 26 de maio de 2009.
 46. *Competência Legislativa*. Entrevista concedida à Rádio Justiça. Horário: das 16h30 às 16h45, 06 de julho de 2009.
 47. *Ministro do STF suspende processos que pedem cassação de mandatos*. Entrevista concedida ao Jornal Em Cima da Hora - Globo News. Horário: das 11h às 11h10.
 48. *Judiciário e Sociedade*. Entrevista concedida a Rádio Justiça. Horário: 16 horas, 30 de novembro de 2009.
 49. Entrevista concedida à Globo News, Programa “Entre Aspas”, com Mônica Waldvogel, dia 07 de Fevereiro de 2013, das 23h às 23:30, sobre Efeitos imediatos da decisão do STF no caso do Mensalão.
 50. Entrevista ao jornal da Record News, “Professor de direito diz o que é preciso para o Congresso atender aos anseios das ruas”, dia 10 de setembro de 2013. Disponível em: <https://noticias.r7.com/record-news/jornal-da-record-news/videos/professor-de-direito-diz-o-que-e-preciso-para-o-congresso-atender-aos-anseios-das-ruas-17102015>
 51. Entrevista Rádio Jovem Pan sobre “Inconstitucionalidade da Resolução do TSE n. 23.400” em 14/01/2014.
 52. Entrevista concedida ao “Fantástico” da Rede Globo de Televisão sobre os “rolezinhos”. Programa de 19/01/2014. Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/01/gente-esta-aqui-para-se-conhecer-tirar-fotos-diz-menina-sobre-rolezinho.html> acesso em 01.07.2014.
 53. Entrevista sobre a saída do Ministro Joaquim Barbosa do Supremo Tribunal Federal, Programa “RedeTV News” da emissora “Rede TV!” em 29/05/2014. Disponível em

<<http://tvuol.uol.com.br/video/barbosa-espera-esquecer-mensalao-ao-deixar-stf-04024D1A306AD4815326>> acesso em 01.07.2014.

54. Entrevista sobre o colapso do Poder Judiciário, Programa JT na TV. Entrevista foi ao ar originalmente em 14.06.2015. Disponível em *<https://www.youtube.com/watch?v=Aw_W_GhIUh8&feature=youtu.be> acesso em 19.08.2015.*
55. Entrevista concedida à TV Record. Programa Record News, com Heródoto Barbeiro, sobre o Fim do Direito de Recorrer em Liberdade. Divulgado em: 10 de setembro de 2015.
56. Entrevista a respeito de aspectos jurídicos do Impeachment. Rádio CBN, em 07/12/2015.
57. Entrevista concedida à TV Bandeirantes. Jornal da Band, com Eleonora Pascoal, sobre os Limites ao Direito de Manifestação – Movimento Passe Livre. Veiculado em: 14 de janeiro de 2016. *<http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/2016/01/14/15736441-cerca-de-30-pessoas-foram-detidas-nos-ultimos-dois-protestos-diz-policia.html>*
58. Entrevista concedida à Globo News – Edição das 16 horas, com Monica Pelagio, sobre a Decisão do STF: Recebimento da Denúncia Criminal contra o Presidente da Câmara, Dep. Eduardo Cunha. Veiculado em: 03 de março de 2016. *<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/t/videos/v/por-dez-votos-a-zero-stf-aceita-abrir-acao-penal-contra-eduardo-cunha/4857590/>*
59. Entrevista concedida à Radio CBN de São Paulo: Jurisdição Federal no caso Lava Jato. Veiculado em: 18 de março de 2016.
60. Entrevista concedida à Radio Globo do Rio de Janeiro: Jurisdição Federal no caso Lava Jato. Veiculado em: 18 de março de 2016.
61. Entrevista concedida à Radio CBN de São Paulo: Suspensão da nomeação de Eugênio Aragão para o cargo de Ministro da Justiça. Veiculado em 12 de março de 2016. Disponível em: *<http://cbn.globoradio.globo.com/programas/cbn-total/2016/04/12/CONSTITUICAO-PERMITE-QUE-PROCURADOR-ATUE-NO-EXECUTIVO-SEM-PERDER-LACOCOM-O-MPF.htm>*
62. Entrevista concedida à TV Brasil de São Paulo: Desocupação de ETEC em São Paulo pela PM sem mandado judicial. Exibido em 13 de abril de 2016.
63. Entrevista concedida à Radio USP: Julgamento da chapa Dilma-Temer pelo TSE. Veiculado em 04 de abril de 2017. *<http://jornal.usp.br/atualidades/especialista-explica-julgamento-da>*

chapa-dilma-temer/

64. Entrevista concedida à Radio Justiça: Julgamento da ADI n. 5.540 caso Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel. Veiculado em 05 de maio de 2017.
65. Entrevista concedida ao Jornal do SBT: “Juristas analisam se Temer cometeu crime. Veiculado em 19 de maio de 2017. Disponível em: <http://m.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil/noticias/90227/Juristas-analisam-se-Michel-Temer-cometeu-crime.html>
66. Entrevista concedida à Radio CBN São Paulo. “Inquérito contra Temer deve continuar, mesmo que perícia aponte edições nos áudios”. Veiculado em 21 de maio de 2017, às 19 horas. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/programas/show-da-noticia/SHOW-DA-NOTICIA.htm>
67. Debate: Professor de Direito e colunista debatem julgamento de Temer no TSE. Tv Folha, 07 de junho de 2017, às 15 horas. Disponível em: <http://aovivo.folha.uol.com.br/2017/06/07/5204-aovivo.shtml>
68. Entrevista concedida ao Jornal da Gazeta. “Julgamento chapa Dilma/Temer e seu impacto na conjuntura política atual”. Exibido em 09 de junho de 2017, às 19 horas. Disponível em: <https://www.tvgazeta.com.br/videos/maria-lydia-entrevista-andre-ramos-tavares-sobre-o-julgamento-da-chapa-dilma-temer/>
69. Entrevista concedida à Rádio CBN. “Julgamento chapa Dilma-Temer”. Veiculado em 09 de junho de 2017, às 21 horas. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/94307/quem-quiser-impugnar-chapa-precisa-embasar-melhor-.htm>
70. Entrevista concedida à Rádio USP. “Julgamento do STF sobre delação premiada”. Veiculado em 22 de junho de 2017. Disponível em: <http://jornal.usp.br/atualidades/discussao-no-stf-sobre-delacoes-e-acomodacao-do-novo-recurso/>
71. Entrevista concedida à Rádio Justiça. “Julgamento do STF sobre delação premiada”. Veiculado em 22 de junho de 2017.
72. Entrevista concedida à Rádio Trianon. “O Judiciário e a Cidadania”. Veiculado em 15 de agosto de 2017. Disponível em: <http://observatorio3setor.org.br/media-center/radio/o-poder-judiciario-e-cidadania/>
73. Entrevista à Rádio CBN em 25.03.2017. Título “Julgamento de Lula no TRF4 será técnico” Disponível em : <http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/170237/julgamento-de-lula-no-trf4-sera-tecnico.htm>

74. Entrevista à Rádio USP “Jornal da USP no ar” em 08.11.2017: “Justiça Eleitoral tenta garantir processo eleitoral honesto em 2018” Disponível em <http://jornal.usp.br/atualidades/justica-eleitoral-tenta-garantir-processo-honesto-em-2018>
75. Entrevista à rádio CBN em 17.02.2018 “Suspende intervenção no Rio para votar reforma da Previdência seria uma ‘fraude’”. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/161213/suspender-intervencao-no-rio-para-votar-reforma-da.htm>>
76. Entrevista ao Podcast “Mamilos: Jornalismo de Peito Aberto”, Programa “Intervenção no Rio de Janeiro”, 23.02.2018, Disponível em : < <https://player.fm/series/mamilos/ep-137-intervencao-no-rio-de-janeiro>>
77. Entrevista à Rádio CBN em 25.03.2018 “Julgamento de Lula no TRF4 será técnico” Disponível em: < <http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/170237/julgamento-de-lula-no-trf4-sera-tecnico.htm>>.
78. Programa SP Brasil, da TV Câmara São Paulo entrevista o professor de direito da PUC e USP, Dr. André Ramos Tavares, em 26.06.2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_jJfAOCOgXQ
79. Entrevista concedida ao jornal Record TV News, em 08.06.2018, “Especialista analisa se aumento de teto dos servidores de São Paulo é constitucional”. Disponível em: <https://noticias.r7.com/record-news/jornal-da-record-news/videos/especialista-analisa-se-aumento-do-teto-salarial-de-servidores-de-sao-paulo-e-constitucional-08062018>
80. Entrevista concedida ao Jornal da Cultura, da TV Cultura, em 28.04.2020, “Bolsonaro é alvo de procedimentos de investigação abertos pelo Ministério Público Federal para apurar uma ordem dada por ele, para revogar portarias do Exército sobre monitoramento de armas e munições”, em 28.04.2020, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XLMH8vurYqE>>.
81. Entrevista concedida ao canal do youtube NSC Total, “Patentes de remédios: STF deve julgar em abril ação que visa acelerar processo de análise.”, em 05.03.2021, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QKRwHw68qpM>.
- 18. ORGANIZAÇÃO DE CONGRESSOS E SEMINÁRIOS NA ÁREA JURÍDICA (ATIVIDADES COMO ORGANIZADOR,**

PRESIDENTE OU MODERADOR)

1. Presidente e Moderador da Conferência sobre “Controle de Constitucionalidade”, proferida pelo Ministro Gilmar Ferreira Mendes, promovida pelo Centro de Extensão Universitária. São Paulo, 23 de Maio de 2003.
2. Presidente e Debatedor do Painel “Consequências Jurídicas do Combate ao Terrorismo”, no 1º Ciclo de Estudos Constitucionais do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais, São Paulo, em 19 de novembro de 2004.
3. Presidência de Mesa na 2ª Conferência Estadual dos Advogados no Estado da Bahia “Justiça pra Valer”, no dia 12 de agosto de 2005.
4. Presidente e Debatedor do Painel “Reforma Política e Financiamento de Campanha”, no 2º Ciclo de Estudos Constitucionais do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais, São Paulo, dia 20 de Setembro de 2005.
5. Organizador: I Congresso Nacional Eleitoral da Escola Judiciária Eleitoral do TSE. Brasília, 6 e 7 de agosto de 2010.
6. Organizador: I Congresso Regional de Escolas Judiciárias Eleitorais. Recife, 17 e 18 de fevereiro de 2011.
7. Organizador: I Programa de Intercâmbio em Matéria Eleitoral do Foro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Brasília, 4, 5 e 6 de abril de 2011.
8. Organizador: II Congresso Regional de Escolas Judiciárias Eleitorais. Manaus, 25 e 26 de agosto de 2011.
9. Organizador: III Congresso Regional de Escolas Judiciárias Eleitorais. Belo Horizonte, 29 e 30 de setembro de 2011.
10. Organizador: Congresso Internacional de Direito Eleitoral. São Paulo, 9, 10 e 11 de novembro de 2011.
11. Presidente de Mesa redonda: “Análise de caso: a disputa no caso Bush e Gore”. Congresso Internacional de Direito Eleitoral. Expositores: Roy Schotland (EUA). Gerardo de Icaza (México), Craig Engle (EUA). São Paulo, 9 de novembro de 2011.
12. Presidência de Mesa redonda no Congresso Internacional de Direito Eleitoral. São Paulo, 9 a 11 de novembro de 2011.
13. Organizador e Moderador de Mesa redonda: “Mesa de Debates sobre Direito Eleitoral. Administração do processo eleitoral pela justiça e financiamento público de campanha”. *Escola Superior de Advocacia*. São Paulo, 12 de dezembro de 2011.

14. Organizador: Congresso Internacional Eleitoral. Brasília, 22 e 23 de março de 2012.
15. Organizador: IV Congresso Regional de Escolas Judiciárias Eleitorais. Salvador, 29 e 30 de março de 2012.
16. Organizador: Curso para Magistrados Multiplicadores – Eleições 2012. Brasília, 9 e 10 de abril de 2012.
17. Organizador: I Congresso Brasileiro de Direito Processual Constitucional. Foz do Iguaçu, 21 a 23 de outubro de 2015.
18. Coordenador e Relator da palestra: “Inovação, Internacionalização no Ensino Jurídico”. Congresso: Impacto das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Direito em Face do Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo, 01 de junho de 2016.
19. Presidente dos debates: Privacidade como Proteção da autonomia do cidadão / Impulsionamento de propaganda eleitoral: dilemas práticos e Plataformas de internet e Os desafios da liberdade de expressão, no curso Direito Eleitoral e internet: fundamentos técnicos e tutela juridical, Curso de Aperfeiçoamento da Escola Judiciária Eleitoral Paulista, São Paulo, de 08 a 09 março de 2018.
20. Organizador e Conferencista da palestra: A Omissão inconstitucional em debate: reflexões nos 30 anos da Constituição Federal, no º Seminário do Grupo de Pesquisa Hermenêutica e Justiça Constitucional, realizado pela PUC/SP, São Paulo, 03 de dezembro de 2018.
21. Presidente de mesa no Seminário “Segurança Jurídica – LINDB (Lei13655/2018)”, realizado pelo Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP, Unidade Paulista, São Paulo, 07 de dezembro de 2018.
22. Presidente de mesa no Seminário “Direito Eleitoral: o impacto do Controle de Contas no Direito Eleitoral”, tema: Inelegibilidades e o papel dos Tribunais de Contas, realizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Manaus, 03 de março de 2023.

19. PRÊMIOS, TÍTULOS E VOTOS INSTITUCIONAIS DE CONGRATULAÇÕES

19.1 Prêmios, Medalhas, Colares e Homenagens acadêmicas

1. Título de “Defensor da Segurança Pública” conferido pela

Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, em 3 de dezembro de 1999.

2. Prêmio Professor Antônio de Queiroz Filho, destinado ao *melhor aluno* do Curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
3. **Prêmio JABUTI** pela obra “Fronteiras da Hermenêutica Constitucional” (49ª edição - 2007)
4. Grau de Grande-Oficial, atribuído pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (Gestão do Exmo. Sr. Secretário de Educação Dr. José Renato Naline).
5. **Colar do Mérito Judiciário** do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
6. Medalha “Marechal Trompowsky”, do Instituto dos Docentes do Magistério Militar. Recebida em 15 de dezembro de 2015.
7. Colar “Evocativo do Jubileu de Brilhante da Revolução Constitucionalista de 1932” do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba - IHGGS, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo - IHGSP e o Memorial 32, recebido em 06 de novembro de 2015.
8. Colar “Heróis do Fogo”, recebido da Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto estadual n. 61.375/15 do Estado de SP.
9. Grã-Cruz “Heróis de 32”, criada nos termos do Decreto estadual n. 59.908/13, de SP. Recebida em 13 de novembro de 2015.
10. Medalha da Ordem do Mérito das Forças de Paz do Brasil – Oficial da Paz, recebida da Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da ONU, em 19 de novembro de 2015.
11. Colar “Cadete PM Ruytemberg Rocha – O cadete PM herói de 32”, recebido em 27 de novembro de 2015 do Núcleo Cadete Ruytemberg Rocha.
12. Medalha “Paulo Bomfim – Príncipe dos Poetas”, recebida do Núcleo MMDC Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
13. Colar “Visconde de Porto Seguro”, Evocativo do Bicentenário de Nascimento de Francisco Adolfo de Varnhagen, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Academia Paulista de História, da Fundação Visconde Porto Seguro, nos termos do Decreto Estadual n. 61.678/15, de São Paulo. Recebido em 18 de fevereiro de 2016.
14. Colar D. João VI, recebido do Poder Judiciário da Justiça Militar da

- União – 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Recebido em 14 de dezembro de 2016.
15. Medalha “Bandeirantes”, da Guarda civil Metropolitana da Prefeitura de São Paulo. Recebida em 02 de dezembro de 2016.
 16. Medalha Venturis Ventis – Heróis da Pátria, no Grau de Grã-Cruz, atribuída pelo Instituto Bioográfico do Brasil, em Brasília, 28 de setembro de 2017.
 17. Homenagem da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional pelos valorosos aportes à ciência do Direito Processual Constitucional e pelos bons préstimos a esta entidade, na qualidade de Presidente da Diretoria Executiva das Gestões 2013/2015 e 2016/2018. In: II Congresso Brasileiro de Direito Processual Constitucional. Curitiba, 29 de maio de 2019.
 18. Medalha “Gaviões de Penacho”, da Aviação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, recebida em 16 de dezembro de 2022, Comandante Coronel PM José Alexander A. Freixo.
 19. Prêmio “Destaque Líder de Negócios”, Concurso de Líderes em Performance do Grupo José Alves, pelo trabalho desempenhado no ano de 2022.
 20. Comenda do Mérito Acadêmico, da Escola Superior da Magistratura do Amazonas – ESMAM, recebida em 27 de fevereiro de 2023.

19.2 Votos de congratulações

1. Voto de Júbilo e Congratulações pelo livro “Tribunal e Jurisdição Constitucional” da Câmara de Vereadores de São Paulo, em 04 de junho de 1998.
2. Voto de Congratulações pelo livro “Constituição do Brasil Integrada” da Câmara Municipal de Jundiaí, em 26 de abril de 2005.
3. Voto de Congratulações, da Câmara Municipal de Jundiaí, pelo livro “Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional”, em 24 de abril de 2007.
4. Voto de Cumprimentos pelo livro “Manual do Novo Mandado de Segurança” do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 29 de outubro de 2009.
5. Votos de congratulações do **Tribunal Regional Eleitoral** de São Paulo, em 10 de dezembro de 2012, pelo “excelente e profícuo trabalho à frente da Escola Judiciária Eleitoral do C. Tribunal

Superior Eleitoral”, constante da Ata da 9635ª Sessão do Tribunal.

6. Voto de Congratulação Pela Nomeação como Professor Titular do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2015.